

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A HISTÓRIA NA MEMÓRIA
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O
ENSINO DA HISTÓRIA DE CIDADES

Lana Mara de Castro Siman

Ac 28460 INV 05
U. F. M. G. - BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

04



67888911

NÃO DANIFIQUE ESTA ETIQUETA

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Eliane Marta Santos Teixeira Lopes

Belo Horizonte

1988

BANCA EXAMINADORA

Eliane Marta Santos Teixeira Lopes
Orientadora

Maria Rita Neto Sales de Oliveira

João Antônio de Paula

Dedico este trabalho à memória
de minha avô, Términa de Castro,
com quem aprendi um certo "olhar
de ver a vida".

AGRADEÇO:

- à Eliane Marta, por ter "chegado na hora certa", em todos os momentos do trabalho. Sua competência e sensibilidade na escuta, na fala e na leitura foram contribuições definitivas para a realização desta dissertação;
- ao Miguel Arroyo, meu primeiro orientador, por haver compreendido que o meu tempo era diferente do tempo institucional;
- ao Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino e ao Setor de Ciências Sociais por me haverem propiciado o tempo físico necessário à realização deste trabalho e, de modo especial, à Márcia, Chica e Celeste, por haverem assumido meus encargos didáticos;
- ao José Batista, por ter-me criticado e acolhido nos momentos necessários;
- às minhas filhas Maíra, Lívia e Cecília, por terem exigido a transgressão do tempo do trabalho, instaurando o tempo da alegria e da leveza;
- aos meus pais, Selim e Teresinha, pelo aconchego que me ofereceram em todos os momentos da pesquisa de campo;
- aos meus irmãos: Tânia, Eduardo e Júlio, pelo carinho permanente. E ao Júlio e ao Eduardo por se haverem desdobrado no cumprimento das tarefas que lhes foram solicitadas;

- ao Walter, pela solidariedade a mim prestada e pela dedicação e afeto com que zelou de minhas filhas;
- à Mary, colaboradora imprescindível de todo o trajeto deste trabalho, durante o qual dispensou cuidado e afeição às minhas filhas;
- à vovô Maria, minha sogra, pela presença "aquecedora" nos últimos dias de trabalho;
- à Léa, por haver-me acolhido, afetuosa e despreendidamente, em sua casa, nos últimos três meses de trabalho;
- à Márcia Resende, à Socorrinha, à Maria Lisboa, Rita, Agnela, Cidinha, pelo efetivo apoio durante toda a trajetória do trabalho;
- à Valéria, minha amiga-médica, pelo acompanhamento competente e carinhoso, nos meus mais difíceis momentos;
- ao Wolber, que, através dos exercícios de compreensão da vida, levou-me à certeza de que valia a pena alinhar minha história com a História, e vice-versa;
- aos meus outros amigos (e eles sabem quem são), com quem tive diálogos surdos e falantes;
- ao Sr. João, dona Idália, ao Fassarela, Hermínio, Leonardo, Sarandi, pelo companheirismo durante toda a pesquisa de campo;

- à Virgínia e Neide, pelo interesse e dedicação com que transcreveram a maior parte dos relatos;
- à Alaíde, pela revisão competente e carinhosa do trabalho;
- à Shirley, pela valiosa orientação na elaboração das referências bibliográficas;
- à Liliana, pelo esmero e afetividade com que datilografou este texto.

RESUMO

Este é um trabalho de reconstituição da história de uma cidade: Governador Valadares; antes Figueira do Rio Doce.

Duas motivações principais me impulsionaram para a realização deste trabalho: a recuperação da "arte de contar histórias", pois ele foi construído fundamentalmente através de memórias de seus velhos moradores; e a convicção de que essa arte detém um grande potencial pedagógico para o ensino de História. Daí, cidade, memória e História.

Este trabalho encontra-se organizado em três partes, correspondentes a três grandes momentos da história da cidade: a colonização da região, sua constituição e a sua consolidação. Essas três partes estão subdivididas, internamente, em vários pequenos capítulos, cuja seqüência nem sempre obedeceu a uma ordem cronológica, mas, sim, à simultaneidade dos acontecimentos no tempo.

Na primeira parte — a colonização da região — reconstituo como se deu a origem mais remota da cidade. A intenção principal é a de registrar o que tem sido silenciado, esquecido, não transferido oralmente de gerações para gerações: a história do extermínio dos primeiros habitantes da região, os índios botocudos, durante o Século XIX.

Na segunda parte — a constituição da cidade — evidencio as principais referências em torno das quais Figueira do Rio Doce se desenvolveu: o porto, a estação, o mercado. Res

salto, ainda, as relações sociais que se mostraram dominantes no processo de ocupação da região, bem como a articulação entre essas relações e o desenvolvimento do distrito de Figueira do Rio Doce.

Na terceira parte - a consolidação do urbano - acompanho o movimento em que a cidade vai-se "deslocando" do campo, passando a dominá-lo. Persigo, também, os momentos de maior tensão entre trabalhadores e patrões, entre os "dominantes" e os "dominados", bem como a reordenação física e a ação moralizadora sobre o espaço e a vida dos moradores.

Na conclusão, enfim, aponto algumas possibilidades de explorar, com objetivos pedagógicos, a memória que guardam da história da cidade alguns dos atores que construíram essa história, muitos dos quais ignorados pela historiografia oficial e pelos manuais didáticos, e que poderiam ser revistos a partir dessa versão oferecida pelos relatos orais.

RÉSUMÉ

C'est un travail de reconstruction de l'histoire d'une ville: Governador Valadares; auparavant Figueira do Rio Doce.

Deux motifs principaux m'ont poussé à la réalisation de ce travail: la récupération de "l'art de raconter des histoires", puis qu'il a été fondamentalement construit par ses vieux habitants, ainsi que la conviction que cet art détient un grand potentiel pédagogique pour l'enseignement de l'Histoire. Lors, ville, mémoire et Histoire.

Ce travail a été organisé en trois parties, correspondant à trois grands moments de l'histoire de la ville: la colonisation de la région, sa constitution et sa consolidation. Ces trois parties ont été subdivisées, internement, en plusieurs petits chapitres, dont la séquence n'a pas toujours obéi un ordre chronologique, mais la simultanéité des faits dans le temps.

Dans la première partie - la colonisation de la région - je fais la reconstitution de comment s'est procédée l'origine la plus lointaine de la ville. La principale intention c'est de racheter ce que a été silencié, oublié, pas transféré oralement d'une génération à l'autre: l'histoire de l'extermination des premiers habitants de la région, les indiens botocudos, pendant le siècle XIX.

Dans la deuxième partie - la constitution de la ville - je mets en évidence les premières références sur lesquelles Figueira do Rio Doce s'est développée: le port, la gare, le mar-

ché. Je souligne, encore, les relations sociales dominantes dans le processus d'occupation de la région, ainsi que l'articulation parmi ces relations et le développement du district de Figueira do Rio Doce.

Dans la troisième partie - la consolidation de l'urbain - j'accompagne le mouvement dans lequel la ville se "déplace" de la campagne, tout en la dominant. Je poursuis, aussi, les mouvements de plus grande tension entre les ouvriers et les patrons, entre les "dominants" et les "dominés", ainsi que la reordination physique et l'action moralisatrice sur l'espace et la vie des habitants.

Dans la conclusion, enfin, j'indique quelques possibilités d'explorer, avec des objectifs pédagogiques, la mémoire qu'ont de l'histoire de la ville quelques acteurs qui ont construit cette histoire, beaucoup parmi eux ignorés par l'historiographie officielle et par les manuels didactiques et qui pourraient être revus à partir de cette version offerte par les narrations orales.

ÍNDICE

Resumo

Resumê

| | |
|---|-----|
| Introdução | 1 |
| PRIMEIRA PARTE - A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO | 16 |
| Capítulo 1 - O doce refúgio do rio | 18 |
| Capítulo 2 - O amargo refúgio do rio: a guerra aos botocudos | 23 |
| Capítulo 3 - Ações pacificadoras | 33 |
| Capítulo 4 - De quartel a porto | 39 |
| Capítulo 5 - O lugar é conquistado | 44 |
| SEGUNDA PARTE - A CONSTITUIÇÃO DA CIDADE | 47 |
| Capítulo 1 - Figueira é um porto | 48 |
| Capítulo 2 - A construção da ferrovia | 54 |
| Capítulo 3 - Figueira é uma estação | 63 |
| Capítulo 4 - A demarcação do espaço de Figueira | 70 |
| Capítulo 5 - Figueira é um mercado | 76 |
| Capítulo 6 - Cenas do cotidiano | 82 |
| Capítulo 7 - Emancipação de Figueira | 93 |
| TERCEIRA PARTE - A CONSOLIDAÇÃO DO URBANO | 98 |
| Capítulo 1 - De Figueira a Governador Valadares | 99 |
| Capítulo 2 - O império da madeira | 103 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo 3 - O império da mica | 111 |
| Capítulo 4 - O trabalho assalariado | 117 |
| Capítulo 5 - O movimento dos trabalhadores | 122 |
| Capítulo 6 - A reordenação do espaço urbano | 126 |
| Capítulo 7 - Cenas urbanas | 135 |
| Capítulo 8 - O policiamento do cotidiano | 148 |
| | |
| Conclusão | 159 |
| | |
| Referências Bibliográficas | 170 |
| | |
| Anexo | 183 |

111
117
122
126
135
148
159
170
183

A MEMÓRIA NA HISTÓRIA

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO DA
HISTÓRIA DE CIDADES

INTRODUÇÃO

"Nas histórias que ele nos contava, quando meninos, o que mais me prendia a atenção, a ponto de fascinar-me, não era o enredo, o desfecho, a moralidade; e sim um aspecto particular da narrativa, a resposta de um personagem, o mistério de um incidente, a cor de um chapéu..."

(Carlos Drummond de Andrade)

Este é um trabalho de reconstituição da história de uma cidade: Governador Valadares; antes Figueira do Rio Doce.

Duas motivações principais me impulsionaram para a realização deste trabalho: a recuperação da "arte de contar histórias", pois ele foi construído fundamentalmente através de memórias de seus velhos moradores, e a convicção de que essa arte detém um grande potencial pedagógico para o ensino de História. Daí, cidade, memória e História.

A partir d'a que

A cidade na escola

A cidade tem sido, ao longo de várias décadas, um tema com lugar garantido no ensino de História. Pode-se dizer que existe um tradicional acordo entre elaboradores de currículos, programas e ~~manuais didáticos~~ quanto à conveniência e pertinência de se introduzir a criança no ensino de História

através do estudo da história local⁴. Apregoa-se a vantagem do que se poderia denominar de "método progressivo", no qual a cidade, depois da família e da comunidade, seria a etapa seguinte, não só quanto à abrangência como também quanto à proximidade física do aluno. Sustenta-se que essa forma de organização curricular estaria mais de acordo com o desenvolvimento do pensamento infantil, que vai do mais próximo para o mais distante, no tempo e no espaço; e do concreto para o abstrato.

Mesmo não sendo objeto deste trabalho a discussão do alcance desta última proposição, convém estar alerta para o risco de se estabelecer uma relação linear e de equivalência entre próximo/concreto e distante/abstrato. A linearidade e progressividade atribuídas ao pensamento infantil, no que se refere à aquisição das noções temporais e espaciais, é, pelo menos, discutível. Nesse sentido, pode-se transpor, para o nosso interesse, o que diz YI-FU-TUAN (1983, p. 35) a respeito do horizonte geográfico da criança:

"O horizonte geográfico de uma criança se expande à medida que ela cresce, mas não necessariamente passo a passo em direção à escala maior. Seu interesse e conhecimento se fixam primeiro na pequena comunidade local,

¹ Ver Programas de Ensino para a Escola Primária do Estado de Minas Gerais, nos anos de 1946, 1956, 1963; ver, também, Programa de Estudos Sociais para o 1º Grau, de 1971, 1987. Ver, ainda, manuais didáticos sugeridos pelos respectivos programas.

depois na cidade, saltando o bairro; e da cidade seu interesse pode pular para a nação e para lugares estrangeiros, saltando a região. Na idade de cinco ou seis anos, a criança pode demonstrar curiosidade sobre a geografia de lugares remotos. Como pode apreciar locais exóticos se não tem experiência direta? A teoria da aprendizagem ainda não explica satisfatoriamente estas aparentes transições bruscas na compreensão da criança."

Assim posta a questão, pode-se sugerir que a maior vantagem dessa forma de organização curricular residiria antes no fato de aqueles temas tocarem, de forma direta, o cotidiano dos alunos do que propriamente na progressiva dificuldade e interesse que os mesmos apresentam.

Por outro lado, ^{compara a citação que está na pag 6} é também discutível, que o ensino da história local seja adequado e de interesse apenas para os alunos na idade média de 9 a 11 anos, conforme, tradicionalmente, tem sido proposto. A história local pode ter lugar em qualquer nível de escolaridade, desde que conceitos, representações, número de relações temporais e linguagem estejam adequados às condições de aprendizagem dos alunos.

É nesse sentido que se pode concordar com BRUNER (1972, p. 48-50), quando este lança aos professores o desafio de uma organização curricular em "espiral", na qual temas, conceitos ou, ainda, estruturas, considerados de valor, seriam estudados em vários momentos do processo de escolarização, e segundo a qual, por sucessivas aproximações, como que formando uma espiral, seria possível chegar-se a níveis cada vez mais abrangentes e profundos de compreensão da realidade so-

cial. Assim procedendo, continua o autor, "as primeiras representações podem, posteriormente, tornar-se mais poderosas."

Deve-se considerar, ainda, o engano que comete a maioria dos autores de manuais didáticos relativamente à aprendizagem de conceitos, quando insistem em transmitir aos alunos conceitos prontos, acabados, desvinculados do seu contexto de produção, e pretensamente ligados à experiência dos mesmos. É em VYGOTSKY (1979, p. 112) que se pode encontrar uma importante contribuição para essa discussão:

"... a experiência prática mostra também que é impossível e estéril ensinar os conceitos de uma forma direta. Um professor que tenta conseguir isto habitualmente mais não consegue da criança do que um verbalismo vazio, um psitacismo que simula um conhecimento dos conceitos correspondentes, mas que na realidade só encobre um vácuo."

O mesmo autor (1979, p. 113), ao recorrer a Tolstói, quando este trata da aprendizagem da língua, pode contribuir mais uma vez para esclarecer a questão:

"Quando ouve ou lê uma palavra desconhecida, numa frase quanto ao resto compreensível, e depois a lê noutra frase, começa a fazer uma vaga idéia do novo conceito; mais tarde ou mais cedo sentirá... necessidade de usar a palavra - e uma vez que a use, passa a assenhorear-se da palavra e do conceito. Mas estou convencido de que é impossível transmitir deliberadamente novos conceitos ao aluno... tão impossível e fútil como ensinar uma criança a andar apenas pelas leis do equilíbrio."

A relação entre conceitos e experiência também merece, aqui, uma consideração. Observa-se uma tendência a mitificar a experiência dos alunos, a ponto de o trabalho escolar ficar reduzido a uma mera organização da mesma. Nesse processo, o aluno desenvolve muito pouco seu pensamento, e as cobranças a esse respeito não tardam a aparecer. Frequentemente se ouvem reclamações de professores acerca das deficiências de seus alunos, atribuindo-as aos professores das séries anteriores: "os alunos não sabem localizar-se no tempo, no espaço".

Com base nessa argumentação, é possível estabelecer uma instigante "ponte" entre o velho que narra a sua experiência e a criança que aprende por meio da experiência.

Foi BENJAMIN (1975, p. 66) quem melhor iluminou essa trilha:

"... a experiência propicia ao narrador a matéria a ser narrada, quer esta experiência seja própria ou relatada. E, por sua vez, transforma-se na experiência daqueles que ou vem a estória."

Ao se tratar da apreensão da História, poder-se-ia dizer o mesmo. A apreensão do passado e de suas relações com o presente e o cotidiano, cujas dificuldades são sempre apontadas pelos professores de História, podem ter, nas memórias contadas pelos narradores, uma fonte de inestimável valor pedagógico.

→ 1R p / a João
166 e 167

WIC

A Memória e a História

"No seio do cotidiano há uma realidade que se manifesta de forma completamente diferente do que acontece nas outras perspectivas da História: a memória. A grande História é dividida por comemorações, a história do cotidiano revela-nos o sentimento da quilo que muda, bem como daquilo que permanece, a própria percepção da História, pois. Cabe ao historiador fazer, desse dado, o vivido cotidiano da História, um objeto científico." (LE GOFF, 1986, p. 81)

Sabe-se que vários são os lugares da memória coletiva: monumentos, arquivos, museus, autobiografias, comemorações. Entre estes, encontram-se também os "arquivos orais", já definidos como história oral. Nos "arquivos orais", as lembranças são guardadas, mantidas, conservadas, gravadas na memória, não só como substância pura do conteúdo (tal como a notícia ou a informação), mas também como uma substância tecida na urdidura da experiência humana; experiência que, por sua vez, propicia ao narrador a matéria a ser narrada. (BENJAMIN, 1975, p. 66)

O ato mnemônico, ensina BENJAMIN (1975), tem a narração como traço fundamental; essa arte não se encontra confinada nos livros, seu véu épico é o oral, mas ela vem-se perdendo nas sociedades ocidentais modernas. Essas sociedades privilegiam a mídia, a informação e o seu armazenamento "fora do homem". Assim, a padronização das percepções e dos conhecimentos, tão comuns nessa sociedades, vão constituindo, cada vez mais, avassaladoras ondas de destruição dos "narradores" e de sua sabedoria.

A experiência - ou seja, o modo como o homem vive, apreende e recria a realidade -, além de desvalorizada, vem situando-se, cada vez mais, em ruptura com o conhecimento re-
conhecidamente objetivo e científico. Se esta é a situação predominante nas modernas e desenvolvidas sociedades capitalistas, não é muito diferente o que ocorre nas sociedades em processo de desenvolvimento e modernização, como é o nosso caso.

As diferentes formas de dominação do capital vão destruindo aquilo a que BOSI (1979) chamou "suportes materiais da memória". Em nome da funcionalidade e da modernidade, destroem-se casas, derrubam-se árvores, alteram-se traçados, subtraindo-se do espaço, as marcas do tempo. A importância que têm as referências físicas ou materiais para a evocação das lembranças foi muito bem ilustrada por um velho morador de Governador Valadares, quando narrava sua perda de memória, ainda menino, causada por "febre de sarampo":

"... eu olhei para a Ibituruna e senti um de sanuiar da minha memória. Eu senti que conhecia outros lugares como Colatina, Baunilha. Lembrei que já tinha viajado de trem, tinha andado de canoa, não só de Linhares para Baunilha, de Baunilha para Linhares. Então, a minha memória voltou ao normal. Quer dizer, alguma coisa provocou o reajustar total da minha mente." (João Ângelo, trabalhador do comércio, 1904-1988)

É verdade, também, que a mobilidade intensa a que são submetidos os trabalhadores, provocados pelas crises no campo ou nas cidades, conduzem à desagregação familiar ou ainda

aquilo a que WEIL (1979, p. 347) chamou desenraizamento, processo que dificulta a sedimentação do passado e de suas lembranças, promovendo a aceitação daquilo que vem "de fora".

A dominação do capital se estende ao corpo, expoliando-o, e, por vezes, levando-o à progressiva perda da memória. Dona Sebastiana não consegue lembrar-se da data de seu nascimento: "... fui nascida na cidade de Ferros, em... Eu não es tou com a memória boa mais não (...)." Prossegue relembrando toda a sua trajetória de criança a adulta, e conclui:

"... agora não vou bater cabeça mais não. Vou ficar por minha conta e por minha conta eu estou até hoje. Por minha conta não, por conta de Deus, porque hoje nem saúde eu tenho. Mas foi serviço. Eu já peguei muita friagem em lavação de roupa." (Sebastiana, ex-trabalhadora da mica, 74 anos)

Não foi diferente o que se deu com o Sr. José Luiz, trabalhador da ferrovia. Às sofríveis condições de trabalho se aliavam perseguições de ordem político-partidária². Ao relatar o seu trabalho na linha telegráfica, assim se expressou:

"Eu trabalhava na linha telegráfica, co ria a linha a pé com a banda de escada no ombro, uma rodilha de arame e uma penca de isolador, de uma estação a outra. Às vezes,

² O Sr. José Luiz me relatou que fora surpreendido, no traba lho, lendo O cavaleiro da esperança - Vida de Luiz Carlos Prestes, de Jorge Amado, e que, a partir de então, tiveram início as perseguições.

chegava de noite nas estações, molhado dos pés à cabeça. Se chegava na estação em que o agente era um indivíduo mais camarada, ele me deixava entrar dentro do armazém, tirar a roupa, ficar despido, espremer a roupa e botar pra estender. E passava a noite ali, sentado numa pilha de saco, até que o dia amanhecesse. Quando eu chegava numa estação em que o agente rezava na Cartilha da Companhia, que era integralista, ele falava assim comigo: '- o armazém é muito grande, mas eu não posso lhe dar o apoio, porque, se a companhia souber, vai me botar na rua'. '- Isso eu não quero, eu não quero, pode fechar a sua estação, eu fico aqui na plataforma'. (...) Eu não posso lhe dar uma entrevista satisfatória, porque é como eu estou falando, eu fui muito matado de paludismo e depois vim a sofrer de uma tal labirintite. Então, a minha cabeça não funciona direito, não tem assim um assentamento na palestra, devido a esse caso (...)." (Sr. José Luiz, ex-ferroviário, 78 anos)

Tanto as lembranças como o modo de lembrá-las emergem, sempre referenciados ao lugar que os indivíduos ocupam nas relações sociais. Assim, o silêncio, o esquecimento, a ênfase dada a determinados acontecimentos, a transparência, os gestos, a tonalidade da voz deixam espacar revelações não só do lugar que o indivíduo ocupa na estrutura de produção, mas, principalmente, na forma como ele se relacionou ou ainda se relaciona com o seu universo de vida: o trabalho, a religião, o corpo, o prazer, a dor, os sonhos.

Várias histórias se acotovelam no tempo: múltiplas histórias construídas nas relações entre os homens e mulheres que vão construindo sua identidade de classe; homens e mulheres que narram a sua experiência de luta, de dominação, de transgressão e de sobrevivência.

A narração que os velhos moradores fazem da história passada é construída com o olhar de hoje. E o que é a História, senão uma busca incessante de reler o passado, com as questões do presente? O passado, apresentado como algo vivo e sob diferentes formas: de ruptura, de continuidade, de indecisões, de medos, de sonhos, vai *instaurando um desequilíbrio no presente*. A lógica do tempo vivido não se conforma nu ma cronologia e tampouco é a mesma do "tempo marcado pelos que detêm o poder de marcá-los". Os tempos vividos, além de múltiplos, entrelaçam aspectos econômico-políticos e sociais que costumeiramente são apresentados de maneira isolada. As referências temporais fogem à clausura dos tempos curtos, delimitados pelos "acontecimentos oficiais", tão a gosto da historiografia tradicional.

Ao se cruzarem o meu olhar e o olhar dos narradores, a cidade vai-se revelando pelo seu avesso, pela sua noite, pelas suas margens. O "perigo de viver" e "fazer a História" re lampejam no limiar de vários momentos. História e vida se entrelaçam de tal forma que "o mundo parecia virar de cabeça para baixo". O que estava em cima caiu e vice-versa, tudo se misturando - a luta pela sobrevivência econômica, a luta política pela existência.

Busquei, neste trabalho, penetrar nesse tempo vivido e múltiplo, para captar esses vários momentos e, através deles, organizar a história da cidade num tempo diferente do "tempo oficial".

A trajetória do trabalho

As razões e as inspirações iniciais que me levaram à escolha do tema deste trabalho já foram apresentadas anteriormente. A escolha da cidade de Governador Valadares, entre tantas outras cidades, deve-se aos laços afetivos que me prendem ao lugar e ao fato de se tratar de uma cidade nova, cujos velhos moradores, havendo participado de sua formação, podem ser os narradores de sua história.

Inicialmente tomei duas amplas questões como ponto de partida:

- como se constituiu a cidade, na percepção de velhos trabalhadores ligados às suas atividades econômicas historicamente mais importantes: a ferrovia, a madeira, a mica, o comércio e a pecuária;
- qual a participação desses trabalhadores na construção da história da cidade.

Antes de me deslocar para a cidade de Governador Valadares, onde tomaria os depoimentos, dirigi-me ao Arquivo Público Mineiro e a algumas bibliotecas, buscando, em seus acervos, estudos e documentos relativos à cidade e à região do Vale do Rio Doce, em que aquela se situa. Pude, nesse levantamento, confirmar a precariedade de estudos de cunho histórico a respeito dessa região. A produção acadêmica a respeito da História de Minas Gerais concentra-se nas regiões de mineração no Século XVIII e nas regiões de maior expressão po

lítica, nos séculos posteriores³.

Em Governador Valadares, fiz um levantamento dos livros escritos pelos filhos da terra, dos poucos documentos existentes. Nessa mesma ocasião, estabeleci alguns contatos iniciais para a elaboração do primeiro mapeamento dos velhos trabalhadores da cidade.

Foi necessário dedicar horas e horas às conversas com pessoas de quem me fiz amiga para, através do relato de suas lembranças, identificar e localizar esses velhos trabalhadores. Pude constatar que muitos deles haviam morrido, outros já não residiam na cidade e outros, estavam tão velhos e doentes, que não poderiam trabalhar novamente, relembrando a sua história e a de sua cidade. De posse das informações até então obtidas, comecei a realizar as primeiras entrevistas⁴.

O *trabalho* apareceu, de fato, como o grande ponto por onde passavam e se cruzavam as linhas de formação da cidade. No entanto, imagens do trabalho, da experiência e da luta na construção da sua história foram-se aproximando conflituosamente das imagens de progresso e violência. Trabalho, progresso e violência não poderiam ser tratados como pontas isoladas. Além dos trabalhadores, decidi entrevistar também pa-

³ Ver RESENDE, Maria Efigênia Lage. A contribuição acadêmica para o estudo de Minas Gerais. In: Revista do Departamento de História, 1: 76-86, 1985.

⁴ Todas as entrevistas realizadas, num total de 40, foram gravadas e transcritas, posteriormente. Em anexo apresento a relação dos nomes das pessoas, sua idade e a principal atividade exercida.

trões, gerentes, policiais, donos de terra. Buscava o outro lado da História? Não, não era bem isso. Impunha-se a necessidade de captar as relações de dominação e o ser reverso (a transgressão, a resistência), a luta que se travava entre diferentes atores, na constituição do tecido urbano.

Após dezenas de outras entrevistas, vivi, de maneira muito aguda, um período de anarquia de pensamentos e emoções. Deparei com uma multiplicidade de histórias; histórias do vivido, do cotidiano, da dominação dos homens sobre a Natureza, dos homens sobre os homens. Uma história que não caberia numa fôrma pré-moldada. Lidei, durante algum tempo, com essa "realidade desenquadrada". Idas e vindas, angústias, prazer, medo, buscas incessantes em livros e conversas. Como trabalhar essa história? Como organizá-la, como entretecer os seus fios, como datar vários tempos, as várias imagens? Quem eram seus atores? Que trama estabeleceram na construção da cidade? Como explicá-la?

Foram dias e noites em que me repetia essas questões, até que surgiram as primeiras "imagens da cidade". As imagens não eram como fatos estáticos, tinham várias dimensões, tinham verso e reverso: a cidade era cheia de medos, mas era também cheia de sonhos; a história estava nas ruas, nas fábricas, nos trilhos da estrada de ferro, no cintilar da mica no chão dos casebres, no traçado da cidade, nas relações entre pobres, ricos e remediados. A história estava na vida... contraditoriamente, acomodada, transgressora, temerosa, ou-sada.

A partir de então, se eu fosse pintora, creio que não mais pintaria a cidade através de quadros isolados, dispostos linearmente no tempo. Tentaria, sim, montar um mosaico, em que várias cenas, cores, formas e atores ofereceriam múltiplas imagens, configurando um todo, mesmo que provisório. Nesse mesmo momento, dei-me conta de que algumas imagens iam perdendo a sua força e outras iam sobressaindo, contraditoriamente, em ruptura ou em continuidade com as imagens anteriores. Essa percepção acabou por levar-me a delimitar alguns grandes momentos, ou seja, a estabelecer uma periodização, em que a história da cidade emergia de um movimento aparentemente incerto, indeterminado e que pela força de seus atores e pela força avassaladora do capitalismo e das relações engendradas em seu interior — tomou um determinado rumo, entre outros possíveis.

A organização do trabalho

Este trabalho encontra-se organizado em três partes, correspondentes a três grandes momentos da história da cidade: a colonização da região, sua constituição e sua consolidação.

Essas três partes estão subdivididas, internamente, em vários pequenos capítulos, cuja seqüência nem sempre obedeceu a uma ordem cronológica, mas, sim, à simultaneidade dos acontecimentos no tempo.

Na primeira parte - A colonização da região - reconstituo como se deu a origem mais remota da cidade. A intenção principal é a de resgatar o que tem sido silenciado, esquecido, não transferido oralmente de gerações para gerações: a história do extermínio dos primeiros habitantes da região, os índios botocudos, durante o Século XIX.

Na segunda parte - A constituição da cidade - evidencio as principais referências em torno das quais Figueira do Rio Doce se desenvolveu: o porto, a estação, o mercado. Resalto, ainda, as relações sociais que se mostraram dominantes no processo de ocupação da região, bem como a articulação entre essas relações e o desenvolvimento do distrito de Figueira do Rio Doce.

Na terceira parte - A consolidação do urbano - acompanho o movimento em que a cidade vai-se "descolando" do campo, passando a dominá-lo. Persigo, também, os momentos de maior tensão entre trabalhadores e patrões, entre os "dominantes" e os "dominados", bem como a reordenação física e a ação moralizadora sobre o espaço e a vida dos moradores.

Na conclusão, enfim, aponto algumas possibilidades de explorar, com objetivos pedagógicos, a memória que guardam da história da cidade alguns dos atores que construíram essa história, muitos dos quais ignorados pela historiografia oficial e pelos manuais didáticos, e que poderiam ser revistos a partir dessa versão oferecida pelos relatos orais.

PRIMEIRA PARTE

A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO

BRITISH MUSEUM
LONDON
1911

CAPÍTULO I

O DOCE REFÚGIO DO RIO

"Hã muitos e muitos anos havia índios mais afastados dos mineiros e dos baianos. Então, os baianos, os brancos, vieram apertando eles. E eles vieram entrando pela mata, e os mineiros também, até que chegaram nesse local e não tinham para onde ir. Isso hã muitos e muitos anos. Foram eles os primeiros a chegarem ali. Então eles estavam ali porque não tinham para onde ir. E lá não havia branco. Eles achavam que ninguém nunca podia chegar lá..."

(José Silveira de Souza, funcionário da FUNAI, na ativa, 76 anos)

O lugar está na região onde o Rio Doce que se dirigia para o nordeste, se flexiona e toma rumo leste. O lugar está no sertão leste de Minas, entre as matas da Floresta Atlântica - densa, exuberante, fantástica - domínio de várias tribos indígenas, entre as quais as tribos dos temíveis botocudos¹.

¹ "Os botocudos de Minas e Espírito Santo não são filiados em famílias e sim em dialetos, que correspondem às múltiplas fragmentações do grupo: Naknanúk, Krekmûn, Djiporôka, Bakuên, Pojtxã, Krenák, além de outros designativos locais durante o processo civilizatório do século XIX (...). Os Botocudos do Leste habitavam um e outro lado dos Rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e São Matheus e seus afluentes, desde o Espírito Santo até o Sertão Mineiro, no início do século XIX" (MARCATO, 1979, p. 3, 6). Quando à origem mais remota do bloco dos Botocudos, escreveu VASCONCELOS (1974, p. 131-2): "Os

"Solidões vastas assim têm qualquer coisa de imponente e eu me sentia humilhado diante desta natureza tão possante e austera; minha imaginação se assustava, quando eu pensava que as matas imensas que me cercavam se estendiam para o norte, muito além do Rio Grande de Belmonte; que elas ocupam toda a parte Leste da Província de Minas Gerais; que cobrem, sem qualquer interrupção, as do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, parte de Santa Catarina, além das Missões, vão, possivelmente, unir-se às do Paraguai Setentrional. (...) Essas florestas servem de refúgio a grande número de animais selvagens, como veados, onças, peccaris, antas e inúmeras espécies de macacos. Nessa época eram também asilo de tribos errantes de botocudos dos quais os colonos só falavam com pavor. (...) Não deviam ser tão perigosos quanto se supunha, pois não haviam feito nenhum mal a Antônio Martins, estabelecido nessa região há tanto tempo." (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 90)

A "Mata Mineira"², assim denominada, foi reconhecida por expedicionários durante o século XVI e início do século XVII³, mas permanece intocada até a segunda metade deste últi

Aimorés, depois da colonização portuguesa no litoral de Porto Seguro e Ilhéus desceram e saquearam a colônia, destruíram o que puderam, até que Mem de Sá os acometeu com dura Guerra, os desbaratou e, os atirando contra o reino dos tapajó, acabaram por fazer o que foi necessário para debandar e distribuir. Por ocasião da guerra, que houve entre eles, sucedeu que certos bandos, fugindo de seus inimigos, se recolheram ao interior dos sertões, os lugares fragosos e montanhas estéries, onde não pudessem ser achados, e como ali viviam separados do comércio de toda gente, por decurso do tempo, vieram seus filhos e netos a perder a notícia da própria linguagem. Perderam o próprio nome e são hoje os famosos Botocudos. (...)"

² A MATTA MINEIRA, ou ainda, os sertões leste de Minas, compreendia toda a bacia dos rios Jequitinhonha, Doce e Mucuri e parte da bacia do Rio Paraíba do Sul (atual Zona da Mata).

³ Fernandes Tourinho (1572) e Marcos de Azevedo (1612) utilizaram-se da bacia do Rio Doce para penetrarem nos sertões de Minas.

mo, quando para lá se dirigem os índios botocudos, afugentados pelas correntes migratórias vindas do litoral da Bahia e do Espírito Santo. As selvas e as águas dos rios Doce, Pardo, Mucury e Jequitinhonha serão, doravante, o refúgio dos botocudos. A Serra dos Aimorés será o símbolo do seu domínio.

O Rio Doce, parcialmente navegável até o mar, é uma porta para fora. Mata, rios e caminhos são guardados pelos indígenas. Interessava ao poder colonial manter fechadas as portas do Leste. Através de Peçanha, centro minerador da região, podia-se chegar ao mar:

"(...) de Peçanha ao mar, não se contam mais de nove jornadas de distância. Abriu-se, através das matas virgens, uma estrada de quinze léguas de percurso, ligando Peçanha ao local denominado Porto Alegre, situado às margens do Suaçuí. Uma légua além, o Suaçuí lança-se no Rio Doce; e de lá até o oceano não se contam mais de cinco dias de navegação..."
(SAINT-HILAIRE, 1975, p. 184)

A mata é temida: índios que devoram gente, lugar de degredo, de febres que dizimam. Na imaginação do homem branco, a floresta é povoada de sonhos e de medos.

"As espessas florestas que sombreiam suas margens impedem a ação do sol; a evaporação das águas transbordadas se efetua lentamente, continuando de um ano para o outro, e em qualquer época é perigoso descer ou subir o rio. Para resguardar-se, tanto quanto possível, das febres a que estão sujeitos os navegadores do Rio Doce, é preciso não passar a noite nas pirogas, nem mesmo dormir nas margens do rio,

sem precaução cuidadosa contra o sereno e a humidade; é preciso tomar cuidados e alimentação substancial, e não se expor ao ardor do sol nas vizinhanças do leito do rio." (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 86)

O arraial de Cuieté, fundado nos fins do século XVIII, nas cabeceiras do rio do mesmo nome, serviu de lugar de degredo, devendo-se sua escolha ao seu isolamento e, sobretudo, à presença de índios botocudos, supostamente antropófagos, que devorariam qualquer preso que tentasse escapar pela mata⁴.

Ao se aproximar o final do século XVIII, o governo, diante do esgotamento das minas de ouro, bem como das frustradas tentativas de descoberta de outros veios auríferos, passa a encaminhar a solução da economia mineira para a expansão de suas fronteiras agrícolas. O Leste, e, nele, o Vale do Rio Doce deverão ser ocupados e integrados à economia de mercado, a exemplo do que vinha acontecendo no Sul e na atual Zona da Mata do Estado de Minas Gerais.

Foram vários os movimentos de avanço e de recuo das fronteiras coloniais no Leste de Minas Gerais, no século XVIII. A instalação de postos militares e de presídios em locais estratégicos expressava não só a ação repressiva do Estado Colonial como também a proteção aos colonos que chegavam à região.

⁴ Além de Cuieté, no Vale do Rio Doce, outros presídios foram instalados na "Matta Mineira": Abre Campo, São João Batista (atual cidade do Rio Branco) e Peçanha. Para esses presídios eram enviados os vadios e desclassificados da Capitania de Minas Gerais. A esse respeito ver: MELLO & SOUZA, 1985, p. 78-9.

Sua colonização se vê, cada vez mais, dependente da derrota dos botocudos (CAMBRAIA & MENDES, 1988).

Os índios, na situação de "guardiões do Leste", agradeceram ao poder até o momento em que a economia mineira girava em torno do ouro aluvional e do diamante. Manter fechadas as portas do Leste era uma forma de se evitar o contrabando do ouro. "Área proibida", "barreira natural" foram as denominações atribuídas à Mata Mineira, no decorrer do século XVIII (MENEZES, 1897).

Será, pois, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em 1808, que o nascente império brasileiro assumirá, de forma decisiva, a política de colonização de certas regiões de ocupadas⁵ do País, expressão do processo de "enraizamento de interesses" portugueses e da "interiorização da Metrôpoles" (DIAS, 1986, p. 165).

Assim, o Leste de Minas e, nele o Vale do Rio Doce tornam-se uma região interessante para a colonização, agora acrescida dos elementos do início de um projeto imperial para o País: exploração e aproveitamento das riquezas, integração territorial e política das diversas regiões, sob o controle de um governo central.

⁵ Mereceram especial atenção do governo imperial a colonização e a produção de conhecimento de regiões de fronteira. A esse respeito, ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: Estudos Históricos, nº 1, Rio de Janeiro, Edições Vértice, 1988.

CAPÍTULO 2

O AMARGO REFÚGIO DO RIO: A GUERRA AOS BOTOCUDOS

"Então eles ficaram ali por muitos anos porque não tinham para onde ir. E ali não havia branco. Eles achavam que ninguém nunca chegava por lá. Eles achavam que ali estava tudo bem, mas futuramente, com a valorização das terras, os posseiros chegaram e entraram." (José Silveira de Souza, funcionário da FUNAI, na ativa, 76 anos)

"Sou servido por estes, e outros justos motivos, que ora fazem suspender os efeitos de humanidades, que com eles tinha mandado praticar, ordenar-vos em primeiro lugar; que desde o momento em que receberdes esta minha carta régia deveis considerar como principiada contra estes Índios antropofagos uma guerra offensiva, que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas, e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear das suas habitações, e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal, que movidos do justo terror das mesmas peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo da lei e promettendo viver na sociedade, possam vir a ser vassallos úteis, como já o são as immensas variedades de Índios, que nestes meus vastos estados do Brazil se acham aldeados, e gozam da felicidade que é consequência necessária do estado social." (Carta Régia, 13 de maio de 1808)

O homem branco, portugueses e outros vindos do Nordeste e da Bahia principalmente, foi chegando, trazendo com ele o desejo de domínio sobre as terras habitadas pelos botocudos. De guardiões de uma área proibida, estes se transformam em

ocupantes indesejados de uma área liberada.

O início do século XIX será marcado por uma sucessão de atos políticos administrativos da parte do Governo Central e da Província de Minas, no sentido de *dar guarda* ao homem branco na ocupação dessa zona liberada.

A navegabilidade do Rio Doce é um velho sonho alimentado pelos governos da Colônia. O comércio de canoas entre o sertão e o mar será liberado e encorajado pelos governos de Minas e Espírito Santo. No entanto, são inúmeras as dificuldades que o próprio rio apresenta: cachoeiras, rebojos, bancos de areia e, principalmente, a presença dos índios botocudos, senhores do Rio Doce, bloqueando a passagem dos que por lá navegavam.

"Outrora, principalmente, no princípio do século XIX, quando o governador Silva Pontes (Esp. Santo) anunciou, com estardalhaço, achar-se franqueada a navegação do Rio Doce, as cargas vindas do interior de Minas Gerais tinham que ser transportadas por terra da Ilha de Natividade, sita nas proximidades da foz do Manhuaçu, até ao Porto de Sousa, e tais eram as dificuldades em todo o percurso, acima das Escafinhas, que Eschwege as ressaltou assim: 'o governador carregara de sal algumas canoas que, com extrema dificuldade, subiram o rio, sendo as canoas e a carga postas em terras vinte e três vezes a fim de contornar as cachoeiras e sofrendo a gente da expedição os ataques dos botocudos. Chegadas as canoas a Minas, após mil perigos, vendeu-se o sal, carregou-se algum algodão e iniciou-se a jornada de regresso com os mesmos riscos a ponto de ninguém mais se lançar a semelhante cometimento, batizado solenemente de abertura de navegação para Minas.'" (ALMEIDA, 1959, p. 57)

Diante das freqüentes reclamações vindas dos governadores das Províncias do Espírito Santo e de Minas Gerais ao governo imperial com relação aos ataques dos botocudos às propriedades dos portugueses, em 13 de novembro de 1807, é aprovada, pelo Príncipe Regente, a proposta do governador da Capitania de Minas concernente ao estabelecimento de presídios destinados a conter os índios botocudos, e que autoriza a multiplicar esses presídios, "quando o bem da humanidade assim o exigir" (VEIGA, s.d. V. 4).

A imagem dos botocudos como gentios bárbaros, antropófagos, resistentes aos contatos com os brancos já estava de fato posta. E mais ainda, uma nação que se desejava construir sob os moldes das nações civilizadas européias não poderia admitir sinais de barbaridade.

O projeto de nação que vinha sendo construído pelo governo imperial associava barbárie/índios/sertão, em oposição a civilização/litoral:

"Das diferentes espécies de Índios o Botocudo, por experiência, he selvagem q'se não pode civilizar; he inimigo dos outros Índios, devorando-os, como faziam em outros tempos os q'vivião no Cuieté; os Portugueses não escapão igualmente à sua voracidade, e o único meio q'hã a seguir he fazê-los recuar com força armada ao centro das Matas virgens."
(JOSÉ, 1987, p. 80)

Limpar o rio e as suas margens, afugentar os índios para o interior das selvas, aprisioná-los ou exterminá-los, sem

pre que resistissem, eram as linhas da política indigenista das três primeiras décadas do século XIX e do projeto de civilização para a região.

Quando se diz "limpar o rio e as suas margens", pode-se ler:

"... quanto ao segundo embaraço, vê-se claro que, desafiadas as margens deste rio com o corte das madeiras, estes antropófagos se achariam na previsão de largarem suas habitações; e uma vez perseguidos se embestariam nos matos à proporção que estes fossem desmanchando, e com o andar do tempo se domariam (se é possível domar monstros deste tipo)." (Carta Régia de 13 de maio de 1808)

Na memória do homem comum as lembranças correntes pertencem à mesma e única imagem que o poder e os brancos ávidos de terra projetaram para a História oficial:

"Aqui os Índios ferozes e antropófagos eram os aimorês, os que comiam gente. É ... os que eles consideravam que comiam gente. Tanto que, quando foi feita a província do Espírito Santo, foi dada a um conde (que eu não sei o nome agora) da Barra do Mucuri 50 léguas na costa, ao sul e para dentro do mato quando ele quisesse entrar. O conde Martinho começou então a colonizar a barra do Rio Doce e veio subindo. Quando ele chegou dentro de Aimorês, por ali, na área dos aimorês, o povo que ele trouxe foi o prato fino para os índios aimorês. Comeram os colonos que ele trouxe quase todos. Então, ele com muito medo, começou só a colonizar a margem do Rio Doce pra baixo e beira mar. Mas Fernão Dias veio descendo, veio rodando, veio rodando e passou por aqui. Mas quando eles chegaram por aqui, tiveram a facilidade de dar contato com

a tribo dos crenaques. Os crenaques falaram para eles: 'Vocês atravessam o rio pelo outro lado, porque o índio daqui come gente e vocês vão ser comidos por eles, porque eles vêm todo ano matar gente nossa para fazer uma festa que eles têm'.

Então, o que fez o bandeirante? Munidos de espingardas, porque naquele tempo eram espingardas com aquelas conchas de pólvoras, aquela pedra com fuzil, aquela coisa toda, falaram: 'Não, nós não vamos passar aqui não. Eu vou ensinar a vocês e vocês vão sumir com eles, eles não vão comer vocês mais não'.

Os índios crenaques nunca tinham visto tiro na vida deles... O que aconteceu? Ficaram lá os bandeirantes e começaram a ensinar eles a atirar. Porque o bandeirante caçava, matava bicho, aquele trem... e eles gostavam daquela festa e passaram muito tempo lá. Eles tinham muita pólvora de barris, muito fumo, e ensinaram os índios atirar.

Quando chegou o dia da festa dos aimorês, ele falou: 'Vocês não vão esperar eles chegarem não, um dia antes vocês vão e atacam eles lá dentro'. Assim eles foram...

Quando os índios aimorês pensaram que no dia seguinte era o dia deles, os crenaques já tinham ido e chegaram e foram atirando naquela gente e foi matando gente com tiro. Eles já sabiam carregar espingarda, porque já tinha sido aprendido.

E eles (os aimorês) sumiram pra Naque, Nanuque, e lá ficaram por muito tempo." (Cipriano Emílio, comerciante, na ativa, 84 anos)

Essas imagens, assim projetadas, não são isentam os autores, idealizadores e executores da violência que foi instaurada contra os botocudos do Leste de Minas, durante todo o século XIX, como também sugerem às pessoas um sentimento de inevitabilidade da violência e do extermínio — únicas formas de enfrentamento da questão indígena, naquele momento.

SAINT-HILAIRE (1974, p. 256-7), na sua convivência com os botocudos do Jequitinhonha, fornece-nos alguns elementos de

oposição a essa imagem dominante, sem contudo eliminar as con-
 tradições humanas que permearam toda a história desses índios:

"Os Botocudos têm muito respeito pelos ve-
 lhos. Demonstram grande curiosidade pelas coi-
 sas que não conhecem; olham-na com prazer; po-
 rêm jamais os vi manifestar o menor espanto.
 Não perdoam as injúrias e procuram vingar-se
 das que recebem eles próprios ou seus paren-
 tes. São alegres, ousados e corajosos, amam
 a guerra, e suas várias hordas combatem-se
 continuamente. Para aumentar os próprios ban-
 dos os chefes raptam uns aos outros mulheres
 e crianças, e essa é a causa das discórdias
 que entre eles se reinam."

O aprisionamento, a escravidão, a domesticação e o ex-
 término dos índios botocudos, ao lado da concessão de terras
 e de outros atrativos, foram vistos pelo poder central como
 medidas necessárias ao sucesso da colonização das temidas ter-
 ras do Vale do Rio Doce. O desenvolvimento da Agricultura e
 do Comércio deveriam ser o resultado imediato desse projeto.

"Igualmente vos ordeno que em todos os
 terrenos novamente cultivados, e infestados
 pelos índios, ficarão isentos por dez anos de
 pagarem dízimo em favor daqueles que os fo-
 rem por em cultura de modo que se possa repu-
 tar permanente; que igualmente fique estabe-
 lecida por dez anos a livre exportação e im-
 portação de todos os gêneros de comércio que
 se navegarem pelo mesmo rio Doce, seja des-
 cendo para a Capitania do Espírito Santo, se-
 ja subindo da mesma para a de Minas Gerais."
 (Carta Régia de 13 de maio de 1808)

O governo do Príncipe Regente não tardou em declarar
 "guerra ofensiva" contra os índios botocudos e, pouco tempo

depois, traçava os primeiros rumos da política de terras para o Vale do Rio Doce. Coube à Junta Militar de Civilização dos Índios - Conquista, Colônia e Comércio do Rio Doce, a que presidia o governador da Capitania, a organização das quatro primeiras Divisões Militares ao longo dos cursos médio e alto do rio. Aos comandantes das Divisões, foram atribuídos os poderes de levar a cabo a empreitada de civilizar ou exterminar os indígenas, e ainda de expropriá-los de suas terras e de distribuí-las entre os colonos.

Vejamos os termos em que as Cartas Régias de 13/05/1808 e 02/12/1808 colocavam a questão indígena e a da terra para o Vale do Rio Doce. A carta de 13 de maio de 1808 diz:

"Sou servido por estes, e outros justos motivos, que ora fazem suspender os efeitos de humanidades, que com elles tinha mandado praticar, ordenar-vos em primeiro lugar: que desde o momento em que receberdes esta minha carta régia deveis considerar como principiada contra estes Índios antropophagos uma guerra offensiva, que continuareis sempre em todos os annos nas estações secas, e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear das suas habitações, e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal, que movidos do justo terror das mesmas peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo da lei e promettendo viver na sociedade possam vir a ser vassallos úteis, como já o são as immensas variedades de Índios, que nestes meus vastos estados do Brazil se acham aldeados, e gozam da felicidade que é consequência necessária do estado social."

A Carta Régia de 02 de dezembro deste mesmo ano, dis-

põe sobre a utilização do índio aprisionado como mão-de-obra pelos colonos, bem como sobre a concessão de terras na região do Rio Doce.

Os efeitos das letras das Cartas Régias não tardaram em aparecer. A violência foi-se instaurando, como forma característica das relações entre brancos e indígenas. Entre civilizar, aprisionar ou exterminar, a escolha recaiu, na maioria das vezes, na última alternativa. Os soldados, recrutados entre criminosos e índios "docilizados", exerceram suas funções da forma mais atroz possível.

"O mal das divisões começava com o recrutamento de seus integrantes, com o que ingressavam na vida militar indolentes, assassinos, ladrões, traficantes e bêbados contumazes" (JOSÉ, 1987, p. 66).

Quem são, porém, os índios que despertaram tanta ira nos brancos?

"Os botocudos eram bravos. Eles eram valentes, eles tinham muita agilidade com flechas. Botocudo não errava uma flechada. Esse caso que eles contam que o índio jogava a flecha para cima e abria o dedo para flecha cair, isso foi verdade. Se não estivesse ventando, acertava. (...)
Eles tinham muita agilidade nos rios, nadavam muito bem, eram bons pescadores e jogavam flecha muito bem. E tinham muita coragem."
 (Sr. Juquinha, sertanista, funcionário da FUNAI, na ativa, 76 anos)

"Quando a dança terminou, o comandante induziu os Botocudos a que atirassem do arco, e pude admirar sua extrema habilidade. As fle-

chas são aproximadamente do tamanho de um homem, e, lançadas por eles, elevam-se tão alto que quase se perdem de vista. Aliás não é para se admirar de que sejam tão hábeis nesse exercício. Mal uma criança aprende a andar, já lhe metem nas mãos um arco e flechas proporcionadas a seu tamanho, e faz seus primeiros ensaios sobre insetos; exercita-se, em seguida, sobre passarinhos, e, em breve, é capaz de ir por si só procurar seu sustento; antes de ser homem, já não tem mais necessidade de seus pais, e escolhe uma companheira." (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 256)

Hábeis, destemidos, bravos diante do inimigo, mas, se ganhavam hoje, perdiam amanhã em dobro. Mesmo com a sua extrema destreza no uso da flecha e com o seu conhecimento das águas e da floresta e dos caminhos, não conseguiam competir com os tiros certos disparados pelas armas dos brancos.

"Quando a divisão militar de Passanha (sic) ainda era bastante forte para fazer aos Botocudos guerra ofensiva, os soldados possuíam para o ataque vestes de espessura de cerca de uma polegada, feitas de vários panos de algodão cosidos conjuntamente, à maneira de nossas coberturas pespontadas (gibão). Essas vestes garantiam das flechas o corpo e os braços; mas deixaram a descoberto a cabeça, as coxas e pernas; eram tão rijas que se podiam manter eretas por si sós, e seu peso retardava a marcha. Dava-se uma vela a cada soldado, e penetravam pela espessura das matas, precedidos de alguns índios civilizados que conheciam as localidades. A algazarra das crianças e os cantos bárbaros com que esses homens acompanham as danças a que se entregam ordinariamente ao fim do dia, davam a conhecer o local em que o grupo de Botocudos ia pernoitar. Era sempre em um vale, à margem de um regato. Cercava-se por todos os lados o acampamento dos selvagens; deixavam-nos passar a noite em completa segurança; e ao raiar do

dia, viam-se cercados. Então começava o combate; os portugueses disparavam tiros de espingarda, e os Botocudos lançavam flechas. A pouco e pouco diminuía-se o círculo que se formara em torno destes últimos, e quando certo número já sucumbira, os restantes investiam sobre os inimigos, a fim de abrir passagem e fugir. Finalmente, quando não restavam mais no seu meio senão mulheres e crianças, os portugueses capturavam-nas e levavam-nas à força. As mulheres a princípio soltavam grandes gritos; mas apenas caminhavam um pouco, pareciam conformadas, e apegavam-se a seus condutores. Quanto aos homens, se acontecia prenderem-se alguns, flechavam os olhos, negavam-se responder às perguntas que se lhes dirigia em sua própria língua, e deixavam-se matar. Os Botocudos, temendo bastante as armas de fogo, não atacam os portugueses de frente; escondem-se por trás das árvores, e lançam flechas aos que passam ao alcance." (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 184)

Assim, a cada confronto, há uma baixa considerável na população indígena. Morrem os homens mais fortes, os líderes, os índios mais rebeldes e aguerridos. Os velhos, as mulheres e as crianças são escravizados, ou "pacificados". Outros embrenham-se nas selvas, fugindo dos brancos.

Os aldeamentos, alternativa adotada pelas catequeses missionárias, não parecem, no momento, interessantes para o Estado, naquela região, que passa a determinar o aproveitamento da mão-de-obra indígena:

"Só se aldeariam índios quando se apresentassem em grande número, pois seria dispendioso manter aldeamentos pouco populosos e inexpressivos; caso os indígenas se apresentassem em pequena quantidade, seriam distribuídos entre fazendeiros e colonos locais. Relativamente à última alternativa os civilizados se

encarregariam da educação, vestuário e alimentação desses índios, utilizando-se, em troca das despesas feitas, de seu trabalho." (MARCATO, 1979, p. 10)

Contudo, as estratégias para extermínio e submissão do índio não pararam nas guerras ofensivas. A aguardente, o roubo de mulheres e de crianças, a disseminação de doenças venéreas, da tuberculose e da varíola e o comércio da poaia também são armas poderosas.

A aguardente era conhecida como peste das aldeias:

"... em arraiais frequentados pelos índios naturais da paragem, como Presídio de São João Batista e Pompa, duas sodomas q'i vem de roubar feitos aos índios, q'i para satisfazer aos preccitos da Religião, em dias festivos vem bem vestidos, e sahem nūs despidos pelos Taverneiros, q: são hum em cada caza, e os lanção depois de bêbedos na rua on de morrem apopléticos, ou esmagados pelos carros e cavallos dos passageiros." (JOSE, 1987, p. 101)

Com o comércio da poaia, os índios nada acumulavam. Em brenhavam-se nas matas para a sua extração e as trocavam, depois, pela aguardente e pelas quinquilharias oferecidas pelos brancos.

Além do comércio da poaia, o comércio de meninos representou uma outra forma de exploração e de eliminação dos índios:

"Pessoas interessadas no comércio de meninos Botocudos iam à aldeia ou Kiyême e, às

custas de bebida ou de presentes os mais diversos, obtinham dos pais a permissão de levá-los consigo. Ao chegar à cidade, aldeias e fazendas vendiam a mercadoria por bom preço, que se transforma em escrava virtual de seus compradores. Em suma, mão-de-obra barata e prestante, com a vantagem de cobrir seus protetores com as virtudes de amor ao próximo e do desprendimento cristão, preocupados que estavam em salvar aquelas almas infantis da barbaridade e do paganismo." (MARCATO, 1979, p. 25)

Ainda MARCATO (1979, p. 25) comenta que viajantes europeus que percorreram os territórios botocudos não deixaram também de comprar alguns desses espécimes. Vicente, um botocudo recebido como oferta para POHL, foi trocado por facas, farinha de milho, carne seca, sal e fumo; uma indiazinha de doze anos foi dada a Saint-Hilaire, que presenteou os pais e a tribo com facas e colares de vidro.

Diante de tantas e tão variadas formas de violência, ora ostensivas, ora veladas, muitos indígenas foram recuando para o interior da mata, alimentando ódio contra os invasores e seus exploradores. Atacavam muitas vezes, incendiando roças e moradias, enquanto os brancos respondiam matando quantos índios estivessem ao seu alcance. Os comandantes e os soldados eram premiados ou castigados segundo seu desempenho na função de proteção aos colonos e de captura dos índios: "... os mesmos comandantes serão responsáveis pelas funestas consequências das invasões dos índios botocudos, nos sítios confiados à sua guarda" (Carta Régia de 13 de maio de 1808).

CAPÍTULO 3

AÇÕES PACIFICADORAS

Marlière, militar francês, chegou ao Brasil em 1808, tendo prestado serviços no Regimento Militar de Minas Gerais, em Ouro Preto. Antes de chegar no Rio Doce, em 1819, já havia trabalhado com os índios Caiapós e Puris da região da Mata (Minas). A situação dos índios do Vale do Rio Doce, nessa época, era semelhante à dos Puris e Xamixunas na região da Mata.

Nomeado Inspetor (1819 a 1829) das seis Divisões Militares do Rio Doce, criadas pela Carta Régia de 13 de maio de 1808, Marlière pôde verificar o comportamento dessas guarnições e cumplicidade do Estado com a ação dos colonos em relação aos índios. Nesse cargo, ele procurou disciplinar e humanizar a ação dos seus comandados junto aos índios, bem como apaziguar os conflitos entre estes e os brancos. Enquanto esteve à frente dessas Divisões, houve um período de relativa paz entre índios e brancos.

Além do empenho pessoal de Marlière na pacificação dos indígenas, ele cumpriu um importante papel na fixação de colonos na região, através da distribuição de cerca de 400 sesmarias (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 95).

JOSÉ (1958, p. 137), estudioso da vida e obra de Marlière, assim se referiu a esse período:

"... de fato nas sedes das divisões se formaram localidades populosas. Os naquenenuques do Norte do Rio Doce se entendiam com os seus antigos rivais, Crejaurins da parte Sul; nas zonas rurais vizinhas ou distantes, sítios e fazendas se instalavam e prosperavam; canoas subiam e desciam pelo médio Rio Doce; aldeias de Botocudos existiam ao alcance pacífico dos brancos; botocudos em grande quantidade viviam nas aldeias ou nas fazendas e sítios dos brancos, boa estrada ligava o Ribeirão Santo Antônio a Antônio Dias nas margens do Rio Doce, postos avançados davam segurança à navegação; e um caminho aberto pela Segunda Divisão, em 1818, unia as regiões mineiras do Rio Doce a Vitória, no Espírito Santo, embora não fosse muito frequentado pelos capixabas."

Marlière defendia a reunião dos índios em aldeamentos

e dizia que estes

"... devem ser estabelecidos em matas virgens, pátria dos índios, em vizinhanças de rios na vegáveis, sendo possível abundantes de peixe, o que determinará a sua fixação pela abundância daquele sustento e pelo deleite dos banhos, sem os quais não passam. Serão ao mesmo tempo uma escola de canoeiros." (MARLIÈRE, 1823, p. 81)

Segundo JOSÉ (1987, p. 85), as idéias de Marlière incluíam:

"... a formação de aldeias conservando, o mais possível, o primitivo hábitat do mineiríndio, com todos os valores de sua cultura; o respeito à propriedade da terra pelos indígenas, porque a consideravam como patrimônio essencial à vida das tribos; a organização social semelhante à do branco, naquilo que se mostrasse possível, mas com hierarquia indígena na direção."

Sobre as suas numerosas reclamações ao governo, MARLIÈRE (1825, p. 609) confessa que:

"Há 13 anos que grito aos sucessivos Governos, contra os matadores, opressores e invasores das terras dos Índios e nunca obtive senão respostas evasivas, devassas de encomenda, que não se verificarão. Ordens, que nunca me vieram: não se enforcou um só matador de índios; não se castigou a opressão; não se restituiu um palmo de terras."

Cansado e doente, Marlière retira-se para sua fazenda, Guidowald, onde morre pouco depois, em 1836.

Em 1831,

"... a lei que revogava a política antiindígena joanina colocava o índio brasileiro na condição de órfão, sendo que, a partir de 1833, os juizes de órfão passaram a administrar os bens dos tutelados. Em 1834, o Ato Adicional, após anos de centralização monárquica, transferia para as assembleias legislativas provinciais a responsabilidade da catequese e da civilização dos índios, obedidas as diretrizes do Estado. Mas é a partir do Decreto nº 246 de julho de 1845, que se definem as linhas básicas da política indigenista oficial. O Regimento das Missões, como é comumente chamado o Decreto nº 246, de 24 de julho de 1845, entregou praticamente aos capuchinhos italianos o destino das comunidades indígenas brasileiras." (MARCATO, 1979, p. 14)

Destaca-se a fundação, nos anos 50, do Aldeamento Central de Nossa Senhora dos Anjos do Itambacury, pelos capuchinhos Serafin de Gorizia e Angelo Sassoferrato, que vai favorecer a colonização do Mucury pela empresa colonizadora de

Otoni. Mas aqui, também, os índios aldeados entram em conflito com os colonos e com os missionários, produzindo novas dispersões (PALAZZOLO, 1945).

Os plenos poderes dados aos capuchinhos para aldear ou civilizar os índios significavam, também, a perda das características étnicas e culturais, pela introdução da miscigenação e da religião dos brancos. O sucesso do aldeamento de Itambacury (Vale do Mucuri) é assim descrito:

"E tem sido justamente em virtude desta união e aliança entre lavradores indígenas com lavradores nacionais que se tem conseguido, aqui, a mais acertada e espontânea transformação dos selvagens prejudiciais em laboriosos nacionais mestiços, desaparecendo de modo imperceptível pela mesma metamorfose, ou por morte natural, o alto algarismo de índios puros, terror dos habitantes desta fértil região, povoando-se a extensa e espessa floresta, abrigo outrora de feras bravias."
(PALAZZOLO, 1945, p. 198)

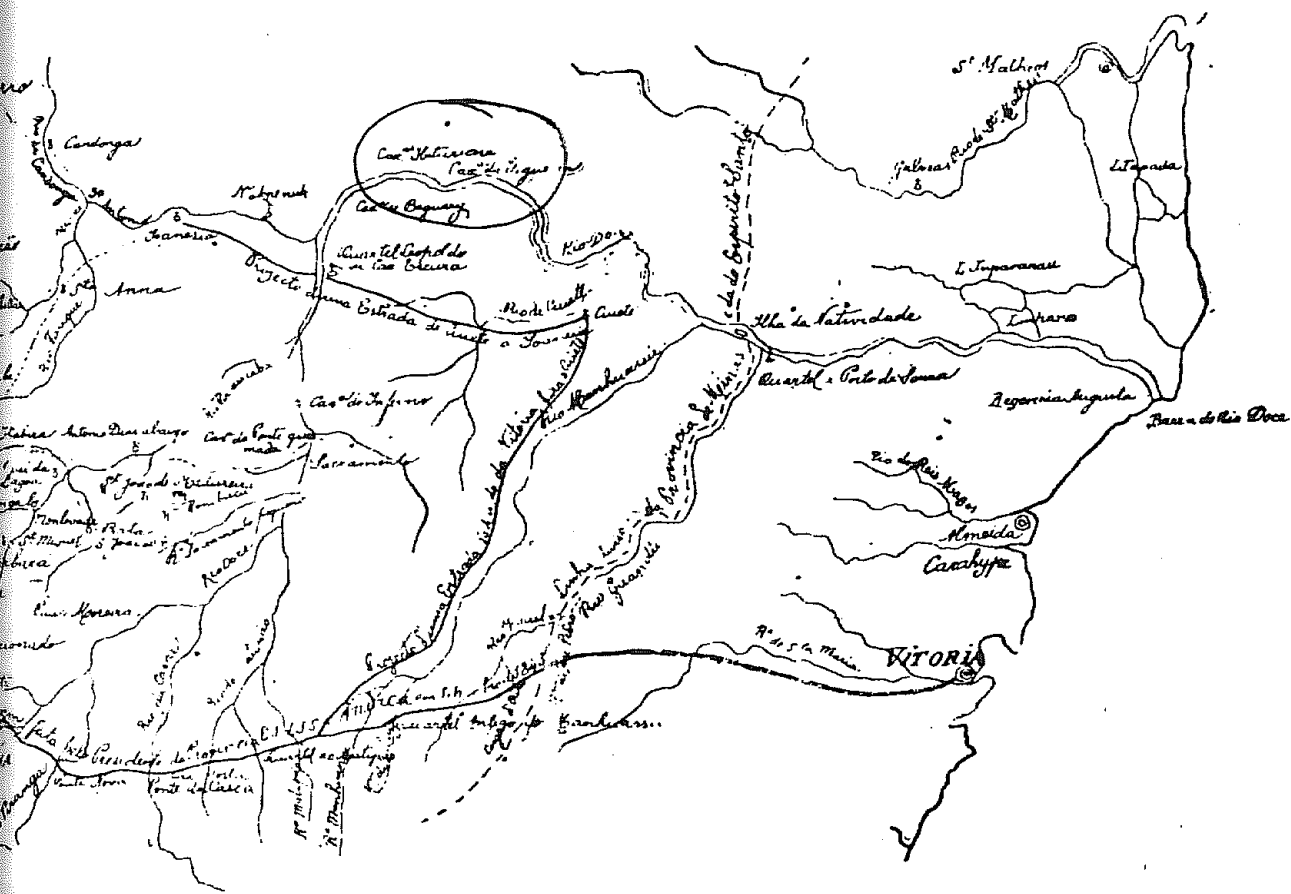
Logo após a promulgação da *Lei de Terras*, em 1850, que estabelecia a compra como único meio de aquisição de terras, o governo do Império mandou incorporar aos próprios nacionais as terras de todos os índios que não viviam aldeados. Ficou posto, assim, o não-reconhecimento do direito do índio à posse das suas terras, o que equivalia ao não-reconhecimento de sua cidadania.

Mesmo a submissão a aldeamentos não garantia a posse das terras, pois, além das condições impostas para a fundação desses aldeamentos, eles próprios eram extintos, quando a sua

manutenção não mais interessava ao Estado.

Em 1812, foram criados, pela Catequese Provincial dos Índios Mineiros, cinco aldeamentos, sendo um deles situado no Vale do Rio Doce, à margem do Rio Suaçuí-Grande, e denominado Aldeamento Indígena Imaculada Conceição do Distrito de Poaia. Por Ato Provincial de 09/05/1882, tal aldeamento foi transferido para o "Porto de Dom Manoel", atual cidade de Governador Valadares.

1a. CARTA DO RIO DOCE



Escala de 40 leguas

CAPÍTULO 4

DE QUARTEL A PORTO

Em 1823, Marlière instala o quartel Dom Manuel, assim chamado em homenagem a Dom Manuel de Portugal e Castro, então governador da Província de Minas. O quartel, um dos seis primeiros postos criados pela Carta Régia de 13 de maio de 1808, possuía, como os outros postos, 7 praças (seis soldados e um oficial, geralmente negros e mamelucos), e estava situado na atual Governador Valadares, na margem Norte do Rio Doce, em frente à majestosa pedra do Ibituruna. Ibituruna - terra-alta, terra-preta, ou montanha-negra, na língua botocuda, maciço granítico de 1.230 m de altura, é uma referência inconfundível no Vale do Rio Doce, a avisar aos que viajavam de canoa pelo rio que era preciso tomar cuidado. A poucos metros abaixo desse ponto, as águas descem para uma cachoeira, correndo com grande velocidade entre pedras e redemoinhos. Os navegantes deviam levar, por terra, as canoas e as mercadorias, retornando ao rio abaixo das cachoeiras.

O quartel guardava o rio e os colonos contra os ataques dos botocudos do Norte do Rio Doce, denominados naquene-nuquenses. Sobre esses índios, que se distinguiam das outras tribos pela falta de botoque nos lábios, não havia a suposição de antropofagia.

Em correspondência enviada ao governo da Província, em

1825, Marlière conta que um grande número de naquenenuques se dirigiu ao quartel, em busca de roupas, ferramentas e outros utensílios, já distribuídos anteriormente entre os índios, e encontrou o estoque esgotado. Inconformados, os índios ameaçaram tomar as armas dos soldados "para as quebrar ou desmanchar em pedaços que aproveitariam para deles fabricarem algumas faquinhas". O comandante pediu socorro aos camaradas, porque "um índio já o tinha seguro, do que resultou uma rixa em que morreram três selvagens, à queima-roupa, agarrados às armas que lhes tiraram a vida". Nesse episódio, Marlière, conhecedor das reações dos índios, trocou a guarda do forte e mandou avisar aos índios que já havia castigado os outros, pois, do contrário, "nunca viriam senão hostilmente". Nessa mesma correspondência, Marlière fala de sua crença na civilização dos naquenenuques⁶. Após o afastamento de Marlière, os naquenenuques, como os demais índios, sofrerão os mesmos efeitos das legislações posteriores, já comentadas anteriormente.

Porto, e não mais quartel - este é o lugar onde se vem desenvolvendo o pequeno povoamento, à margem esquerda do Rio Doce. O rio, parcialmente navegável desse ponto até o mar, funcionou como um posto avançado, possibilitando a comunicação da bacia do Rio Doce, no seu caudal médio, com o litoral. Peçanha, núcleo central dessa região, integrará o Porto ao seu do

⁶ Cf. Livro de Registro de atos diversos da Junta da Conquista e Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce (1816-1825) cod. 373. Sc. Colonial, pp. 145, 147.

mínio. O Porto da Figueira, com o nome de Santo Antônio da Figueira, foi elevado à categoria de Distrito (Lei Provincial nº 3.198, de 1884), subordinado ao Município de Peçanha⁷.

Dez anos mais tarde, após a Proclamação da República, o aldeamento dos naquenenuques é extinto pelo *Decreto nº 188, de 19 de outubro de 1894*⁸. A República, entre outras medidas, promoveu a descentralização política, transferindo aos Estados a responsabilidade pelo controle e manutenção dos aldeamentos.

A pacificação dos naquenenuques, no final do século XIX e início do século atual, é atribuída à ação do destacamento de Baguari. Por essa época, segundo alguns registros, a ação militar esteve sempre associada à ação catequético-assistencial dirigida pelo mameluco Cabo Máximo de Oliveira e por João Coelho. Essas pessoas são vistas como os principais responsáveis pela fixação do homem branco no povoado de Figueira do Rio Doce (AMARAL, 1956).

Hoje não existem mais naquenenuques na região, e ainda não foram encontrados objetos que testemunhem sua presença no lugar, ou referências ao destino que tomaram. Também são ra-

⁷ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXV, Minas Gerais, IBGE. Rio de Janeiro, 1959, p. 156.

⁸ FORTES, Crispim Jacques Bias. Decreto nº 788, de 19 de out. de 1894. Extingue o aldeamento de índios denominado D. Manoel, no Município de Peçanha. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1895, p. 449.

ras as memórias orais sobre a existência desses índios. Suas últimas aparições ficaram na lembrança como episódios de certa forma folclóricos:

"Aqui teve uma tribo, o nome deles era na quenenuques. Eles não tinham hábito de pintar o rosto. O cacique não permitia, era regulamento da tribo. Essa tribo era muito grande. Eu não posso saber quantos, porque o Sr. Antônio de Pádua e o Serra Lima sempre diziam que era muito grande, mas não davam o número para a gente... o número aproximado. Eles moravam na Serra do Cruzeiro, lá era a residência deles. Quando entrava a chuva ficavam lá na Serra. A Serra do Cruzeiro fica aí no município de Santa Maria. É muita pedra, muita mica, aquela serra resplandescente, que eles falavam dela por causa do brilho da mica nos dias de sol. Eles vinham até Figueira, eles tinham maloca nessa região toda. Tinha época em que eles desciam pelo rio Suaçuí-Grande, porque o domínio deles era toda a água vertente do Suaçuí-Grande e a margem esquerda do rio Santo Antônio, até a Serra do Cruzeiro. Eles habitavam aquilo ali. E essa gente esteve aí muito tempo, não eram agressivos, acomodaram-se muito bem com o povo daqui. Eles vinham sempre aqui, visitar. Essa fazenda do Capim pertencia à família Froes, eles vinham sempre na fazenda. Nas épocas de moagem de cana, aquela coisa toda, eles apareciam. A subsistência deles era a caça e a pesca. Eles não tinham cultura nenhuma. Eles começaram a ter uma cultura ensinada pelos brancos que vieram por aqui. O cabo Máximo plantou, para os índios, 5 sacos de milho, onde hoje o bairro Santa Terezinha. Era uma planta que eles não conheciam, mas eles iriam gostar muito. Então, na época em que o milho estava maduro, pronto para assar, eles chegaram direitinho. Na hora que eles meteram os dentes na primeira espiga, o cacique falou para os brancos: podem sair. Porque eles consideravam como deles tudo o que estava na terra deles (isto é, toda a região). E comeram tudo." (Emídio Cipriano, comerciante, 74 anos)

A última referência a respeito dos naquenenuques é feita por ESTIGARRIBIA (1912, p. 12) quando se refere aos remanescentes botocudos das tribos do Rio Doce,

"... naquenenuques, já muito reduzidos e confundidos com os nacquerêrês que povoam as margens do Pancas, afluente esquerdo do Doce com um pequeno aldeamento no lugar denominado Lage..."

CAPÍTULO 5

O LUGAR É CONQUISTADO

"Ibituruna

Não há muito testemunhou as horas das selvagens pelejarem umas contra as outras, ou contra os invasores - os civilizados - e estes, agora, lutam, pelear para estabelecer a civilização invadindo, devastando e ateando fogo para tudo comburir. Também ela será, em sua superfície, devorada pelas chamas, mas dar-lhe-ão uma ficha de consolação que é a voz do progresso - o apito da locomotiva."
(ALMEIDA, 1959, p. 88)

A NOVA IMAGEM DA REGIÃO

A imagem projetada pelo dominante a respeito da região, durante todo o século XIX, é de um sertão bárbaro: índios que devoram gente, febre que dizima, lugar de degredo, refúgio de criminosos. Derrotados os índios, qual a nova imagem a ser projetada?

O caminho para a civilização está aberto: matas virgens, densas, de espécies variadas, um rio ligando o sertão ao mar. Agora, a palavra de ordem é adentrar a selva, dominá-la, rasgá-la, explorá-la, colocá-la em relação com as outras regiões. Dela se projeta a imagem da riqueza fácil e da passividade da Natureza diante da ação do Homem. As imagens da de-

vastação e da derrota dos indígenas estarão amparadas pelo progresso e civilização da região, como ALMEIDA (1959) muito bem as sintetizou:

"... não há muito (Ibituruna) testemunhou as hordas pelejarem umas contra as outras, ou contra os invasores - os civilizados - e estes, agora, lutam, pelem para estabelecer a civilização, invadindo, devastando e ateando fogo para tudo comburir. Também ela será, em sua superfície, devorada pelas chamas, mas dar-lhe-ão uma ficha de consolação que é a voz do progresso - o apito da locomotiva." (ALMEIDA, 1959, p. 88)

Os índios botocudos foram derrotados. Quantos morreram durante a guerra declarada? Quantos resistiram? Quantos foram domesticados? Quantos dispersaram ou se miscigenaram? Não se sabe. Sabe-se que hoje se encontram reduzidos a proporções mínimas no Vale do Rio Doce, representados pela tribo dos crenaques.

Marlière estimou, à sua época, a existência de 20 mil índios só nas divisões militares sob sua jurisdição. Ao ser indagado, sucessivas vezes, pela Junta de Civilização Indígena a respeito do número de índios na região, respondeu que nunca se pode de fato contá-los, pois "*são imensos*". E ainda acrescentou: "*contar os índios em matas tão extensas e um formigueiro é sinônimo*".

No início do século, ALMEIDA (1959, p. 153), que andou pelas selvas do Rio Doce na qualidade de engenheiro construtor da estrada de ferro Vitória-Minas, registrou cenas de pe-

núria que traduzem a situação em que se encontravam os índios do Vale do Rio Doce:

"Seis ou oito bugres com seus curumins, sem cerimônias, penetraram na casa, devastaram-na, assenhorearam-se d'aquilo de que se agradaram... No meio da algaravia complicada, despontavam vocábulo de português estropiado: capitan dineo, fome, fume..."

A julgar pelas cenas por ele descritas, e pelas transformações que vinham ocorrendo na região, pode-se pensar que os indígenas do Vale do Rio Doce estariam escrevendo o último capítulo de sua história. Mas isso não se deu, pois alguns poucos crenaques resistiram e, ao fim de uma peregrinação de trinta anos pelo interior do Estado, seguida de lutas de mais de 30 anos para permanecer no Vale, continuam, pouco mais de 100 índios atualmente, vivendo de Agricultura e de Pecuária no município de Resplendor, a 50 km de Governador Valadares, ameaçados de terem suas terras reduzidas de 4.000 para 30 hectares⁹.

⁹ Para maiores informações, consultar: MARCATO, Sônia de Almeida. A repressão contra os botocudos em Minas Gerais. Boletim do Museu do Índio, 1979. ESTIGARRIBIA, Antônio Martins Vianna. Trecho de um Relatório apresentado à Directoria do Serviço de Proteção aos Índios, 1934. ABREU, Sílvio Frões. Os índios crenaques (Botocudos do Rio Doce) em 1926. Rev. do Museu Paulista, XVI, 1929. MARCATO, Sônia de Almeida. Via Crucis de um povo. Os Krenaks às margens do Rio Doce (Relatório de viagem), 1982.

SEGUNDA PARTE

A CONSTITUIÇÃO DA CIDADE

CAPÍTULO 1

FIGUEIRA É UM PORTO

*"Aqui se chamava Figueira do Rio Doce porque cada porto tinha um apelido que os canoeiros punham. Aqui eles botaram Porto de Figueira porque tinha umas figueiras grandes na beira do Rio. Naquela época, eles falavam que elas tinham de 100 a 200 anos. Figueira grossa. Isso aí [a figueira], já não é do meu tempo: eu ouvi contar."
(Geraldo Bento, mestre de obras, 70 anos)*

A figueira era símbolo do porto. Árvore frondosa, centenária, nela os navegantes do rio atracavam as canoas. Seus velhos moradores recordam, também, que

"... o nome Figueira vem de uma velha figueira brava que havia ali onde é o Serviço de Água e Esgoto. Também ali, na barra de Figueirinha, como era chamado aquele trecho, era figo puro." (SOARES, 1983, p. 23)

Porto da Figueira do Rio Doce: assim era conhecido o arraial, que não passava de um amontoado de casas à margem esquerda do rio, em frente ao Pico do Ibituruna. Peçanha, ao integrar o Porto de Figueira ao seu domínio, iniciava um tênue circuito comercial entre os sertões do Leste, o litoral e o Centro-Sul desenvolvido.

"Ali eles faziam a troca. Vinha mercadorias de Peçanha, Santa Maria, Virginópolis, Guanhões. Vinha tropa... toucinho salgado, feijão, milho, carne salgada. Eles levavam lã no porto e eles trocavam por sal, querosene, bacalhau, pela carne de porco, queijo, doce de goiaba. Ali eles adquiriam o fósforo, que era coisa rara no interior, o bacalhau, o sal, o querosene. Essas mercadorias vinham do Rio para Vitória, de Vitória subia o Rio Doce acima, de canoa." (Geraldo Bento, mestre de obras, 70 anos)

Partindo do "centro"¹ em direção ao Porto da Figueira, as tropas passam pelas fazendas e pelos "ranchos de cooperação":

"Tinha os ranchos de cooperação. Toda fazendinha, todo sítio, todo proprietário já tinha uma cobertura para a pessoa que passava com a tropa. Ali a tropa se alojava e às vezes se pagava uma taxa de imposto." (Geraldo Bento, mestre de obras, 70 anos)

As canoas subiam o rio desde Linhares, no Espírito Santo, até o Porto da Figueira e até mais acima, no Porto de Pedra, na confluência dos rios Doce e Santo Antônio.

Em Figueira, dava-se o encontro das tropas com as canoas. Era o local e o momento da troca dos excedentes da região pelos produtos industrializados vindos do litoral.

Assim, a produção excedente do Noroeste da bacia do Rio Doce descia o rio em direção ao litoral do Espírito Santo. Os

¹ Centro é a denominação dada pelos informantes aos povoados e/ou cidades que se situam a noroeste da bacia do Rio Doce: Peçanha, Santa Maria do Suacuí, Virginópolis, Guanhões.

canoeiros, na viagem de volta à Figueira, traziam o sal e produtos industrializados necessários à economia da região.

"Sou mineiro de Santa Maria de São Félix; venho de Figueira numa canoa carregada, que muito trabalho me deu pra transpor, vazia, nas cachoeiras, porque eu e os companheiros carregávamos os volumes passando na mata; e vou à venda do seu Bittancourt." (ALMEIDA, 1959, p. 148)

O percurso acidentado do rio desafiava a força e a habilidade dos canoeiros. De Linhares, no Espírito Santo, ao Porto de Pedra, várias são as cachoeiras: a de Escadinhas, Figueira, Baguari e Escura.

Nenhum canoeiro parece escapar aos mistérios que envolvem o rio. Lendas e casos de assombrações povoam o imaginário dos navegantes: representações dos perigos e dos reveses que experimentavam, ao percorrerem o rio.

"Contam fatos, lendas arrepiantes. A canoa carregada se afundou. Ninguém sobreviveu. O redemoinho a todos engolfou nas águas espiraladas do Rio. Ou: - o caxeiro viajante, o cometa, levava o dinheiro e o camarada sangrou-o de morte, saqueou-o e desapareceu." (ALMEIDA, 1959, p. 38)

Povoamentos como Natividade (hoje, Aimorês) e Figueira se desenvolveram porque se tornaram parada obrigatória para os que subiam e desciam o rio e, por essa razão, foram-se destacando do restante da região, como clareiras na mata.

"Nas cachoeiras, o povo automaticamente foi abrindo postos, tendo animais para transportar mercadorias de cima da cachoeira para baixo ou de baixo para cima. Mas eles foram povoando de gente ali para ter essa questão de facilidade." (Emidio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

A intensidade do movimento comercial é lembrada:

"... tinha muito movimento. As canoas esbarravam umas nas outras. Então aquela figueira foi-se descasando e foi caindo. Porque os canoeiros chegavam, atracavam e cada um queria fazer para si um carregamento maior. Mas isso aí não é do meu tempo, é de ouvir contar." (Geraldo Bento, mestre de obras, 70 anos)

"1907. Eu era criança. Vim de Teófilo Ottoni. Gastamos trinta dias para chegar. Os adultos vínhamos abrindo estradas. Viemos com a firma Pappi e Irmãos. Eram três irmãos: Simão, Tomaz e Alexandre Papi. Foram os primeiros negociantes a chegar a essas plagas. Vinham carregando sal e querosene, em sententa e tantas bestas de carga. Já se encontravam aqui: um tal de Heitor, subdelegado nomeado por Guanhães; os Araújos, donos da ilha; os Pereira, o Sr. Quintiliano Costa, juiz de paz nomeado; Pedro Cachoeiro, Zé e Pedro de Almeida. Esses dois últimos tinham uma tarefa muito importante. Faziam o transporte das canoas que vinham do Porto da Pedra, do Sr. José Pascoal, carregando café. Aqui, as canoas eram atravessadas com roletas, por causa das cachoeiras. A mercadoria não era retirada da canoa. Chegando aqui por meio de roletas, usando bois, atravessavam por terra até pegar o rio navegável novamente. Seguiam para Barra de Linhares. Lá deixavam o café e voltavam com o sal e querosene. Não havia estrada alguma: nem de ferro, nem de rodagem e nem mesmo para ir a cavalo." (Otaviano Fabri, citado por SOARES, 1983, p. 30)

Figueira vai-se consolidando como um entreposto comercial. No encontro de caminhos, intensifica-se o movimento. Disputa-se o comércio das canoas e inicia-se, também, um processo de acumulação de riquezas.

"Temos aqui o Sr. Otaviano Fabri, está com 85 anos, há pouco tempo ele disse para mim que esse rio foi navegável, partindo do Rio Santo Antônio no Porto de Pedra, José Pascoal, foi ele que enfiou a canoa dentro do rio, encheu de mercadoria e foi parar em Barra de Linhares, lá na barra do Rio Doce. E começou trazendo mercadoria de lá e levando para lá... Teófilo Otoni mandou para aí uma missão de gente e fizeram várias canoas aqui e criaram uma organização também partindo de Valadares para Linhares. Então ficou o José Pascoal e ficou essa organização. Mas aconteceu que veio para aqui a família Pappi, de um poder econômico muito grande. Então comprou todas aquelas canoas de Teófilo Otoni e mandou fazer mais e fez aqui um grande armazém. O sal para Diamantina era apanhado aqui também. Era apanhado no Porto de Pedra, lá pra cima do Naque. E com esse advento da família Pappi, José Pascoal deixou de transportar de Linhares para aqui e daqui para Linhares. Tudo o que ele trazia de Diamantina ele vendia aqui para Pappi e Patos tinha mercadoria para entregar para ele e recebia a consignação de mercadorias de São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares. Ali teve esse movimento por muito tempo." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

O Porto tinha dono. Os canoeiros independentes, donos de sua força de trabalho, iam-se tornando empregados dos donos do Porto. Os produtos em circulação ganhavam um lugar de estocagem. A comercialização não dirigida dos excedentes era substituída pela encomenda da mercadoria. A relação entre pro

dutores e comerciantes ia sendo substituída pela relação entre firmas e organizações.

E a estrada de ferro vinha chegando... vinha chegando, inaugurando um novo tempo. Figueira vivia a expectativa de transformação de Porto de Canoas em Estação de uma estrada de ferro.

"No sertão de Minas Gerais correu a notícia de que a Estrada de Ferro Vitória-Diamantina já estava sendo construída. Quando ela ultrapassou os limites Espírito Santo/Minas Gerais e se aproximou, atravessando o Rio Doce, veio uma leva de imigrantes tentar a vida, pois a Estrada de Ferro era uma nova seiva, uma nova artéria do progresso." (Raimundo Fonseca, citado por SOARES, 1983, p. 17)

Os trilhos da estrada de ferro Vitória-Diamantina alcançaram a região do Vale do Rio Doce no ano de 1905. Essa ferrovia representava mais um passo para a integração do Estado e para a ligação deste com o porto marítimo do Espírito Santo.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA

"Os imigrantes terão um dia monumentos em diversos pontos do país, que comemorarão o início de suas atividades na terra, que os recebeu com carinho e que é a pátria de seus descendentes, mas os desbravadores dos sertões, os exploradores das riquezas ocultas, os jornalheiros das vias de penetração, que enfrentaram endemias, embora brasileiros, serão lembrados apenas nos discursos improvisados por oradores, que tocados de inspiração transitória dirão, conforme a inauguração do empreendimento, frase como esta: 'contai, meus senhores, os dormentes deste trecho de estrada que se inaugura hoje, e ficai certos de que o número que encontrardes será superado pelos dos trabalhadores enterrados no limiar de suas barracas miseráveis... E esta é a homenagem única àqueles que ensinaram aos colonos o estabelecimento da gleba brasileira.'" (ALMEIDA, 1959, p. 241)

Vencer a selva, dominar seus mistérios, descortinar suas riquezas, ligar a região a outros pontos do território — estas são as tarefas dos trabalhadores da estrada de ferro. Desse modo, as imagens da civilização e do progresso deveriam apagar as imagens da selva e da barbárie:

"A peleja daqueles três homens durante horas seguidas, contrapondo o pesado madeiro mal acepilhado e de torneio imperfeito à cor

renteza do rio, despertou-nos reflexões na grandeza da pátria, na resignação do povo e na necessidade inadiável de uma rede ferroviária cobrindo o país em todas as direções. Não era possível, pensávamos, que se retardasse a construção da estrada de ferro. Urgia que ela penetrasse em Minas Gerais e se estendesse até as minas de ferro e se ligasse à Central do Brasil. A navegação do Rio Doce era quimera. Só a estrada de ferro solucionaria o problema de transporte. Só ela era capaz de lograr a conquista para a civilização da vasta região ainda habitada pelos indígenas." (ALMEIDA, 1959, p. 189)

Não havia, é certo, mão-de-obra disponível para a construção da ferrovia, numa região despovoada, cuja população escassa era composta basicamente por passageiros, pequenos comerciantes, aventureiros e pelos remanescentes indígenas².

² Em 1911, a maior tarefa da então criada Inspetoria de Proteção aos Índios, no Vale do Rio Doce, era atrair os índios Crenagues, que eram arredios aos contatos com os brancos. ESTIGARRIBIA (1912, p. 30), inspetor do serviço, assim se referiu aos crenagues: "Os índios crenagues são botocudos, isto é, aimorês, e constituem a parte mais poderosa e atrasada do grupo gúteraque. Nos meus relatórios do ano passado, sempre me referi a esses índios, recordando o seu afastamento teimoso e voluntário, ou os ataques, alguns recentes, que fizeram nas margens do Rio Doce. É verdade que a cada um deles precedeu um agravo, que o provocou. Isso porém, não diminuía a dificuldade de os atrair e de os pacificar... Os crenagues são de uma vivacidade gritadora, sempre agitados e à procura de alimentos." A intenção da Inspetoria de Proteção aos Índios era transferir os crenagues das matas de Minas para o Espírito Santo, onde se juntariam aos remanescentes de outras tribos. No entanto, a resistência dos crenagues obrigou a criação do Posto de Atração do Eone (1912) no Vale do Rio Doce, e, posteriormente, o Posto Guido Marlière (1920), entre os atuais municípios de Resplendor e Conselheiro Pena, também no Vale do Rio Doce. Em 1920, o governo do Estado concede aos indígenas 4.000 hectares de terras de volutas. No entanto, a crescente entrada de posseiros e de grileiros de terra na região, em consequência da presença da estrada de ferro e de outros empreendimentos (como se verá no próximo capítulo), levou à perda gradual das terras dos crenagues.

A insalubridade, a malária, a opulência da floresta e a presença indígena desestimulavam a ocupação da região. Poucos casebres e taperas entre as matas abrigavam um número reduzido de posseiros. O recrutamento dos trabalhadores se dava nos Estados mais pobres do Brasil, de onde as secas e a falta de trabalho expulsavam periodicamente os seus trabalhadores. Vejam-se alguns depoimentos:

"Meu pai, do qual sô me lembro do primeiro nome, Antônio, era pedreiro de profissão, baiano a quem na medida do sentimento humano muito amei. Vim com ele, que acompanhava o trajeto da construção da estrada de ferro. (...) a região não podia oferecer o número necessário de gente para execução de obra de tal porte, sendo preciso recrutar esse elemento na Bahia, Sergipe, etc. Assim meu pai também tomou o destino oferecido. Dentre os pontos de referência para nosso deslocamento sempre para frente, lembro-me do antigo Lajão, hoje Conselheiro Pena, onde meu pai, deixando-me em casa de uma família que dava pensão, seguiu adiante até Figueira. De Figueira, meu pai encarregou o canoeiro de nome Leopoldino de levar-me ao seu encontro." (João Angelo, trabalhador do comércio, 1904 a 1988)

"Ah; eu vim sozinho. Eu ia pro corpo de fuzileiros navais. Eu nasci pra ser soldado. Eu queria ser soldado de escola, porque a minha escola foi daquela de ABC segundo o livro de Felisberto de Carvalho. Então eu ia pro corpo de fuzileiros navais, onde já tinha um primo, em 1927. Eu saí de casa com 16, 17 anos incompletos. Mas como eu saí com a bagagem nas costas desde casa, quando cheguei no Sul da Bahia, em Ilhéus, o dinheiro acabou e eu tive que saltar do navio e ir ganhar dinheiro nas colônias de café para acabar de chegar. Conclusão, não conheço o Rio até hoje. Já fui duas vezes, mas não posso dizer que conheço. Vim num navio costeiro. Quando chego

num porto quase na divisa, ali em Vitória, o comandante, sem nenhuma explicação, falou que o navio ia voltar dali. Tivemos que saltar e botar a bagagem nas costas e andar 9 dias até sair em João Neiva. Quando eu vim conhecer Vitória eu já era ferroviário. Viajamos a pé com a bagagem nas costas, pelo litoral. Quando chegava num lugar em que a maré batia nas pedras, a gente entrava em uma pegada por dentro do mato e saía na frente. Nós atravessamos o Rio Doce, pegamos uma estrada para um tal de Ribeirão da Linha, e viemos sair em João Neiva. A ferrovia estava apitando dez horas, os trabalhadores estavam saindo pro almoço. Tava vindo uma turma de italianos na frente. Eu perguntei para um dos camaradas da frente:

- Oi, moço, o Senhor sabe onde a gente arruma serviço?
 - Os colonos podem precisar de braço, mas eu não tenho certeza. Eu trabalho na ferrovia. Se o Sr. quiser trabalhar na ferrovia... Tá vendo aquela casa amarela lá em cima, pra lá da estação? Lá mora o mestre de linha. Ele está pedindo gente para mandar para um colega dele em Minas Gerais. Se o sr. quiser ir trabalhar na estrada de ferro, pode ir lá que ele está procurando gente."
- (Sr. José Luiz, ex-ferroviário, 78 anos)

"Dizem que esta estrada de ferro é uma lenca, cada dormente uma vítima, daqui para cima. Eu me lembro que vinha aquele navio gaiola³, Comandante Capela, Comandante Ripe, Comandante Miranda, vinha cheio de nortistas para a construção dessa estrada: a Vitória-Minas. E era a estrada de ferro Vitória-Diamantina, naquela época. Essa estrada foi feita assim: vinham aqueles navios, a composição já estava encostada na estação, entravam naquelas chatas, vinham, saltavam e pegavam o trem. O trem, em determinados pontos, já tinha outra locomotiva abastecida. Enquanto che

³ Do Nordeste até Vitória, pelo mar.

gava o trem, desengatavam aquela locomotiva, engatavam a outra e corriam, para não dar tempo para o sujeito fugir. Porque o pessoal gritava:

- Vai morrer, vai morrer de febre!!
E morria quase tudo!" (Sr. Genário, trabalhador do comércio, 73 anos)

"Dia a dia se multiplicavam os acessos de sezões que avassalavam aqueles infelizes da turma renovada. Havia noites em que o delírio simbolizava o paroxismo em seus sofrimentos e, quando a aurora rasgava, embora trôpegos, até a barranca do Cuieté se deslocavam alguns, que encorujados aguardavam os raios de sol." (ALMEIDA, 1959, p. 204)

"... nada de especialmente original possui o advento e a expansão das estradas de ferro no Brasil. É como se um mesmo enredo se passasse, ao mesmo tempo, em diferentes cenários. Mortos no Congo, mortos na Sibéria, mortos na Índia, mortos na Estrada de Ferro Dom Pedro II: a classe operária se internacionaliza, as epidemias também."

Essa foi a analogia feita por HARDMAN (1988) à Ferrovia Madeira-Mamoré. Poderíamos acrescentar também: "mortos na Estrada de Ferro Vitória-Minas".

"Eu trabalhei na estrada também. A estrada foi feita através de empreiteiros. Um deles foi o João Lopes, que depois ficou ali. Tudo era feito com picareta. E, quando morria um camarada no trabalho, colocavam-no na carroça, jogavam terra e jogavam no aterro. Daqui até Baguari." (Otaviano Fabri, citado por SOARES, 1983, p. 19)

"Ah, era muito diferente. Hoje eles têm máquina, nê, tem o mecanismo que favorece, na quele tempo era tudo na carroça e, às vezes, na carrocinha e na pã, no enxadão, que hoje quase não se usa isso. E nós acompanhamos o grupo que eles falavam de avançamento, aqueles que vinham desde quando ia abrindo, aĩ tinha o traçado pra poder o pessoal trabalhar, os empreiteiros," (João Ângelo, trabalhador do comércio, 1904 a 1988)

Podemos lembrar-nos, também, da descrição de HOBSBAWN (1982, p. 74):

"Como podemos negar a admiração por estas tropas de choque da industrialização que construíram tudo isso (ferrovias no século XIX), aos exércitos de camponeses frequentemente organizados de forma cooperativa que, com pã e picareta, moveram terra e pedras numa quantidade inimaginável, aos capatazes profissionais ingleses e irlandeses, que construíram linhas ao longo de seus países, aos maquinistas e mecânicos de Newcastle ou Bolton, que partiram para longe para construir as novas linhas de ferro da Argentina ou Nova Gales do Sul? Como podemos não nos emocionar com os exércitos de collies que deixaram seus ossos ao longo de cada milha de trilho? Hoje, o belo filme Palher Panchali de Satyadjeti Ray (baseado numa novela bengalesa do século XIX) nos permite recapturar a maravilha da primeira máquina a vapor, um maciço dragão de ferro, a própria força do mundo industrial irresistível e inspiradora, fazendo seu caminho onde nada previamente havia passado, exceto mula e carroças."

Ou, no caso no Rio Doce:

"Os imigrantes terão um dia monumentos em diversos pontos do país, que comemorarão o início de suas atividades na terra, que os re

cebeu com carinho e que é a pátria de seus descendentes, mas os desbravadores dos *sertões*, os exploradores das *riquezas ocultas*, os jornaleiros das *vias de penetração*, que enfrentaram epidemias, embora brasileiros, *se* *rão lembrados* apenas nos discursos improvisados por oradores, que tocados de *inspiração transitória* dirão, conforme a *inauguração* do empreendimento, frase como esta: 'contais, meus senhores, os dormentes deste trecho de estrada que se inaugura hoje, e ficar certos de que o número que encontrardes será superado pelo dos trabalhadores enterrados no limiar de suas barracas miseráveis...' E esta é a homenagem única *àqueles* que ensejaram aos colonos o estabelecimento da gleba brasileira." (ALMEIDA, 1959, p. 241)

Quando a estrada de ferro ultrapassa a Estação de Figueira, os trilhos adentram uma região altamente paludosa. *No* *vos* trabalhadores estão chegando para executar as tarefas de manutenção e avançamento dos trilhos:

"Naquela época aqui dava febre até no galho de pau. Eu trabalhei na estrada de ferro em 1926. Me mandaram ali pro lado de Baguari, Pedra Corrida e Naque. Três vezes que eles me mandaram pra lá eu cheguei aqui desacordado de febre. Na quarta vez que me mandaram, eu pedi contas e saí da estrada. Naquela mata *ha* *via* aquelas valas que davam debaixo da mata, enchiam d'água e as folhas de pau caíam dentro daquela lagoa debaixo da mata e aquilo azulava tudo. Criavam aqueles pernilongos, *ca* *da* bitelho desse tamanho assim. Quando eles batiam o ferrão a febre ficava ali. Aqui dentro da cidade mesmo não dava febre. As pessoas do governo erradicaram isso aí." (José de Almeida e Silva, mestre de obras, na ativa, 70 anos)

"Eu entrei na via permanente. Ela era toda na terra no tempo da seca e na lama no

tempo das águas. Hoje já é uma estrada de ferro. Pode-se dizer que hoje é uma das melhores do país, a Vale do Rio Doce. Mas naquela época era um canguicho danado. Na ocasião, nós andamos com um trem na mão e de Naque até Pedra Corrida ele caiu 13 vezes. Andou mais na nossa mão do que em cima dos trilhos. E eu tomei conta desse trecho de Governador Valadares a Dumont, 204 km. Depois vieram os 9 km para Nova Era. Depois veio o trecho de Itabira. Tudo eu tomei conta daqui de Valadares e dei conta." (José Luiz, ex-ferroviário, 78 anos)

"E dei conta". Os trabalhadores alcançam, também, outras vitórias: em 1908, surge a primeira greve, surpreendendo os chefes e a companhia, pelo pagamento dos salários atrasados (ALMEIDA, 1959, p. 249).



CAPÍTULO 3

FIGUEIRA É UMA ESTAÇÃO

"Com a inauguração da estrada de ferro a Cidade do Futuro não mais parou. A Figueira recebia a todos e os abrigava à sua sombra, esparramando as casas pelo vale. De todas as regiões vizinhas, chegavam os pioneiros, predominantemente capixabas e, em seguida, de Coroaci, a cujo núcleo pertencem, Peçanha, São João Evangelista, Santa Maria do Suaçuí e depois Virginópolis e Guanhães." (José Chaves Reis, citado por SOARES, 1983, p. 32)

Tropeiros, comerciantes e fazendeiros, vindos em sua maior parte de Virginópolis, de Sabinópolis, de Santa Maria do Suaçuí, de Guanhães e Coroaci, deslocam-se da bacia para o

vale e para a estrada de ferro que acompanha o rio. Turma de avançamento, maquinistas, foguistas e guarda-freios vão acompanhando os trilhos do progresso:

"Em Derribadinha, a construção parou de certa forma aguardando a construção da ponte sobre o Rio Doce. Isso fez com que se formas se, ali, um núcleo de todos os que pretendiam uma melhoria de vida: pequenos negociantes, lojistas, um grupo natural de colonizadores. Quando a linha transpôs o Rio Doce, e passou para a margem esquerda, atingindo esta zona, que era inóspita, mas de uma beleza majestosa e arrebatadora, o núcleo de Derribadinha veio para Figueira do Rio Doce. Os pioneiros da Figueira do Rio Doce chegavam, entusiasmados, formando o pequeno povoado. Aqui se transformou num centro catalisador, um centro de grandes esperanças." (Raimundo O. Fonseca, citado por SOARES, 1983, p. 77)

"Devido à construção demorada e dispendiosa da ponte de metal sobre o Rio Doce, o avançamento da ferrovia demorou mais de dois anos para atravessar o rio. Os mais afoitos enfrentaram as águas usando canoas, fizeram picadas, abriram caminho pela mata virgem e foram-se instalando em barracas de madeira, onde existem hoje a Catedral de Santo Antônio e a antiga Igreja Presbiteriana..." (José Chaves Reis, citado por SOARES, 1983, p. 32)

"Quanto a mim, sem pretensão alguma além da visão acanhada que me domina, quero também dizer algo sobre a Figueira que eu conheci, sem nada ter pra carregar, como canta o nordestino e, digo eu, nem mesmo o sobrenome... Meu pai, do qual só me lembro o primeiro nome, Antônio, era pedreiro de profissão, baiano a quem na medida do sentimento humano muito amei. Vim com ele, que acompanhava o trajeto da construção da estrada de ferro (...) Figueira, portanto, aceitou-me em 1909 como

dependente total, deu-me seu apoio, merecendo do forasteiro, adaptado, toda a admiração." (João Ângelo de Oliveira, trabalhador do comércio, 1904 a 1988)

Pioneiros e forasteiros assim eram denominados e se autodenominavam os que chegavam à Figueira. Pioneiros são aqueles que vêm da região, trazendo suas famílias, suas posses, suas raízes, e vão-se estabelecendo no comércio e nas terras locais. Forasteiros são aqueles que chegam de fora, peregrinando, de mãos vazias, sem sobrenome, solteiros e desagregados de suas raízes, e que oferecem a sua força de trabalho à ferrovia ou aos donos das terras e do comércio.

"Meu pai veio para cá em 1910; informado por ele e por outras pessoas, eu sei que a estrada de ferro aqui entrou com a placa da estação de Diamantina." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

A partir de 1910, com a descoberta do minério de ferro em Itabira, os trilhos dessa estrada de ferro serão desviados para atender a outros interesses⁴.

⁴ Em 1909, um ano antes do Congresso de Estocolmo, em que o Brasil apresentou ao mundo um estudo das suas jazidas mineiras, os ingleses adquiriram as opções de compra das jazidas de minério de ferro de Itabira, no Vale do Rio Doce. Para explorá-las, criaram, logo em seguida, o *Brazilian Hematite Syndicate*. Para transportar o minério, firmaram contrato com a Companhia Vitória-Minas (da qual se tornaram os maiores

"Foi uma companhia que fez um contrato com o governo brasileiro de ligar Vitória a Diamantina, mas quando descobriram aquele Cauê em Itabira, uma Companhia Inglesa requereu aquilo e o governo da época, que eu não sei qual era porque nem tinha nascido, deu a concessão e que tomou o nome de Itabira Iron. Saíram de Vitória, foi tudo bem até o Naque. Depois eles teriam que subir o Rio Santo Antônio na parte de cá, que significa margem esquerda (porque a gente tem que dar as costas para o nascente do rio, para poder pegar a margem esquerda), e eles ao contrário, já combinados com a Companhia Inglesa, atravessaram o rio para poderem ir ao Cauê. Era ilegal, eles não podiam fazer aquilo. Mas outros governos atrás já aceitaram aquilo sem discussão, sem parlamento. Arthur Bernardes foi chegando e cassando os direitos deles. A estrada de ferro ia a Antônio Dias, um lugar vagabundo daqueles, não vale nada, lá era o ponto final da estrada de ferro." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

No dia 15 de agosto de 1910, a máquina de número 1 entrou em Figueira — "Com a inauguração da estrada de ferro, a cidade do futuro nunca mais parou".

acionistas), mediado pelo Governo Federal. Nas cláusulas desse contrato, ficou estabelecido: "a) modificações no traçado da estrada de ferro; b) construção de uma siderurgia no Brasil". O governo mineiro, preocupado com as perdas que este contrato (do qual não participou) trariam ao Estado, decretou uma taxa de exportação para o minério de ferro muito superior ao que o Sindicato inglês esperava, e, ao mesmo tempo isentou de impostos toda companhia que criasse fábricas para fundição de minério de ferro (Cf. PIMENTA, 1981, p. 27-32). Neste momento, fracassou o plano de exportação do minério, apesar de tantas outras alternativas de acerto. A exploração do minério e o prolongamento dos trilhos da Vitória-Minas até Itabira só foram concretizados, no contexto da 2a. Guerra Mundial, a partir da assinatura dos Acordos de Washington (1942), entre os governos do Brasil, Inglaterra e Estados Unidos (DINIZ, 1981, p. 55-7).

"A festa foi no Hotel dos Pappi. Quando inauguraram a estrada de ferro, não havia ainda a estação. Veio um carro pequeno, o carro do médico. Foi ele que serviu de estação. O carro do Dr. Serafim. Da estação até o Hotel dos Pappi o chão foi forrado com folhas. Depois, como se não quisessem as folhas, mandaram-nos tirá-las e banharam o chão com cerveja Brahma. Era a estrada de ferro Vitória-Diamantina." (Otaviano Fabri, citado por SOARES, 1983, p. 30)

"Em 1910, então, o negócio já era só para a Figueira, porque pra baixo não tinha mais necessidade de fazer transporte de canoas porque a estrada de ferro fazia. Trazia toda a mercadoria e levava também os comboios de mercadorias. Aí já começou, em vez de sair toucinhos salgados de dentro das canoas suscitou a subida nos vagões." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

Figueira vive os prenúncios de um novo tempo: o tempo moderno, da vitória do mecanismo sobre a natureza. Um tempo e um espaço recriados, num ritmo muito rápido, quando comparado ao das tropas e das canoas. Um novo tempo se instaura em Figueira: o tempo dos relógios, dos horários de embarque e desembarque. Mas Figueira ainda viverá dois tempos: o tempo das tropas que continuam marchando do centro até Figueira e o tempo da máquina que se dirige para o litoral.

"Havia o suíno. Era um transporte lento, os suínos viajavam da seguinte forma: no 1º dia em média 10 km, iam aumentando aos poucos, chegando até 2 km. Os animais não podiam estar muito gordos, senão dificilmente se locomoviam. Lembro-me de que meu saudoso pai, o Zê Paca, lá no Santana do Onça, hoje Coroaci, dedicava-se a criar suínos. Comprava, invernavam durante alguns meses e quando atingiam

a meio-engorda, tocava-os para Figueira do Rio Doce e embarcava-os pela Estrada de Ferro Vitória-Itabira para as várias localidades, em direção ao Espírito Santo. Isto, quando não conseguia vendê-los aqui mesmo, na Figueira. Eu mesmo, aos 10 anos, aqui vim ajudando, sendo o meu trabalho de chamar porcos. Esse trabalho consistia em colocar dois bornais de couro no ombro e seguir na frente atirando grãos de milho, pela estrada e ao mesmo tempo cantando: 'nego... nego...' Os suínos chegavam até a correr." (Hélio S. Ribeiro, citado por SOARES, 1983, p. 45)

"Era uma caravana, de umas 20 pessoas e uns 30 animais de sela e carga, saíamos de Virginópolis. Vínhamos com cinco filhos, alguns sobrinhos e empregados. Maricas estava grávida de 8 meses. Estava grávida de Paulo. Era uma caravana interessante. As crianças não agüentavam uma viagem a cavalo. Viagem que durou 4 ou 5 dias... Mesmo grávida, Maricas enfrentou a viagem a cavalo, de silhão. As crianças foram distribuídas em caixotes, um de lado, outro de outro... e tia Ci, de um lado, e Luíza de outro, Fabíola, mais nova, vinha no colo de um primo. Tudo isso se misturava à incerteza do desconhecido, à preocupação com Maricas e com as crianças. Chegamos assim ao Porto da Pedra. Daí, até Naque, viemos de canoa, pelo rio Santo Antônio. Do Naque à figueira, num 'tremendo luxo', tomamos o trem. Estamos, afinal, em terras do vale verde, da próspera Figueira." (Sinval Rodrigues Coelho, citado por SOARES, 1983, p. 85)

A população de Figueira cresce, com a inauguração da estação. Além de pessoas vindas do Espírito Santo, do Nordeste e da Bacia do Rio Doce, vieram também estrangeiros, italianos, espanhóis e, posteriormente, sírios e libaneses, que se vão estabelecendo: comércio de gêneros alimentícios, madeiras, construção, fábricas artesanais de tijolos e telhas...

"Com o advento da via férrea, já notamos a presença de muitas famílias, que vieram para ficar e participar de nossa vida comunitária. Também notamos a presença de representantes de outras raças. Era dono da antiga Padaria do Santiago o sr. Jorge Primo, sendo verdureiro o muito conhecido Salomão, que muitos anos depois regressou à sua terra de origem. João Simão e Dona Germana. Um grupo regular de representantes de sangue italiano. Thomas e Domingos Pappi, madeireiros; Dona Maria Camisassa, nossa costureira; Júlio Deladone, oleiro; João Walfrê, antigo dono do terreno onde hoje estão os bairros Nossa Senhora das Graças e Santa Helena; a família Fabri; Júlio Cipriano, nosso sapateiro."
(João Ângelo de Oliveira, trabalhador do comércio, 1904 a 1988)

CAPÍTULO 4

A DEMARCAÇÃO DO ESPAÇO DE FIGUEIRA DO RIO DOCE

"Papai contava que em 1914 deu um furacão aqui. Essa mata foi toda posta no chão sem gastar machado... No dia seguinte, todo mundo foi ver d'aquele morrinho da catedral os morros todos. Por que não conheciam os morros não. Era tudo mata muito grande, muito pesada." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

Figueira é apenas uma rua – a Rua da Direita, que segue sinuosamente o rio. Nela, uma praça de embarque. Pioneiros e forasteiros – tropeiros, fazendeiros, madeireiros, ferroviários, pedreiros – estão todos na Rua da Direita. No alto, uma igreja, cercada de mata:

"Quando chegamos aqui, não sabíamos se havia igreja. Mas já havia uma pequenina, lá onde está a catedral. Estava escondida no meio da mata. Fora construída pelos Capuchinhos de passagem por aqui, rumo a Diamantina. Fomos procurá-la. Havia também casa dos padres. O Santo Antônio estava lá. Foi achado no rio, pelo pai de Quintiliano Costa. Ele foi pescar e pescou a imagem. Doou-a para a igreja que recebeu o nome de Igreja de Santo Antônio. Para chegar lá tivemos que fazer a estrada. A mesma que continuou até hoje." (Otaviano Fabri, citado por SOARES, 1983, p. 31)

A mata envolve Figueira. Todos sabem que ela começa no rio e se alonga do porto à igrejinha e desta à estação. Mas

ninguém sabe onde termina Figueira do Rio Doce. As terras são devolutas. Fazendeiros, tropeiros vão legitimando as terras ao redor. Acuada, Figueira vai perdendo o seu espaço. A estrada de ferro solicita a Peçanha a demarcação das terras do patrimônio.

As terras do patrimônio - 60 alqueires em volta da estação - um semicírculo interrompido pelo Rio. O Centro de Figueira é deslocado do Porto das Canoas para a estação da estrada de ferro.

Nos limites do arraial, os pastos para as tropas, os restos de uma tentativa malograda de industrialização, uma serraria, um latifúndio com a sua boiada:

"Papai contava que em 1914 deu um furacão aqui. Essa mata foi toda posta no chão sem gastar machado. Durou 5 minutos. As casas que tinham aqueles encaixes de madeira, tudo bem feito, rebentaram aquilo que ficou todo mundo sem casa, sem coisa nenhuma. A sorte é que não choveu, foi só vento, chuva de vento. Pegou 3 vagões da companhia de estrada de ferro e soltou por essa linha abaixo. A fazenda do Ministério tem uma lagoa lá no canto. O telhado dessa fábrica de banha foi parar todo lá, por cima da lagoa. Foi uma coisa tremenda. No dia seguinte, todo mundo foi ver daquele morrinho da catedral os morros todos. Porque não conheciam os morros não. Era tudo mata muito grande, muito pesada." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

"Teve um ano em que deu uma tempestade, aqui foi em 1913. Casas cobertas de telha, o vento arrancou tudo e ficou todo mundo no tempo. E as casas encheram de água, e de pau dessa grossura. O vento arrancava e jogava de raiz pra cima. Vagões, que estavam na estrada

da de ferro, o vento tocava eles pra aqui abaixo. Saía doido correndo por aí afora. As folhas de zinco que cobriam as casas brigando no ar, uma batendo na outra. E deu uma confusão aqui que quase arrasou com tudo aqui, em 1913. Tempestade brava que deu aqui." (José de Almeida, mestre de obras, na ativa, 70 anos)

1913 ou 1914? Choveu ou não choveu? O fato é que Figueira se revelou. Morros pequenos e suaves: os limites de seu horizonte. Uma planície extensa: o espaço a ser ocupado. O rio correndo para o mar, largo e caudaloso. Do outro lado do rio, a Ibituruna: o maior mirante do Vale: 1.230 m acima do nível do mar.

Figueira está plantada num tabuleiro do Rio Doce, num campo extenso, desabitado, uma floresta virgem do sertão do Leste mineiro. A topografia do lugar será ligada a idéia de moderno, de ser uma cidade do futuro, diferente das cidades antigas e "estagnadas" de Minas. Figueira é moderna — suas maiores riquezas são visíveis, estão acima da terra: serras resplandescentes, árvores centenárias.

O arraial está crescendo. O espaço descortinado pelo vendaval ganhará seu primeiro desenho. Medido, dividido, demarcado. Outras ruas nascerão da primeira. Linhas retas se opõem à sinuosa Rua da Direita. A cidade está-se afastando do rio. Sua ocupação deverá obedecer a um plano. Normas pré-estabelecidas definirão o comprimento e a largura dos quarteirões, dos passeios, das ruas, das avenidas, do afastamento das casas umas das outras, e destas da rua. A cidade quer ser moderna:

"Figueira está edificada sobre um solo muito plano, tendo suas ruas traçadas e demarcadas até 2000 m de extensão. A orientação das ruas, que se cortam todas em ângulo reto, é Sul-Norte e Leste-Oeste. Foram projetadas 67 ruas, quase todas demarcadas, embora não em toda extensão e divididas em 177 quarteirões. A largura das ruas é de 20 m e a largura da avenida que corta todas as ruas transversais, do Sul a Norte é de 30 m. A área demarcada é de 300 hectares." (GRESBRECHT, 1936, p. 83)

"Serra Lima tinha o curso primário, era muito inteligente, desenhava muito bem. Então, arranjou balizas; ele tinha poder econômico muito bom. O furacão já tinha jogado tudo no chão, eram só capoeiras. Quando foi em 1926, a medição ficou possível. Então ele começou a fazer os picadões e foi traçando. Eu me lembro, nós éramos meninos e fomos caçar passarinhos lá por baixo, estavam aqueles quarteirões capinados. Tudo direitinho. Nós falamos com ele: - O Serra Lima, pra quê essa capinada?

- Isso vai ser uma grande cidade e vai servir para vocês. Eu desejava estar vivo para contemplar junto.

- Então para evitar aquelas casas como na Prudente de Moraes, todas cheias de curvas, cou fazer isso de um modo que quem quiser construir platibanda pode botar na divisa, mas quem não fizer uma platibanda vai ter que afastar 5 metros pra dentro do lote. E traçou. Nos levava sempre. Nós éramos meninos, estudávamos, íamos lá ver os mapas deles que ele estava levando mapa pra frente. Mas ele mesmo assim foi cuidadoso. Porque aquela rua Prudente de Moraes, cheia de curva, aquela coisa toda, ele procurou em volta da estação essa avenida aqui. Ele pegou, por exemplo, da estação, ele traçou aquela rua Barão do Rio Branco até na Israel Pinheiro. Porque ela não tinha volta. Ele fez um traçado até ali. Depois fez o da avenida Minas Gerais, até onde é a Israel Pinheiro hoje. São chegou na Israel Pinheiro. Depois ele traçou a BH até na Israel Pinheiro. Ele traçou a Peçanha até na Israel Pinheiro. Parou ali e traçou a BH. E dali ele foi mandado pra fora, pra outro lugar qualquer." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

O planejamento do espaço urbano parece tanto um modo de evitar ruas estreitas e sinuosas e construções fora dos padrões, que pudessem retirar de Figueira a possibilidade de ser moderna, quanto uma tentativa de disciplinar o crescimento da cidade, que vinha sendo feito em meio à violência, à pressa e à competição impiedosa.

Na direção dos caminhos das tropas, além dos limites traçados, uma outra parte da cidade também vai-se desenvolvendo: a zona boêmia.

"Nesse tempo, só havia a Rua Prudente de Moraes, a mais antiga, e as Ruas Peçanha e São Carvalho. Havia também a Rua de Sabugo, mas era a zona boêmia, onde tombou muita gente assassinado. Era ali mais ou menos onde é a Rua São Paulo. Havia ainda a Rua Torresmo. Tanto essa quanto a do Sabugo eram saída para Peçanha. Tudo o que vinha do Noroeste para Figueira passava por essa rua." (José Chaves Reis, citado por SOARES, 1983, p. 36)

Os trabalhadores esmeram-se na construção da cidade, trabalhando a madeira, moldando tijolos e telhas, aprumando paredes e construindo portas e janelas, telhados e móveis:

"Começou aqui as olarias, fabricando tijolos de alta qualidade, artesanal. Teve aí Nicolau, Alfredo Fabri e outros que... Alfredo Fabri tem tijolos requeimados em casas aqui em Valadares, como na Rua Prudente de Moraes, de 1920 para 86, tem 66 anos, está lá, até hoje, igual pedra, de tão bem feito. Era um tijolo requeimado. E tinham os fazedores de telha colonial. Aí as casas, mesmo de madeira, recebiam o telhado, recebiam tijolos bem feitos. E outras casas depois foram surgindo.

A mão-de-obra era fácil. Tinha muita gente com muita especialidade para trabalhar, marceneiros, carpinteiros... Eles vinham de toda parte. A gente não sabe nem de onde vinham. O maior número de pedreiros de boa qualidade veio de Aimorés. De Aimorés foi de onde vieram os melhores pedreiros que pousaram por aqui. Marceneiros vieram diversos. Móveis muito bonitos, muito bem arranjados, tudo muito bem feito." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

No trabalho manual, a combinação da força física com o senso do belo. Com as mesmas mãos com que tombaram árvores centenárias e transportavam as toras, serravam e talhavam a madeira. Em troca, o dinheiro minguado:

"Eles serravam aquilo até na mão, os esteiros. Naquela época não tinha serraria, depois é que apareceu a primeira, de um genro da família Cabral, onde foi esse cemitério antigo, do sr. Pobel. Dali começaram a sair as primeiras tábuas. Mas como o povo no mato serrava com a mão, traziam e vendiam muito mais barato, o sr. Pobel exportava a dele lá pra Vitória, enquanto os de cá recebiam do sujeito da roça. Tinha indivíduos que serravam tão perfeito que parecia que era uma serraria que tinha feito. Uma coisa perfeita... lindo, lindo." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

CAPÍTULO 5

FIGUEIRA É UM MERCADO

"Eu acho que Figueira teve um período muito tranquilo. Talvez lá pra 1924, mataram aquele filho do Peixoto, no lugar que se chama Figueirinha, onde é hoje a Rua São Paulo. Então, daí pra cá, a coisa piorou. Mas piorou porque começou a entrar muita gente. Por que talvez em 1924 o comércio era mais desenvolvido, quando cito os tais Mafra. Aí começou a aparecer muita gente. Os lugares velhos, sem mudanças, eles são cheios de compadres e comadres, de primos e tios, e então não há muitos casos de violência. Mas desde que começou a entrar gente pra trabalhar... também depois começou a exploração da Madeira, da mica... aí começou a vir gente de todo lado do Brasil, especialmente do Nordeste e daqui do centro."
(João Ângelo de Oliveira, trabalhador do comércio, 1904 a 1988)

Figueira está crescendo: comércio de cereais, compra, vendas, e encomendas de todo tipo de mercadorias. Lojas grandes e pequenas, armazéns, pequenas oficinas, as primeiras tentativas de industrialização. Gente que chega, gente que parte, produtos embarcados, produtos desembarcados. Períodos de crise, falências, disputas, alegrias, mortes violentas vão se sucedendo na história do lugar.

"O comércio foi sempre muito ativo. O Sr. Nicolau tinha um pasto aqui de 10 alqueires de terra. Tinha dia que tinham 800 burros no pasto, que vinham trazendo café, toucinho, etc. E tinha uma vantagem, não tinham fazendeiros grandes aqui não. Fazenda grande só tinha uma aqui, de João Lopes da Silva. Os restantes eram de 5, 10 alqueires de terra; aquilo era um movimento bonito. Quando eu cheguei aqui, em 1924, a gente olhava as lojas eram todas cheias, tudo bacana." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

"Eu vim de Peçanhá para Figueira do Rio Doce no dia 21 de março de 1927. Comprei uma casinha de residência na rua ainda sem nome oficial, por cento e cinquenta mil réis. Multipliquei a metade da casa em loja comercial de tecidos, calçados e armarinho. No ano seguinte, abri outra casinha de bebidas e cereais, capados, toucinho dos tropeiros e exportando para Vitória, no Espírito Santo e para Santa Bárbara." (Firmino B. dos Santos, citado por SOARES, 1983, p. 5)

"Quando eu cheguei aqui, já tinham os ranchos de tropa. Cada atacadista! O chefe daquela ocasião era o Sigismundo Costa, Seleme Hilel, Sinval Coelho. Tinha os ranchos para dar abrigo aos tropeiros. Eram muitos tropeiros. Aquilo era política. Cada um desses donos de rancho fazia questão de oferecer mais vantagem. Havia uma competição entre eles. Porque ali, os que batiam a cara naquele rancho eram obrigados a vender pro dono do rancho. O café, o feijão, o toucinho. Eles eram atacadistas na cidade e por isso já tinham onde armazenar o sal, o querosene, tudo que era industrializado." (Geraldo Bento, mestre de obras, 70 anos)

A burguesia comercial de Figueira vai-se constituindo e chega à violência pela dominação do mercado:

"Era uma correria! Brotava gentes de todo lado. Cada qual querendo a preferência. Eu mesmo fui, várias vezes, cercar a tropa e pedir a preferência, mandado pelo Said. Os maiores compradores eram: Mafra & Irmãos (eles tinham várias casas de comércio), Said Hilel, que foi assassinado por ambiciosos concorrentes do comércio. Na época, foi um choque enorme. Eu trabalhava com ele. Sua morte me causou grande revolta, passei mal. Estava tão revoltado que deixei escapar meus sentimentos com palavras imprudentes e amargas contra tal absurdo. Fui por isso até ameaçado de morte." (José Chaves Reis, citado por SOARES, 1983, p. 36)

Nessa época, o café, entre todos os produtos da região, domina o comércio de Figueira, que é um mercado no cruzamento de caminhos. Um mercado que se articula com outros mercados, através de uma rota comercial: a ferrovia. Sua função é comercializar, mandar para fora dos estreitos limites da região os excedentes ali produzidos. Vitória e o Rio de Janeiro são mercados certos para o consumo.

"E o movimento grande aqui era do café, porque o café vinha de toda parte para aqui. Depois que pegava Santo Antônio do Porto, Coaraci, Brejaubinha, Peçanha, São João Evangelista, aquilo era café puro. E desciam tudo nas tropas de burro. Vinham para essa região aqui." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

"Em 1929, a saca de café valia 60 contos. Mas houve um craque internacional, um craque na bolsa de Nova York e a saca de 60\$000 passou a valer 6\$000. Todo mundo ficou arrasado, inclusive a firma Mafra & Irmão, que, em 1930, faliu." (FONSECA, 1987, p. 82)

A cidade vinha espelhando o campo, como se fosse o seu próprio prolongamento: fartura no campo, fartura na cidade; crise no campo, crise na cidade.

O que acontecia ao comércio de café em Figueira do Rio Doce não era apenas um reflexo imediato de uma crise internacional, mas, sobretudo, uma expressão de mudança que se viam processando no sistema oligárquico brasileiro, que tinha, na exportação do café, a base principal de sua sustentação.

Nessa região⁴, diferentemente do que ocorria em outras no Estado de Minas Gerais⁵, a queda da produção do café vinha sendo substituída, gradativamente, pela criação do gado de corte e pela exploração de recursos naturais da região, garantindo, assim, o ritmo de crescimento populacional da região e de seu desenvolvimento.

Por volta de 1930, iniciou-se, na região, a exploração de produtos de origem mineral e, de modo especial, da mica. No entanto, sua exploração ficou restrita, basicamente, à atividade da mineração, sendo seu beneficiamento feito na cidade do

⁴ Convém lembrar que, quando se faz referência, aqui, à produção agrícola da região, isso diz respeito à produção do Noroeste da bacia do Rio Doce e não à do Vale do Rio Doce, cuja forma de ocupação e de exploração de terras e recursos naturais se intensificarão a partir dos anos 30 e, num ritmo intenso, nos anos 40 e 50.

⁵ A crise que vivia a economia mineira nos anos 30 pode ser bem aquilatada através da leitura do trabalho de DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte, Imprensa Oficial da UFMG, 1981. p. 33-7.

Rio de Janeiro.

Com a 2^a Guerra Mundial, a comercialização desse mineral vai-se tornar um dos principais recursos da região, com a exploração intensiva de várias jazidas e a criação de oficinas locais de beneficiamento.

Veja-se, porém, como se vai processando a ocupação das terras e a exploração dos recursos naturais no Vale do Rio Doce:

"Bianor se tornou conhecido em toda a região por suas mercadorias que eram transportadas em lombos de burros e cavalos. Foi nessas viagens que ele conheceu vários estados do Brasil e chegou às encantadas matas do Rio Doce. Como todos os que aqui aportavam, foi tomado de encantamento, tornando-se um enamorado da região. Em 1925, transferiu-se definitivamente para Figueira do Rio Doce. Tornou-se um fazendeiro no Vale do Rio Traíras. O tropeiro, o artesão tornou-se um desbravador. Matas cerradas transformaram-se em verdadejas pastagens. Trouxe, da região de Caravelas, as primeiras sementes de capim colônião. Semeou-as e ofereceu delas aos amigos. O capim aí está, continua sendo o sustentáculo da pecuária do Vale do Rio Doce." (Bianor Paula Dias, citado por SOARES, 1983, p. 224)

"Depois apareceram aqui, em 1932/1933, os nordestinos vindo a cavalo, montados em jumentos. Entraram nessas matas, abriram terra, fizeram uma confusão, fogo em tudo, colônião em tudo. Esses fazendeiros grandes que estão por aí hoje é essa gente. Entraram posseando e legitimando terra, e a fúria por terra era tal que não tinha quantidade de machado que desse para derrubar todo o mato." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

As disputas em torno da posse da terra e da exploração de seus produtos vão-se acirrando e, nesse processo, Figueira do Rio Doce transforma-se, aos poucos, num palco privilegiado dessas contradições:

"Mesquita e Mafra eram duas famílias que existiam em luta permanente na região. A posse da terra era um dos fatores. Isso aqui era tudo do Estado. Eram terras devolutas. Quando começou a estrada de ferro, começou o problema dos dormentes. A disputa para venderem dormentes para a estrada de ferro. Aí veio um crescimento populacional e isso dava a eles a oportunidade de criarem uma corrente de um lado e uma corrente do outro. - 'Você quer, mas eu também quero. Você não vai pegar o contrato, quem vai pegar sou eu'. Disputavam mesmo. Disputavam e consumiam, mataram muito de um lado e do outro. Então, eles aliciavam homens. É o mesmo fenômeno do oeste americano. (...) Teve uma fase em que se chegava aqui na região e era a lei do mais forte." (Coronel Pedro Ferreira dos Santos, 72 anos)

CAPÍTULO 6

CENAS DO COTIDIANO

NA PRAÇA DE EMBARQUE

A Praça de Embarque é uma Praça do Sertão: bravura, esperança, força, amor e ilusões; poeira e redemoinhos... "o diabo no meio da rua". Amansadores de burros e cavalos bravos exibem sua força e destreza. Eh, boi! Eh, boi! ressoa longe o aboio. A boiada vai seguindo para os pastos dos Cabrais... As portas das casas se fecham, a poeira sobe alto. De longe se ouve o tilintar dos cincerros. Cavalos madrinha na frente, fitas coloridas no pescoço - são as tropas vindas do "centro". Eh... nego... nego... gritavam os tocadores de porco - 600, 800 porcos embarcam para Vitória, e dali, para o Rio de Janeiro.

Nos limites do arraial, gigantescas toras são derrubadas e levadas para a serraria de Francisco Pombel, movimentada por máquina a vapor de carvão vegetal. A madeira entrava bruta e saía transformada em dormentes e pranchões. De lá eram transportadas para a Praça de Embarque.

"E era tarefa gigantesca o seu transporte para os estaleiros ou serrarias locais ou para o estacionamento de embarque ferroviário. Tão gigantesca quanto primária tal tarefa, posto que assenta uma extremidade das toras num 'carretão' ou numa 'zorra', estes eram puxados por dez ou mais juntas de bois que, fustigados a ferrão por candeeiros esbravejantes, babavam de exaustão pelo esforço hercúleo a que eram coagidos." (FONSECA, 1987, p. 45)

A Praça de Embarque é também um lugar de chegada e de partida.

"A moçada, principalmente, enfeitava-se para ver a chegada dos trens de passageiro" (Antônio Sales de Fraga, citado por SOARES, 1983, p. 11).

Na Praça de Embarque, chegam as notícias de fora, ligando Figueira com o resto do País. Uma vez, a Praça transformou-se numa praça de guerra. A estação foi tomada, pessoas foram comandadas. Os capixabas que resistiram vieram presos em vagões de bois. Era a Revolução de 30. Para alguns, era um sonho de mudança:

"Eu cheguei aqui, de Caratinga, no dia 4 de outubro de 1930. À noite jogamos pôquer. Eu falando só na revolução, que ia ter uma revolução. Quando foi na hora de embarcar, o meu cunhado José Bichara falou: - 'Você está falando em revolução, rebentou a revolução no Rio Grande do Sul'. Eu então, fui para a estação, falei com o agente, um alemão: - o trem agora só sai na hora que eu mandar. 'Mas o senhor é passageiro, o senhor não é da chefia'. Mas o chefe agora sou eu. Entusiasmado, estava louco com a revolução. Eu achava que, depois de uma revolução, isso mudava tudo. Que o Brasil ia ser o Brasil que eu sonhei com ele. Sonhei tanto que acabei fichado como comunista. Eu sonhava com uma cidade cheia de chaminés. Daqui a Aimorés, fui pegando gente aí pelo caminho, botando bandeira vermelha e parando com carabina. Uma multidão de gente e fomos para Aimorés, em 1930. Eu era getulista. Fui getulista desde 29. A Revolução foi em 30. Eu já era getulista. Houve a revolução e nós vencemos. Foi uma revolução de conversa, porque foram poucos tiros. Houve uns tiros lá em Aimorés, houve umas mortes aí." (Genário, trabalhador do comércio, 73 anos)

Para outros, era algo desconhecido:

"A única coisa que eu sei da revolução de 30 é que o coronel Amaral desceu aqui nessa estação. E pegou a polícia de Minas Gerais e passou... Chegou e tomou conta da estrada de ferro. E aqui ele andou arranjando muita gente pra estrada também e levou para Aimorés. Lá em Aimorés, parece-me que tinha uma meia dúzia de soldados, ele prendeu os soldados, e botaram num carro de boi e mandaram para cá. A única coisa que eu me lembro aqui foi dos sujeitos no carro de boi. O coronel Amaral, pra entrar no Espírito Santo, fizeram uma conexão na divisa do Espírito Santo com Aimorés e eles se renderam. Mas os capixabas fizeram uma barreira em Baixo Guandu, deram tiro pra desgragar lá. O coronel Amaral com a força mineira cortaram na bala até... Eles prenderam todos. Eles vieram presos no carro de boi. Foi a única coisa que eu vi com os meus olhos, foram eles presos no carro de boi." (Sizenando Ribeiro, empalhador de móveis, 84 anos)

Os trabalhadores de Figueira têm outras lembranças da Revolução: trabalhadores se escondiam, temendo a convocação para lutar por uma "revolução" em que percebiam somente as mãos militares e a prisão das pessoas a ela contrárias:

"Em 1930, quando houve a primeira revolução aqui em Figueira do Rio Doce, hoje Governador Valadares, no tempo de Getúlio Vargas, o lugar ficou todo vazio. A maior parte dos homens corriam todos e se escondiam. Lá na Ibituruna, no tempo em que eu morei lá, corriam todos e se escondiam lá em casa. De noite corriam pra dentro do mato. De dia eles se aproximavam." (Sizenando Ribeiro, empalhador de móveis, 84 anos)

E o narrador continua:

"Esse trecho que nós estamos aqui, por aí afora, era mata virgem. Na revolução de 30, cismaram em fazer um campo de aviação aqui. Então pegaram todo mundo que andava aí pelas ruas, mulheres, homens e trouxeram pra cá, pra arrancar a mata aqui, derrubar árvore. Foi aí que eles abriram tudo. O campo nunca funcionou, porque a revolução acabou. Qualquer camará da que vissem na rua que não estivesse trabalhando, eles traziam pra cá a força." (Sizenando Ribeiro, empalhador de móveis, 84 anos)

Mas a Revolução não era a única coisa vinda de fora da qual o figueirense se escondia:

"Mas uma coisa interessante que tinha que correr era outra. Todo mundo tinha um negocinho qualquer. Negócio que não valia nada, mas tinha. Na ocasião em que o fiscal batia aqui para apanhar os impostos, nós fechávamos e íamos caçar. Todo mundo ia caçar. Ele chegava aqui, ficava 3 dias, não encontrava ninguém, ia embora. Era o fiscal que vinha cobrar impostos para os fundos de Peçanha." (Sizenando Ribeiro, empalhador de móveis, 84 anos)

NAS RUAS

Nas ruas de Figueira, seus moradores muito cedo foram apreendendo quanto custa a solidariedade humana, numa sociedade em que se imperpõem, entre os homens, instituições que exercem a dominação sobre a vida cotidiana.

"Aqui nunca teve funcionário da Prefeitura de Peçanha. As ruas aqui eram limpadas pela polícia. A polícia obrigava o sujeito que andava pela rua a limpar a rua. A polícia aqui saía intimando o pessoal pra enterrar o sujeito que tinha morrido. Se a polícia não prendesse o sujeito e o levasse pra enterrar

BIBLIOTECA DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

o defunto, ele apodrecia no meio da rua. Às vezes, matava um, podia ser no meio de cinquenta, ninguém viu. Ir daqui no Peçanha a pé, debaixo da mata, pra ser testemunha lá ... desse jeito, ninguém viu nada. Naquele tempo tinha que ir no Peçanha. O prisioneiro ia a pé e o soldado ia a cavalo. Passava no meio das matas, naquele trilhozinho, pegando febre." (Sizenando Ribeiro, empalhador de mois, 84 anos)

"Aqui não era cidade, não. Quando eu vim para cá ali onde era o mercado, ali era pura tora. Tora, malvarico, vassoura. Aonde tinha um pedacinho de rua era mesmo na estação. E a estação era bem distante de onde é hoje. Essa rua direto com a Israel Pinheiro, era mata de um lado e de outro. Eles matavam muita gente aí. Por cima daquelas toras aparecia gente morto. Apareceu um homem morto lá em cima das toras, a pobrezinha da mulher morava lá em cima de onde mataram ele. Em vez dela ficar caladinha, enfiou a colher enferrujada. Eles acabaram com ela no porrete. Acabaram com ela de tanto bater. E a polícia não apurava. Não via, ninguém contava. A mulher inventou de falar, só que com aquele porrete que matou o homem eles mataram ela de coro. Ninguém era bobo de falar." (Sebastiana, trabalhadora da mica, aposentada pelo FUNRURAL, 74 anos)

NA FÁBRICA DE BANHA

Em 1912, a construção de uma fábrica de banha em Figueira é a primeira tentativa de industrialização do Vale do Rio Doce. Uma visão de progresso, representada pelo aproveitamento do suíno, "matéria-prima" da região. Na festa de inauguração, uma cena de violência sacode a pacata Figueira: um embate extremo entre a pobreza e a riqueza, entre o capital e o

trabalho, entre o sonho e a desesperança:

"Teve um acontecimento que foi triste. Uma firma do Rio de Janeiro veio para aproveitar todos esses porcos que vinham e abriu uma fábrica de banha ali na Filadélfia. Tem um casarão lá, ainda sem rebocar, de tijolo. Vocês podem ir lá que ainda está por lá até hoje. O porco que ela matou foi só o da festa de inauguração. Tinha um empregado que trabalhava lá, mas ele era um sujeito relaxado, sujo. E o patrão pediu que ele fosse limpinho na festa. Era pra todo mundo a festa. E ele foi sujo e o patrão chamou a atenção dele por aquilo. Tinha gente do Rio de Janeiro, gente importante, todos para a inauguração. Ele foi em casa, mudou a roupa e veio impecável. Perguntou se estava bonito e deu uma apunhalada no sujeito e o matou. Então, essa fábrica ficou sendo assunto encerrado naquele dia." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

NA BEIRA DO RIO

Das águas do rio viviam muitos dos trabalhadores da cidade. Nas águas do rio muitos inspiravam seus sonhos, outros perdiam suas ilusões:

"Essa cidade aqui era abastecida de água do Rio Doce. Eu mesmo tive uma freguesia aí de abastecimento de água do Rio Doce. Apanhava numa cartola e abastecia a freguesia. Eu ia pro comércio, para os armazéns pegar carreto. Foi assim que eu pude criar meus filhos." (José Luiz, ex-ferroviário, 78 anos)

"Eu era tintureira e lavava um terno por 3 cruzeiros, não é 3 mil cruzeiros. Lavava,

passava e engomava uma calça de brim por 200 réis. Fazia isso tudo na minha casa com tudo meu. E as casimiras? Eu pegava a bacia e enchia de casimira, ia pro rio às 5 h da tarde. Tava escuro às 5 h. Eu levava uma lamparina e uma caixa de fósforos. Furava um buraco na beira do barranco e enfiava a lamparina lá para a marê não apagar e para iluminar. Não tinha banco. Eu ajoelhava na pedra e lavava 10, 12 ternos ali. Num belo dia, eu fiquei muito triste porque eu tinha um vestido novo e fui lavar ele com as casimiras. Eu dobrei o vestido e ajoelhei por cima dele para não doer os meus joelhos. E tô lavando. Tinha uma cerca lá e eu ia dependurar as roupas na cerca para quando eu voltar, eu poder aglentar levar para casa. Quando eu voltei, cadê o vestido? Foi embora. Um vestido de passeio. Um vestido comprado com tanto sacrifício. Eu fiquei tão triste! Quanto eu tinha de trabalhar para comprar outro vestido! E assim a luta vem. Lavando um terno, um paletô e uma calça por 3 cruzeiros, mas não três mil como é hoje. E de forma que eu vivia aqui, trabalhando, lutando, mas venci. Carregando água na cabeça como eles falam - 'Vai Maria carregando a lata d'água na cabeça'." (Maria, ex-lavadeira, 1914 a 1988)

"A gente ia à praia. A praia era lá embaixo, onde é hoje a Igreja Presbiteriana, lá embaixo. Era uma praia limpinha. Nós íamos pra lá, no máximo às 6:30. Era brincadeira sadia com a luz e a beleza do rio. Tocava violão. Ficava até 8:30 e no máximo às 9 horas a gente já tinha voltado." (Aureliza Simões, professora aposentada).

NO CORETO

E ali era o local das festas onde a banda tocava, a procissão passava, os políticos discursavam e os velhos, os jovens e as crianças se encontravam. Do alto do coreto, podia-se

enxergar toda a cidade. O coreto era o "ponto mais livre" de Figueira.

"O coreto da avenida fui eu quem construí. Quando fui jogar futebol em Aimorés, vi lá um coreto muito bonito, fiquei entusiasmado e resolvi construir o daqui. (...) Dr. Justino desenhou a planta para mim. Fui ao fiscal José Jorge de Matos e ele me mandou fazer um requerimento. O Dr. Simão da Cunha me deu autorização, com prazo de 10 anos e mais auxílio de mil e quinhentos réis. Isso foi lá por 1921 ou 22 (...). Esse coreto foi, por muito tempo, a alma de Figueira e de Governador Valadares. Ali a banda tocava a retreta e era o ponto de passeio dos jovens e até dos velhos da época. Era uma banda sem nome." (Octaviano Fabri, citado por SOARES, 1983, p. 30)

NO "BAR LIBANÊS"

Bar Libanês, 10 de fevereiro de 1935: trabalhadores de cidem pela criação da União Operária⁶: "associação de amparo econômico, defesa jurídica e assistência social à classe" (Estatuto da União Operária). Nesse mesmo dia, empossaram a sua primeira diretoria provisória.

⁶ Convém ressaltar que, naquelas cidades onde já havia uma certa tradição de luta operária, esse tipo de associação assumiu características político-ideológicas mais claras, congregando tendências comunistas e anarquistas, e superando, assim, o aspecto predominantemente assistencialista presente em outras associações. A esse respeito, ver: DUTRA, Eliana de Freitas. Caminhos operários nas Minas Gerais - um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1988, p. 344-55.

"O trabalhador não tinha apoio, não tinha assistência social, não tinha nada. Então, a União Operária tinha o dentista, tinha o médico. E no mais fornecia o passe para mandar doentes lá pra Vitória, lá pra Belo Horizonte. Trabalhava mais ou menos em convênio com a Conferência São Vicente de Paula. Cobrava dos associados 3,2 mil réis, naquela época, tinha muitos filiados porque aquilo era o único apoio. O sujeito tinha medo de cair numa situação daquela, então ele acompanhava aquilo com carinho, com amor, porque, quando adoecia um da família, ele tinha aquele apoio da União Operária. Ela fornecia o passe para viajar, o caixão para enterrar, e a farmácia. Na época, arranjou-se a União Operária só pra ter uma segurança individual, no último caso. O patrão fazia do jeito que ele queria. Depois veio a lei do Getúlio, que instituiu as 8 horas, mas antes disso trabalhava de sol a sol. (...)" (Geraldo Bento, mestre de obras, 70 anos)

FESTAS

Nas ocasiões de festas, os moradores de Figueira a recriavam, conferindo-lhe significados e valores que ultrapassavam a lógica da dominação do capital sobre o trabalho, a natureza e a vida. A criação, as alegrias, os encontros são expressões de momentos de festas:

"É interessante recordar que o ano de 1924 ofereceu ao Figueirense momentos de vibração e alegria para toda a comunidade... Primeiro foi o carnaval. Na época apropriada aos festejos momescos, surgiram dois interessantes blocos: o Pierrô e o Leão da Folia. O Pierrô era um grupo muito envolvido com o futebol. Do personagem alma deste grupo só temos o sobrenome: Pires. Padeiro de profissão... Pois

esse padeiro revelou existir nele um irrequite to folião com todo o potencial de liderança que exerceu com muita 'cancha' no exercício total do comando da festa. Uma das músicas mais cantadas dizia:

'O padeiro trabalhava noite e dia
a fim de fazer pão para a sua freguesia.
A mulher dele, que nada fazia,
cantava e pulava, de noite e de dia
lã no bonde da Alegria
e o padeiro não sabia...

O padeiro quando soube,
zangado, deixou de fazer pão,
não atendeu mais à freguesia,
deixou a profissão
e foi ser fiscal
lã no bonde da Alegria'." (OLIVEIRA, 1986,
p. 12)

"Havia em Figueira a importante firma comercial Mafra & Irmãos, cujos interesses se estendiam a diversas cidades e estações da Estrada de Ferro Vitória-Minas, onde existis se a possibilidade de compra de café e venda de sal e artigos importados, como querosene, faria de trigo, etc. A empresa possuía apreciável rede de escritórios e armazéns, empreendimentos comerciais que se estendiam de Cachoeira Escura (MG) até Vitória (ES). Aqui em Figueira ela registrava sua expressiva presença na esquina das ruas Marechal Floriano e Peçanha. O chefe da organização, Sr. José Mafra, julgou importante dotar Figueira com o serviço de água e luz. Feitas as instalações, marcou a inauguração para o dia de São João, 24 de junho, havendo grande concorrência popular ao local onde hoje ficam os Correios. Nós, o povo, acostumados com a água conduzida em latas na cabeça pelos carroceiros em suas cartolas e usando iluminação a querosene, nos empolgamos com o evento até então desconhecido⁷. Embora fosse de dimen-

⁷ Até então, Figueira era iluminada por lampiões a querosene e carroceiros, conhecidos por aqueiros, retiravam água do rio para venderem nas casas, cobrando por cartolas. A par-

sões modestas, limitando-se tão somente ao centro mais próximo à sede comercial da empresa, o acontecimento festivo foi, para o figueirense de então, interessante oportunidade de aglutinação popular." (OLIVEIRA, 1986, p. 12-3)

"1º de maio de 1935: Figueira acordou com uma alvorada de músicas. Eram os trabalhadores da cidade comemorando pela primeira vez em Figueira o Dia do Trabalho. Os alunos das Escolas Reunidas Simão da Cunha saíram pelas ruas em passeata. Na segunda parte do dia os trabalhadores saíram em passeata rumo à futura sede da União Operária para colocação da pedra fundamental. Lá deram posse aos primeiros delegados de profissão." (Livros de Atas da União Operária)

"As festas eram maravilhosas e as professoras não tinham essa folga que têm hoje não. Ela era obrigada a comparecer no colégio toda uniformizada e nas festas cívicas faziam passeatas, discursos sobre as datas, hinos e ia pela rua afora marchando, cantando o hino nacional, o hino da Pátria. Conforme o dia que se comemorava, era aquele hino próprio. Era maravilhoso, coisa linda, mesmo! Isso quando era Figueira do Rio Doce. Quando passou a Valadares a nossa escola fazia mais interno. Mesmo assim durante muito tempo era obrigado que a professora comparecesse, assinasse o ponto e fizesse aquela hora cívica: hasteamento da bandeira e discurso para o menino de clamar. Era uma coisa linda, linda, linda. No tempo de Figueira, passava aquela passeata e o povo às vezes enfeitava até as janelas, as portas, para comemorar as datas. Até as escolas particulares costumavam sair." (Aureliza Simões, professora aposentada)

tir desse ano, foi inaugurado um gerador elétrico, tocado a caldeira a vapor, que, além de iluminar parte da cidade, bombeava água do rio para uma caixa d'água. Da caixa, a água, por sua vez, era levada pelos canos a um certo número de ruas.

CAPÍTULO 7

A EMANCIPAÇÃO DE FIGUEIRA

"A cidade aqui chamava-se Figueira do Rio Doce. Ela passou a comarca em 30 de janeiro de 1938, sendo desligada de Peçanha e entrando aqui como prefeito Moacyr Paleta. Não tinha água, na cidade, tinha uma luz a motor fornecida por Sr. Sotero Ramos. Fornecia aquela luzinha d'aqui d'ali até 9,10 horas da noite." (Esmeraldo, pedreiro, 68 anos)

O crescimento do distrito de Figueira era notório em toda região. De municípios vizinhos⁸, chegavam pedidos de anexação a Figueira, quando a mesma fosse elevada a comarca. Os partidários de sua emancipação promoveram toda sorte de gestões junto ao governo do Estado, para que a emancipação de Figueira do município de Peçanha ocorresse no mais curto intervalo de tempo possível.

Figueira do Rio Doce, a essa época, superava Paçanha em arrecadação fiscal⁹ e as perspectivas de desenvolvimento se

⁸ Em novembro de 1936, chegava ao Sr. Mário Rocha (participante, entre outros, do Partido Emancipador de Figueira) uma carta vinda de Travessão de Guanhões e de Jequitibã, assinada pelo Sr. Edson Miranda, pedindo, em nome do Partido Progressista, a anexação dos dois distritos ao futuro município (SOARES, 1983, p. 9)

⁹ Cf. GIESBRECHT, Guilherme. Uma nova cidade que surge, 1936 (mimeo.).

ampliavam à medida que para ela convergiam *vários caminhos*, viabilizando, assim, a exploração dos recursos naturais da região, o comércio, e a atividade pecuária.

"Este lugar é o centro para onde convergem diversas vias de comunicação, sendo a primeira a estrada de ferro, que o comunica com Vitória e, por São José da Lagoa (atual João Monlevade), com a capital do Estado. A distância entre Figueira e São José da Lagoa é de 202 kms e, dali à Capital, de 192 kms - portanto, de Figueira à Capital, são 394 kms; de Figueira a Teófilo Otoni, são 172 kms pela estrada de rodagem em construção; de Figueira a Peçanha, por estrada de tropa, onde são conduzidas grandes quantidades de víveres, especialmente da margem direita do Rio Doce." (GIESBRECHT, 1936, p. 82)

Em novembro de 1931, o governador Olegário Maciel assinou o decreto que emancipava Figueira, mas o novo município só foi instalado no governo de Benedito Valadares, em 30/1º/38, com a posse do prefeito nomeado, Moacyr Paletta.

"Quando Figueira passou a Comarca houve uma festa muito especial. Eu forneci mercado ria. Foi naquela praça, diante da primeira estação. Enchi ali de barraca, por conta do Dr. Paletta Cerqueira Lage. Tinha cigarro, bebida, bala para os meninos, tudo! Na barraca, ninguém pagava nada. Muita gente ficou bêbada. Foguete era à vontade." (Otaviano Fabri, citado por SOARES, 1983, p. 31)

A versão corrente do processo de emancipação privilegia o movimento dos moradores, representado pelo Partido Emancipador de Figueira. Existem, porém, outras versões:

"Com o Estado Novo, a Ditadura, Getúlio Vargas enfraqueceu os políticos e com isto os políticos de Peçanha, o Simão da Cunha, perderam o seu poder de influência na região e Figueira pôde se emancipar." (Zezê Simões, trabalhador do comércio, 68 anos)

"Nos idos de 1933, mais ou menos, a Belgo Mineira teve interesse de comprar terras no Vale do Rio Doce. Para poder passar uma escritura podia ser em Belo Horizonte, mas registrar tinha que ser no Peçanha. E daqui no Peçanha eram três dias a cavalo para ir e três dias também para voltar. Então, o governo achou por bem passar isso a cidade mais para que a Companhia Belgo-Mineira registrasse as escrituras dela por aqui." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

Instalado o novo município, iniciaram-se as primeiras medidas para organizar-se a administração municipal. A regulamentação do "comércio da carne verde" e do funcionamento do abatedouro municipal, que havia sido concluído recentemente, foi objeto das primeiras medidas da Prefeitura. Outras medidas se seguiram, tais como: regulamentação do horário do comércio, criação de escolas do município, da cadeia pública, do Diretório Municipal de Geografia, com a finalidade de levantar a planta cadastral da cidade e de fazer estudos relativos à implantação dos serviços de luz, água e esgoto na cidade (SOARES, 1983).

"O "Lábaro", um semanário da época, demonstrava a preocupação de setores locais com relação à higienização da

cidade¹⁰:

"... para que seja completa esta obra¹¹ de sanidade, é necessário, imprescindível, indispensável mesmo, o rigoroso controle da Saúde Pública sobre o gado a ser abatido. Pois que, se a ciência sanitária descuidar da tarefa estaremos expostos a uma infinidade de males oriundos todos da carne não sadia."

Apesar dessa advertência, muitos males que envergonhavam a cidade não seriam tratados pelo poder público, mas pela boa vontade de poucos. Esses males foram denunciados pelo mesmo semanário:

"Mendicância (...) velhice (...) fome (...) crianças desamparadas (...) Será que não haverá solução para esse problema nesta terra? Será que Figueira tão ciosa e cheia de pretensões não sanará as suas chagas sociais? Como poderá um povo orgulhar-se de si eivado de humilhações? O mal não é grande para as possibilidades de nossa sociedade (...)."

¹⁰ A evocação da ciência médica para a tomada de diversas medidas sanitaristas foi um tema recorrente, no século XIX, quando se tratava de cidades em processo acelerado de crescimento populacional. As populações pobres recém-chegadas do campo, foram sempre o alvo principal de tais medidas. A esse respeito, ver: PECHMAN, Sérgio & FRITSCH, Lílian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. In: Revista Brasileira de História, nº 8 e 9, Rio de Janeiro, 1985, p. 139-95.

¹¹ A obra a que se refere o semanário é a do Abatedouro Municipal.

Não havia hospitais e muitos doentes que vinham do campo a fim de procurar a cura na cidade acabavam por transformar-se em "casas de caridade":

"No início, dona Zulmira tinha uma pensão. Devido ao fato daquele povo pobre, doente de impaludismo que vinha de Pela Macaco e de Acampanário para tratar, os pensionistas começaram a se afastar, até que ela ficou só com esse pessoal. Nesse tempo, quem era o médico do posto da malária era o doutor Ferreira. Vinham para tratar com o doutor Ferreira e ficavam na Dona Zulmira. Numa certa época, o dinheiro do sujeito acabava, então ele por ali ficava. Não tinha necrotério. Quando morria um de febre ou de qualquer coisa, levavam para dona Zulmira e ela aceitava o morto. Essas pessoas que tinham gente febre dentro das fazendas traziam para ela. Custavam com qualquer coisa, ou então eles chegavam mortos e botava lá dentro pra fazer o enterro. Uns não davam nada e outros davam alguma coisa. E lá, ela conseguia enterrar sem documento, sem nada. Conseguia com o prefeito, com o cartório do falecido Oto, que é quem fazia aqueles rolamentos, e então enterrava a pessoa." (Sr. Esmeraldo, pedreiro, 68 anos)

A Prefeitura mantinha uma carrocinha e um caixão para o transporte dos mortos. A "casa de caridade" era ajudada por pequenos comerciantes e pelos feirantes:

"Só tinha o cemitério Santo Antônio. Eles eram enterrados como no tempo da guerra. O caixão era conduzido por uma carrocinha, que já era própria para isso. O caixão era pregado na carroça, não saía dali. Os carregadores eram Alípio e o Agostinho, perna de pau. Tinha dia que eles iam duas, três vezes no cemitério. Quando chegava lá, iam encostando e jogavam o corpo lá dentro e voltavam com o caixão pra trás." (Sr. Esmeraldo, pedreiro, 68 anos)

TERCEIRA PARTE
A CONSOLIDAÇÃO DO URBANO

1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

CAPÍTULO 1

DE FIGUEIRA A GOVERNADOR VALADARES

A vida em Figueira do Rio Doce continua sob o signo do progresso. Ao longo da via ferroviária, Figueira e Aimorés são os dois únicos povoamentos de expressão.

Em 1936, um representante da Companhia Belgo-Mineira¹ pronunciava, no centro da cidade, um discurso antecipando um novo tempo: o tempo do progresso industrial. GIESBRECHT (1936, p. 70) comenta assim trechos desse discurso:

"Há poucos dias houve aqui em Figueira, um convite ao povo da localidade para receber condignamente a diretoria da Cia. Belgo Mineira, para desta forma expressar a sua gratidão pelos benefícios que esta empresa vai prestar ao Vale do Rio Doce. Esta Companhia está construindo as forjas e altos fornos em Monlevade, no Ramal de Santa Bárbara, em meio caminho entre esta velha cidade e São José da Lagoa (Nova Era). Aqui no Vale do Rio Doce trata-se de destruir, queimar e reduzir a cinzas uma faixa de cerca de 6 kms de um lado e

¹ A instalação de uma usina siderúrgica tocada a carvão vegetal no Vale do Rio Doce era um projeto idealizado pelo governo de Minas desde a década de vinte. Tal escolha desse local se justificava, basicamente, pela existência de uma vasta extensão de terras cobertas de florestas virgens. A esse respeito, consultar: DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na modernização mineira. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981 (especialmente o Cap. 1) e VIEIRA, Evantina P. Associação de classe e a dominação burguesa: formas de racionalização do trabalho e da sociedade. In: Revista do Departamento de História. FAFICH-UFMG, nº 5, p. 55.

parte também de outra margem do Rio Doce, por uma extensão de pelo menos 150 kms ao longo do rio e da estrada de ferro Vitória-Minas. Dizem que o sucesso destas matas será a capoeira e capoeirão e basta um espaço de 30 anos para obter novos espécimes florestais, próprios para abater. Dizem que a companhia cuidará do reflorestamento. Também se exaltou, ao correr do discurso, o saneamento desta zona, altamente infestada pela malária, pela derrubada das matas frondosas."

Mais que uma data e um discurso, era uma presença que iria acelerar o ritmo das transformações que vinham ocorrendo na cidade e na região:

"A Belgo Mineira comprou terras aqui no Suaçuã. Comprou quase que uma sesmaria do lado da margem esquerda do Rio Suaçuã, comprou do ex-juiz Dr. Junqueira. A Belgo comprou a terra dele, mas pra ele entregar livre de invasores. Daí é que os mesquitas, que eram quatro irmãos, entraram em ação. Eles moravam na Barra do Rio Suaçuã com o Rio Doce. Tinha lá um sobradinho, onde eles moravam. E a Belgo comprou os terrenos e eles trabalharam para limpar a área de invasores." (Dr. Armando Vieira, ex-Superintendente da Cia. Agropastoril, 74 anos)

"O que sei dizer é que tem um pormenor aí. Quando a Belgo Mineira chegou aqui e montou os altos-fornos em João Monlevade, ela fez um contrato com Getúlio Vargas para o desmatamento da região, para alimentar os altos fornos de carvão. A Belgo, vendo como era a vida do caboclo, botou a boca no trombone, dizendo: 'compro terra se for legitimada'. As terras eram do governo, eram do Estado. Então o que fizeram os fazendeiros? Não acomodaram com um lado nem com outro, e foram ao distrito das terras e entraram com um pedido de legitimação das terras. Chegando cá, venderam as terras para a Belgo-Mineira, na margem di

CAPÍTULO 1

DE FIGUEIRA A GOVERNADOR VALADARES

A vida em Figueira do Rio Doce continua sob o signo do progresso. Ao longo da via ferroviária, Figueira e Aimorés são os dois únicos povoamentos de expressão.

Em 1936, um representante da Companhia Belgo-Mineira¹ pronunciava, no centro da cidade, um discurso antecipando um novo tempo: o tempo do progresso industrial. GIESBRECHT (1936, p. 70) comenta assim trechos desse discurso:

"Há poucos dias houve aqui em Figueira, um convite ao povo da localidade para receber condignamente a diretoria da Cia. Belgo Mineira, para desta forma expressar a sua gratidão pelos benefícios que esta empresa vai prestar ao Vale do Rio Doce. Esta Companhia está construindo as forjas e altos fornos em Monlevade, no Ramal de Santa Bárbara, em meio caminho entre esta velha cidade e São José da Lagoa (Nova Era). Aqui no Vale do Rio Doce trata-se de destruir, queimar e reduzir a cinzas uma faixa de cerca de 6 kms de um lado e

¹ A instalação de uma usina siderúrgica tocada a carvão vegetal no Vale do Rio Doce era um projeto idealizado pelo governo de Minas desde a década de vinte. Tal escolha desse local se justificava, basicamente, pela existência de uma vasta extensão de terras cobertas de florestas virgens. A esse respeito, consultar: DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na modernização mineira. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981 (especialmente o Cap. 1) e VIEIRA, Evantina P. Associação de classe e a dominação burguesa: formas de racionalização do trabalho e da sociedade. In: Revista do Departamento de História. FAFICH-UFMG, nº 5, p. 55.

BIBLIOTECA DE ECONOMIA DE EMPRESAS DE MINAS

parte também de outra margem do Rio Doce, por uma extensão de pelo menos 150 kms ao longo do rio e da estrada de ferro Vitória-Minas. Dizem que o sucesso destas matas será a capoeira e capoeirão e basta um espaço de 30 anos para obter novos espécimes florestais, próprios para abater. Dizem que a companhia cuidará do reflorestamento. Também se exaltou, ao correr do discurso, o saneamento desta zona, altamente infestada pela malária, pela derrubada das matas frondosas."

Mais que uma data e um discurso, era uma presença que iria acelerar o ritmo das transformações que vinham ocorrendo na cidade e na região:

"A Belgo Mineira comprou terras aqui no Suaçuí. Comprou quase que uma sesmaria do lado da margem esquerda do Rio Suaçuí, comprou do ex-juiz Dr. Junqueira. A Belgo comprou a terra dele, mas pra ele entregar livre de invasores. Daí é que os mesquitas, que eram quatro irmãos, entraram em ação. Eles moravam na Barra do Rio Suaçuí com o Rio Doce. Tinha lá um sobradinho, onde eles moravam. E a Belgo comprou os terrenos e eles trabalharam para limpar a área de invasores." (Dr. Armando Vieira, ex-Superintendente da Cia. Agropastoril, 74 anos)

"O que sei dizer é que tem um pormenor aí. Quando a Belgo Mineira chegou aqui e montou os altos-fornos em João Monlevade, ela fez um contrato com Getúlio Vargas para o desmatamento da região, para alimentar os altos fornos de carvão. A Belgo, vendo como era a vida do caboclo, botou a boca no trombone, dizendo: 'compro terra se for legitimada'. As terras eram do governo, eram do Estado. Então o que fizeram os fazendeiros? Não acomodaram com um lado nem com outro, e foram ao distrito das terras e entraram com um pedido de legitimção das terras. Chegando cá, venderam as terras para a Belgo-Mineira, na margem di

reita do Rio Doce. Essas terras eram todas ocupadas com camponeses. Feito isso, a Belgo Mineira fez rapidamente os arrastões e botaram os caminhões aí por dentro das matas e chegavam onde estavam os camponeses: - 'O meu amigo, de quem são essas terras?' - 'Ah, sô, a terra é nossa, a terra é do Estado, mas nós estamos aqui trabalhando'. - 'A terra hoje já pertence à Belgo-Mineira, viemos aqui para convidar o senhor a se retirar, porque a terra hoje é da Belgo'. Então, os pobres dos camponeses pegaram tudo o que podiam e colocaram dentro do caminhão e eram largados aqui nas margens da estrada. Feito isso, montaram os cortes de carvão. Aí chamaram os camponeses e transformaram eles em carvoeiros." (Sr. José Luiz, ex-ferroviário, 78 anos)

Em 1942, Figueira aceita mudar seu nome para Governador Valadares. Essa mudança simboliza a esperança de integração da região ao Estado e ao projeto de industrialização que era implementado no País. Parece que os figueirenses querem esquecer a história que vai de Figueira a Governador Valadares.

"... Dr. Paletta não queria a mudança, queria que continuasse Figueira do Rio Doce. A mudança foi sugerida pelo próprio Interventor de Minas. Foi feito, então, um abaixo-assinado, pedindo a mudança do nome e o resultado está aí: Governador Valadares. São duas pessoas não assinaram." (Castor Amaral, citado por SOARES, 1983, p. 143)

Houve festa:

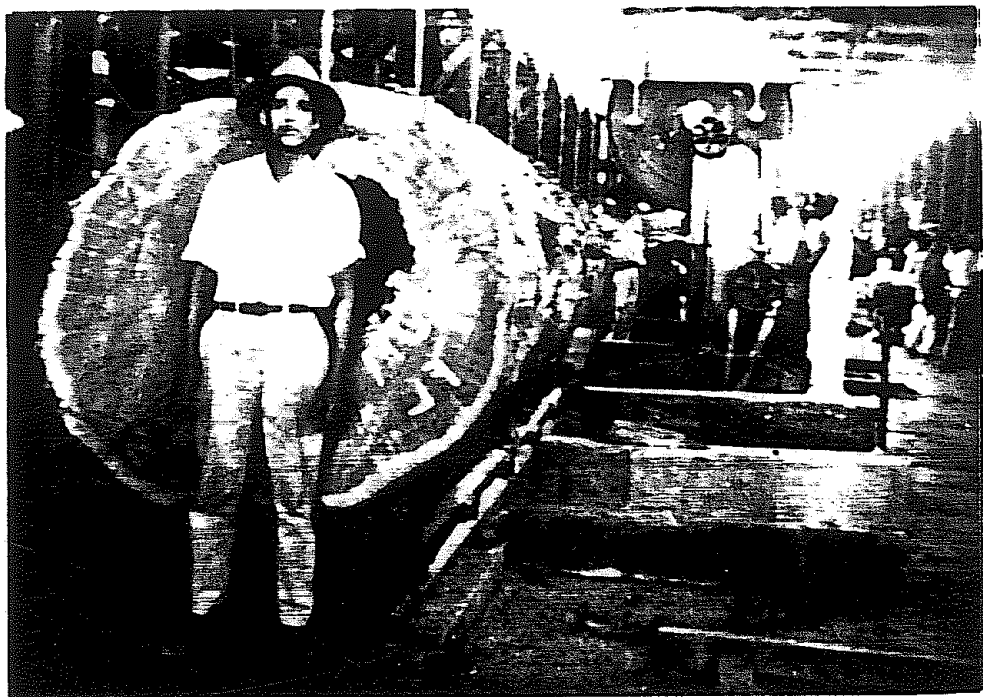
"... quando foi em 42, vieram Getúlio Vargas e Benedito Valadates e trouxeram a banda da cavalaria com 52 músicos, fazendo resistência na casa de Semele Hilel, que era o turco que seguia Getúlio Vargas. Ali deu o nome de Go-

vernador Valadares, dessa data para diante. Era o nome do Governador do Estado de Minas Gerais. Ele foi nomeado por Getúlio, não tinha votação, era ditadura." (Sr. Esmeraldo, pedreiro, 68 anos)

"Eu agora estou-me lembrando de uma passagem de quando Getúlio esteve aqui. Fizeram um banquete muito grande pra ele. Mas, depois de fazer o banquete, tudo servido, eles estavam preparando um meio de pedir pra ele um benefício pra cá, conforme pediram. Sabe qual foi a resposta dele? - 'Uma cidade rica igual a esta não precisa de benefício. Tem outras precisando mais'. Mas havia aqui uma pobreza desgraçada, naquela época." (Sizenando, empalhador de móveis, 84 anos)

CAPÍTULO 2

O IMPÉRIO DA MADEIRA



"Nós entramos aqui pra trabalhar. Então uns entraram para fazer roça. Eu não, já fui ser empregado. Tinha que trabalhar de empregado. Aquele que nasceu na roça, lá em Frei Inocência. Tinha cobra criada. Ali era mata. Tinha capivara, catitu. Aí vieram os latifundiários, a Belgo-Mineira dizendo que as terras eram dela, foram pegando estes terrenos aí, legitimando esses terrenos, foram tomando tu do... O sujeito largava tudo lá. Largava, pois ele não queria morrer. Ia morrer?... saía... Depois foram os madeireiros que entraram, foram para mata adentro, fizeram carvão e acabou tudo." (Sr. Geraldo, carroceiro, na ativa, 84 anos)

A partir da década de 40, o cenário e a vida da antiga

Figueira do Rio Doce, até então dominados pelo campo, vão-se

alterando. Dezenas de serrarias, oficinas de beneficiamento de mica, abatedouros de gado, grandes armazéns, inúmeros pequenos comércios, escolas, médicos, dentistas, ao lado das primeiras obras de urbanização², vão conferindo à cidade a posição de um pólo em torno do qual se articulam novas relações entre o campo e a cidade, entre o capital e o trabalho.

Milhares de trabalhadores, expulsos do campo, vão-se dirigindo para a cidade, em busca de trabalho. A cidade passa a figurar no imaginário do homem do campo (quer seja ele trabalhador ou proprietário) como a possibilidade de melhores condições de vida para si e sua família. Na cidade, há escolas, médicos, luz, água encanada, diversões. A cidade é também um sonho:

² A partir de meados dos anos 40, o tratamento e distribuição de água ficou a cargo do SESP (Serviço de Saúde Pública). O SESP foi resultado de "esforço conjunto dos governos do Brasil e dos Estados Unidos para a obtenção de material estratégico para o esforço de guerra na região amazônica e para a proteção da saúde da população envolvida na obtenção desse material. (...) Em julho de 1943 estendiam-se as atividades do SESP ao Vale do Rio Doce, pela importância que assumia a reconstrução da Estrada de Ferro Vitória-Minas, ficando o SESP responsável pelo estabelecimento de medidas de prevenção contra a malária e pela adoção, nos acampamentos dos trabalhadores empregados na reconstrução da estrada, de medidas sanitárias. (...) Encarregou-se também da instalação de serviços de água e de serviços de água e esgotos sanitários nas cidades de Governador Valadares e Aimorés. (...)". *Jornal Minas Gerais*, 6 de agosto de 1986. O problema da iluminação elétrica, a despeito de várias tentativas locais, só será definitivamente resolvido na década de 50, como parte do programa do governo J.K. (Binômio ENERGIA/TRANSPORTE), através da criação da Companhia Médio Rio Doce, logo após incorporada pela CEMIG (1952).

"- 'Agora eu vou dar uma virada no mundo. Eu não posso ficar sô parado aqui com você trabalhando com essas vaquinhas suas; mexendo com vendas; porco; trabalhando com tropa. Eu preciso conhecer o mundo'. Aí ele respondeu: - 'Pode sair, Pedro, não tem importância não, quê isso...! Depois você volta. A casa é sua: você é como se fosse meu filho'. Eu saí e vim pra Valadares, em 1944. Fiquei aí na Açucareira³, trabalhei na Belgo-Mineira, tirando leite, mexendo com a vaca, com carvão, carregando cana pra fora. Tudo isso eu já fiz, nessa minha vida. Daí, descabeciei outra vez, fui para João Negro. Lá fiquei pouco tempo, só 60 dias. Descabeciei em João Negro, saí. Peguei a Leopoldina e sentei nesse mundo velho..." (Sr. Pedro. lavrador aposentado, 74 anos)

Comerciantes, pecuaristas, profissionais liberais e outras pessoas da região vão iniciando e consolidando empreendimentos na cidade:

"No ano de 1938, o Sr. Cabral deixou de ser dentista para ser industrial, montando, aqui, uma serraria, em sociedade com alguns amigos... Em 1942, para ampliar os negócios com os amigos, foi liquidada a firma Cabral & Cia., que já progredia bastante no ramo madeireiro, carpintaria e marcenaria, fabricando móveis, esquadrias, tacos e tudo o mais concernente ao ramo. No lugar de Cabral & Cia. nasceu a IMAPEBRA S/A. Eram vários sócios..."

³ A Cia. Açucareira Rio Doce, desativada nos anos 60, distava quatro quilômetros do centro da cidade. Possuía 85 alqueires de terra, utilizados no plantio da cana, com produção de 300 toneladas por alqueire, perfazendo um total de 25.500 toneladas. Sua capacidade de produção diária era de 600 sacos. Cf. Revista Acaiaca, 1951. Belo Horizonte, número especial: Governador Valadares.

Estava iniciada a Indústria de Madeira, Comercial e Pecuária Cabral S/A." (Luiz Pires Cabral, citado por SOARES, 1983, p. 89)

A exploração do carvão para a indústria siderúrgica levou à fundação de uma fábrica de madeira compensada:

"A Belgo-Mineira transformava a madeira em carvão, para gerar as minas de aço de Monlevade e Sabará. Aí eles usavam a madeira mais fina, e ficava, então, a madeira mais grossa. Eles resolveram, então, já que tinha uma companhia, a Agropastoril Rio Doce, que já explorava o gado, a pecuária, comprar uma serraria, e depois resolveram montar uma indústria de madeira compensada, para aproveitar, justamente, as madeiras nobres e grossas, que ficavam reduzidas a carvão. E então, montou-se a indústria de madeira compensada, dentro da Companhia Agropastoril Rio Doce." (Armando Oliveira, ex-Superintendente da Cia. Agropastoril, 74 anos)

Ao lado das grandes serrarias e da fábrica de madeira compensada, dezenas de pequenas fábricas espalhadas pela cidade chegavam a empregar, cada uma das maiores, de 100 a 400 operários.

No entanto, após 20 anos, os processos de exploração da madeira continuavam os mesmos:

"Os primeiros toros eram desdobrados a braço pelos Srs. Crispim Ramos e Trajano Campos. Os pranchões serrados também a braços nas matas, eram trazidos em animais de cangalha, de preferência jumento. Os seus melhores tropeiros eram baianos: Augusto Leite, cunhado e filho... Era comum, de 10 ou 11 horas da noi

te, ouvir-se o barulho de uma boiada, cansada a berrar, conduzida pelo Sr. Zizinho. Este explicava que fazia assim, por causa do sol ardente e todos admiravam a sua coragem para o trabalho e zelo para com os pobres bois. Quem não ia na onda era o Cel. Roberto, que às vezes dizia: esse camarada está trazendo madeira do Estado. O coronel Roberto sempre foi um defensor das matas do Estado..." (Revista Acaiaca, 1951)

"Era tudo na base do peito. Serraria a vapor. Praticamente tudo carregado no braço. Tinha aquelas calhas, mas era tudo puxado à mão mesmo. Tanto para levantar a tora como para empurrar aquilo para levar o engenho, era tudo na base do braço." (Francisco Rosas, ex-trabalhador da madeira, 68)

Em 1943, entrou em funcionamento, na cidade, a Companhia Agropastoril de Madeira Compensada, pertencente à Companhia Belgo-Mineira. A finalidade dessa fábrica, como já se disse, era o aproveitamento das madeiras nobres e grossas, inadequadas ao fabrico do carvão vegetal, destinado aos altos-fornos das usinas siderúrgicas de João Monlevade e Sabará.

Em uma reportagem publicada pela Revista Acaiaca (Belo Horizonte, 1956), a Companhia Agropastoril propagava o seu próprio progresso, ressaltando principalmente a modernidade da fábrica e a sua insignificante participação na destruição das florestas da região:

"O compensado... famoso em todos os mercados pela sua excelência, é todo feito com madeira da região: o cedro, o jequitibá, a peroba, o vinhático e o guaribu, abundantes nas ensombradas florestas que adornam as margens

BIBLIOTECA DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

do caudaloso rio. Também da esplêndida riqueza vegetal do Vale se beneficia a sua produção de madeira serrada. Esta é atualmente de seiscentos metros cúbicos mensais. Com referência ao compensado, os algarismos acusam uma produção mensal de quinhentos metros cúbicos. Grande é, por sua vez, a sua fabricação de 'faqueado', de jacarandá, cerejeira e sucupira para revestimento de madeira... O seu maquinário, atualizado e possante, foi todo ele importado da Suécia e dos Estados Unidos da América do Norte (...). A Companhia Agropastoril, desde a sua fundação, adquire toda a madeira empregada na fabricação de seus produtos... A propósito, devemos salientar ser inesgotável para esse fim, a opulência vegetal do Vale do Rio Doce. Todas as serrarias do Município, somadas as suas atividades, consomem o mínimo dos recursos da flora do Vale, sendo insignificante o seu papel no desbastamento das florestas, aqui ali oferece o grande espetáculo de sua mais empolgante exuberância tropical... A Companhia possui força própria, estando a sua caldeira a vapor a fornecer grande parte da energia elétrica da cidade, enquanto se concluem os serviços da Usina de Tronqueiras." (Revista Acaiaca, 1956, p. 103, 105)

Além da modernidade dos equipamentos e da racionalidade introduzida no processo de trabalho, essa companhia criou uma "cidadela" para os seus operários viverem: moradia, lazer, escola, hospital, armazém e outros benefícios sociais:

"Eu estabeleci lá na Pastoril quase que uma comunidade. Eu construí um campo de futebol e organizei um time... era um campo muito bem gramado, tinha uma arquibancada bem iluminada. De modo que os operários trabalhavam de dia e de noite podiam ir jogar futebol. De dia a criançada jogava. Tinha o time juvenil, tinha os veteranos e tinha o time principal. Nós tivemos um grande time de futebol. Quem inaugurou o nosso campo foi o Bota fogo. Depois trouxemos o Fluminense, o Fla-

mengo, o Vasco. Não vinham de reservas, não... e eles vinham de avião, pois, naquele tempo tinha muita facilidade de voar, pela Nacional. O Atlético e Cruzeiro não gostavam de vir aqui, pois o nosso time era forte. Eu era superintendente da Companhia e podia contratar o empregado. De modo que eu escolhia em Teófilo Otoni, por aí, nessa redondeza, todos os melhores jogadores e dava emprego pra eles e as horas de treino ele pagava. Além do futebol tinha o cinema: dava duas sessões, às quartas-feiras e aos sábados, e repetia aos domingos o filme de sábado. Tinha também um clube social, com conjunto de música, de gente de lá mesmo. Montamos, ainda, um armazém. Quando vinha o nosso salário mínimo, eu ajustava os preços e congelava até o próximo aumento. Às vezes, um quilo de feijão estava a dois cruzeiros no armazém e oito cruzeiros lá na cidade. Agora o sujeito tinha a sua cota de compra no armazém. Eu mandei fazer um levantamento estatístico e cada família recebia proporcional ao número de membros. Dávamos também assistência médica, e fornecíamos o remédio, que ia debitado na conta e descontava uma porcentagem muito pequena por mês, talvez 10% por mês, para amortizar a dívida dele de saúde. O lucro da Companhia estava na produção industrial, na produção. E mesmo se fôssemos aumentar o salário no mínimo de 30%, devido à inflação. E o prejuízo que o armazém dava com o congelamento era de 5%. Então, o operário não reclamava... o salário ficava congelado também, mas o custo de vida também. E a Companhia tinha um prejuízo de 5%, o que, na verdade, era vantagem. O aluguel que não era cobrado era tido como salário também." (Armando Vieira, ex-Superintendente da Cia. Agropastoril, 74 anos)

Essa série de vantagens oferecidas aos trabalhadores e extensivas a suas famílias deveria funcionar como um estímulo ao trabalho e, ainda, selar uma crença na existência de vantagens mútuas entre patrões e empregados. Além disso, a vida

do trabalhador deveria bastar-se dentro dos limites impostos pela fábrica⁴.

⁴ Para uma avaliação crítica desse tipo de experiência, ler: VIEIRA, Evantina P. op. cit. p. 41-55, e também DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. São Paulo, Paz e Terra, 1987.



Ao lado das grandes e pequenas serrarias, dezenas de oficinas de mica se espalhavam pela cidade.

A mica, o mais eficiente e completo dielétrico conhecido na época, foi largamente empregado durante a 2^a Guerra Mundial. Inicialmente, o Brasil abastecia a Alemanha e o Japão, mas, depois, toda sua produção foi dirigida para os Estados Unidos. O Brasil tornou-se um dos maiores produtores da mica e quase toda ela era produzida em Minas Gerais⁵.

A mica era extraída de lavras, em Governador Valadares e nos municípios vizinhos, mas era quase toda beneficiada nessa cidade e exportada para os Estados Unidos, através da Comissão de Compras Americana. As firmas Cosmopolitana e Santos Nogueira controlavam as maiores lavras e centros de beneficiamento, mas havia, também, outras pequenas oficinas de beneficiamento na cidade. Após a Guerra, a produção foi reduzida e as grandes empresas foram fechadas. Até hoje existem pequenas oficinas.

"A mica de exportação tinha muito valor. Então tinha a Cosmopolitana, com produção própria, aliás, a maioria tinha lavra própria. A Cosmopolitana tinha a lavra de sexta-feira,

⁵ Para maiores informações, consultar: GODOY, M. Pimentel & COELHO, Iphygênio Soares. Recursos minerais do Estado de Minas Gerais. Secretaria da Agricultura do E.M.G. Rio de Janeiro, 1947; NERO, Passos & ARROJADO, Joaquim Miguel. Mica. Boletim nº 12. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1936.

que mandava 10, 20 carros para o Rio de Janeiro diariamente. Então essa firma trabalhava com 800 empregados. A lavra de sexta-feira tinha frota de caminhão que corria pra lá e pra cá. Naquela época, entraram os 'Cow-Boys', caminhões de estrada ruim, que já traziam aqueles guinchos na frente. Então não tinha condição de ficarem no meio da estrada. Então, eles amarravam aquele toco num pau ou noutro carro e chegavam 8, 10 carros lotados de mica na cidade. O americano ficava sempre na frente. Eles ficavam mais aqui em Governador Valadares. Eles sempre visitavam a lavra de teco-teco. Aqui, eles ficavam apreciando a mica de boa qualidade, os bons produtos. Formado o estoque, o lote ia logo para os Estados Unidos. A procura era grande. Só o operário é que não levava muitas vantagens, mas os poderosos levavam muita. Porque eles, os americanos, emprestavam até o dinheiro para eles, para pagar em mica." (Sr. Raimundo, ex-trabalhador da mica, 68 anos)

A Segunda Guerra Mundial tornou-se uma referência importante na história das cidades. Muita gente trabalhou na construção do campo de aviação:

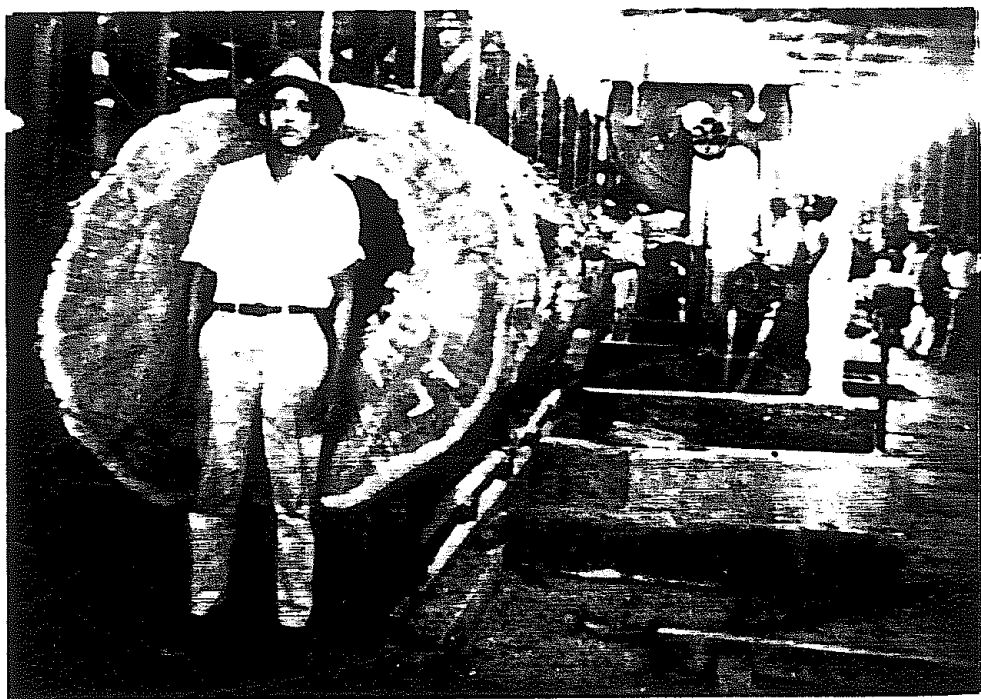
"Com 8 anos eu ajudei a fazer aquele campo de aviação de fora a fora, carregando água, ganhando 5 mil réis e não tendo valor o dinheiro. Pra nós pegarmos esses 5 mil réis, a gente precisava pegar trem no armazém: açúcar, biscoito, manteiga, o que quisesse, pra poder vender e apurar o dinheiro. Vendiam um quilo de açúcar por um tostão. Depois que tirava dali, valia somente 50 réis, que é a metade de um tostão. 100 partido no meio são 50, não é? 50 réis era o preço pra revender. Foi um ajuntamento de união do povo pra fazer aquele campo. Tinham aquelas cooperativas que ajudavam a fazer aquele campo. Mas todo mundo servia para trabalhar, nessa época." (Sr. Pedro, lavrador aposentado, 74 anos)

vernador Valadares, dessa data para diante. Era o nome do Governador do Estado de Minas Gerais. Ele foi nomeado por Getúlio, não tinha votação, era ditadura." (Sr. Esmeraldo, pedreiro, 68 anos)

"Eu agora estou-me lembrando de uma passagem de quando Getúlio esteve aqui. Fizeram um banquete muito grande pra ele. Mas, depois de fazer o banquete, tudo servido, eles estavam preparando um meio de pedir pra ele um benefício pra cá, conforme pediram. Sabe qual foi a resposta dele? - 'Uma cidade rica igual a esta não precisa de benefício. Tem outras precisando mais'. Mas havia aqui uma pobreza desgraçada, naquela época." (Sizenando, empalhador de móveis, 84 anos)

CAPÍTULO 2

O IMPÉRIO DA MADEIRA



"Nós entramos aqui pra trabalhar. Então uns entraram para fazer roça. Eu não, já fui ser empregado. Tinha que trabalhar de empregado. Aquele que nasceu na roça, lá em Frei Inocência. Tinha cobra criada. Ali era mata. Tinha capivara, catitu. Aí vieram os latifúndios, a Belgo-Mineira dizendo que as terras eram dela, foram pegando estes terrenos aí, legitimando esses terrenos, foram tomando tudo... O sujeito largava tudo lá. Largava, pois ele não queria morrer. Ia morrer?... saía... Depois foram os madeireiros que entraram, foram para mata adentro, fizeram carvão e acabou tudo." (Sr. Geraldo, carroceiro, na ativa, 84 anos)

A partir da década de 40, o cenário e a vida da antiga Figueira do Rio Doce, até então dominados pelo campo, vão-se

alterando. Dezenas de serrarias, oficinas de beneficiamento de mica, abatedouros de gado, grandes armazéns, inúmeros pequenos comércios, escolas, médicos, dentistas, ao lado das primeiras obras de urbanização², vão conferindo à cidade a posição de um pólo em torno do qual se articulam novas relações entre o campo e a cidade, entre o capital e o trabalho.

Milhares de trabalhadores, expulsos do campo, vão-se dirigindo para a cidade, em busca de trabalho. A cidade passa a figurar no imaginário do homem do campo (quer seja ele trabalhador ou proprietário) como a possibilidade de melhores condições de vida para si e sua família. Na cidade, há escolas, médicos, luz, água encanada, diversões. A cidade é também um sonho:

² A partir de meados dos anos 40, o tratamento e distribuição de água ficou a cargo do SESP (Serviço de Saúde Pública). O SESP foi resultado de "esforço conjunto dos governos do Brasil e dos Estados Unidos para a obtenção de material estratégico para o esforço de guerra na região amazônica e para a proteção da saúde da população envolvida na obtenção desse material. (...) Em julho de 1943 estendiam-se as atividades do SESP ao Vale do Rio Doce, pela importância que assumia a reconstrução da Estrada de Ferro Vitória-Minas, ficando o SESP responsável pelo estabelecimento de medidas de prevenção contra a malária e pela adoção, nos acampamentos dos trabalhadores empregados na reconstrução da estrada, de medidas sanitárias. (...) Encarregou-se também da instalação de serviços de água e de serviços de água e esgotos sanitários nas cidades de Governador Valadares e Aimorés. (...)". *Jornal Minas Gerais*, 6 de agosto de 1986. O problema da iluminação elétrica, a despeito de várias tentativas locais, só será definitivamente resolvido na década de 50, como parte do programa do governo J.K. (Binômio ENERGIA/TRANSPORTE), através da criação da Companhia Médio Rio Doce, logo após incorporada pela CEMIG (1952).

"-'Agora eu vou dar uma virada no mundo. Eu não posso ficar sō parado aqui com você trabalhando com essas vaquinhas suas; mexendo com vendas; porco; trabalhando com tropa. Eu preciso conhecer o mundo'. Aĩ ele respondeu: - 'Pode sair, Pedro, não tem importância não, quẽ isso...! Depois você volta. A casa ẽ sua: você ẽ como se fosse meu filho'. Eu saĩ e vim pra Valadares, em 1944. Fiquei aĩ na Açucareira³, trabalhei na Belgo-Mineira, tirando leite, mexendo com a vaca, com carvão, carregando cana pra fora. Tudo isso eu jã fiz, nessa minha vida. Daĩ, descabeciei outra vez, fui para João Negro. Lã fiquei pouco tempo, sō 60 dias. Descabeciei em João Negro, saĩ. Peguei a Leopoldina e sentei nesse mundo velho..." (Sr. Pedro. lavrador aposentado, 74 anos)

Comerciantes, pecuaristas, profissionais liberais e outras pessoas da região vão iniciando e consolidando empreendimentos na cidade:

"No ano de 1938, o Sr. Cabral deixou de ser dentista para ser industrial, montando, aqui, uma serraria, em sociedade com alguns amigos... Em 1942, para ampliar os negócios com os amigos, foi liquidada a firma Cabral & Cia., que jã progredia bastante no ramo ma deireiro, carpintaria e marcenaria, fabricando mōveis, esquadrias, tacos e tudo o mais concernente ao ramo. No lugar de Cabral & Cia. nasceu a IMAPEBRA S/A. Eram vãrios sōcios...

³ A Cia. Açucareira Rio Doce, desativada nos anos 60, distava quatro quilômetros do centro da cidade. Possuía 85 alqueires de terra, utilizados no plantio da cana, com produção de 300 toneladas por alqueire, perfazendo um total de 25.500 toneladas. Sua capacidade de produção diária era de 600 sacos. Cf. Revista Acaiaca, 1951. Belo Horizonte, número especial: Governador Valadares.

Estava iniciada a Indústria de Madeira, Comercial e Pecuária Cabral S/A." (Luiz Pires Cabral, citado por SOARES, 1983, p. 89)

A exploração do carvão para a indústria siderúrgica levou à fundação de uma fábrica de madeira compensada:

"A Belgo-Mineira transformava a madeira em carvão, para gerar as minas de aço de Monlevade e Sabará. Aí eles usavam a madeira mais fina, e ficava, então, a madeira mais grossa. Eles resolveram, então, já que tinha uma companhia, a Agropastoril Rio Doce, que já explorava o gado, a pecuária, comprar uma serraria, e depois resolveram montar uma indústria de madeira compensada, para aproveitar, justamente, as madeiras nobres e grossas, que ficavam reduzidas a carvão. E então, montou-se a indústria de madeira compensada, dentro da Companhia Agropastoril Rio Doce." (Armando Oliveira, ex-Superintendente da Cia. Agropastoril, 74 anos)

Ao lado das grandes serrarias e da fábrica de madeira compensada, dezenas de pequenas fábricas espalhadas pela cidade chegavam a empregar, cada uma das maiores, de 100 a 400 operários.

No entanto, após 20 anos, os processos de exploração da madeira continuavam os mesmos:

"Os primeiros toros eram desdobrados a braço pelos Srs. Crispim Ramos e Trajano Campos. Os pranchões serrados também a braços nas matas, eram trazidos em animais de cangalha, de preferência jumento. Os seus melhores tropeiros eram baianos: Augusto Leite, cunhado e filho... Era comum, de 10 ou 11 horas da noi

te, ouvir-se o barulho de uma boiada, cansada a berrar, conduzida pelo Sr. Zizinho. Este explicava que fazia assim, por causa do sol ardente e todos admiravam a sua coragem para o trabalho e zelo para com os pobres bois. Quem não ia na onda era o Cel. Roberto, que às vezes dizia: esse camarada está trazendo madeira do Estado. O coronel Roberto sempre foi um defensor das matas do Estado..." (Revista Acaiaca, 1951)

"Era tudo na base do peito. Serraria a vapor. Praticamente tudo carregado no braço. Tinha aquelas calhas, mas era tudo puxado à mão mesmo. Tanto para levantar a tora como para empurrar aquilo para levar o engenho, era tudo na base do braço." (Francisco Rosas, ex-trabalhador da madeira, 68)

Em 1943, entrou em funcionamento, na cidade, a Companhia Agropastoril de Madeira Compensada, pertencente à Companhia Belgo-Mineira. A finalidade dessa fábrica, como já se disse, era o aproveitamento das madeiras nobres e grossas, inadequadas ao fabrico do carvão vegetal, destinado aos altos-fornos das usinas siderúrgicas de João Monlevade e Sabará.

Em uma reportagem publicada pela Revista Acaiaca (Belo Horizonte, 1956), a Companhia Agropastoril propagava o seu próprio progresso, ressaltando principalmente a modernidade da fábrica e a sua insignificante participação na destruição das florestas da região:

"O compensado... famoso em todos os mercados pela sua excelência, é todo feito com madeira da região: o cedro, o jequitibá, a peroba, o vinhático e o guaribu, abundantes nas ensombradas florestas que adornam as margens

do caudaloso rio. Também da esplêndida riqueza vegetal do Vale se beneficia a sua produção de madeira serrada. Esta é atualmente de seiscentos metros cúbicos mensais. Com referência ao compensado, os algarismos acusam uma produção mensal de quinhentos metros cúbicos. Grande é, por sua vez, a sua fabricação de 'faqueado', de jacarandá, cerejeira e sucupira para revestimento de madeira... O seu maquinário, atualizado e possante, foi todo ele importado da Suécia e dos Estados Unidos da América do Norte (...). A Companhia Agro-pastoril, desde a sua fundação, adquire toda a madeira empregada na fabricação de seus produtos... A propósito, devemos salientar ser inesgotável para esse fim, a opulência vegetal do Vale do Rio Doce. Todas as serrarias do Município, somadas as suas atividades, consomem o mínimo dos recursos da flora do Vale, sendo insignificante o seu papel no desbasteamento das florestas, aqui ali oferece o grande espetáculo de sua mais empolgante exuberância tropical... A Companhia possui força própria, estando a sua caldeira a vapor a fornecer grande parte da energia elétrica da cidade, enquanto se concluem os serviços da Usina de Tronqueiras." (Revista Acaiaca, 1956, p. 103,105)

Além da modernidade dos equipamentos e da racionalidade introduzida no processo de trabalho, essa companhia criou uma "cidadela" para os seus operários viverem: moradia, lazer, escola, hospital, armazém e outros benefícios sociais:

"Eu estabeleci lá na Pastoril quase que uma comunidade. Eu construí um campo de futebol e organizei um time... era um campo muito bem gramado, tinha uma arquibancada bem iluminada. De modo que os operários trabalhavam de dia e de noite podiam ir jogar futebol. De dia a criançada jogava. Tinha o time juvenil, tinha os veteranos e tinha o time principal. Nós tivemos um grande time de futebol. Quem inaugurou o nosso campo foi o Bota fogo. Depois trouxemos o Fluminense, o Fla-

mengo, o Vasco. Não vinham de reservas, não... e eles vinham de avião, pois, naquele tempo tinha muita facilidade de voar, pela Nacional. O Atlético e Cruzeiro não gostavam de vir aqui, pois o nosso time era forte. Eu era superintendente da Companhia e podia contratar o empregado. De modo que eu escolhia em Teófilo Otoni, por aí, nessa redondeza, todos os melhores jogadores e dava emprego pra eles e as horas de treino ele pagava. Além do futebol tinha o cinema: dava duas sessões, às quartas-feiras e aos sábados, e repetia aos domingos o filme de sábado. Tinha também um clube social, com conjunto de música, de gente de lá mesmo. Montamos, ainda, um armazém. Quando vinha o nosso salário mínimo, eu ajustava os preços e congelava até o próximo aumento. Às vezes, um quilo de feijão estava a dois cruzeiros no armazém e oito cruzeiros lá na cidade. Agora o sujeito tinha a sua cota de compra no armazém. Eu mandei fazer um levantamento estatístico e cada família recebia proporcional ao número de membros. Dávamos também assistência médica, e fornecíamos o remédio, que ia debitado na conta e descontava uma porcentagem muito pequena por mês, talvez 10% por mês, para amortizar a dívida dele de saúde. O lucro da Companhia estava na produção industrial, na produção. E mesmo se fôssemos aumentar o salário no mínimo de 30%, devido à inflação. E o prejuízo que o armazém dava com o congelamento era de 5%. Então, o operário não reclamava... o salário ficava congelado também, mas o custo de vida também. E a Companhia tinha um prejuízo de 5%, o que, na verdade, era vantagem. O aluguel que não era cobrado era tido como salário também." (Armando Vieira, ex-Superintendente da Cia. Agropastoril, 74 anos)

Essa série de vantagens oferecidas aos trabalhadores e extensivas a suas famílias deveria funcionar como um estímulo ao trabalho e, ainda, selar uma crença na existência de vantagens mútuas entre patrões e empregados. Além disso, a vida

do trabalhador deveria bastar-se dentro dos limites impostos pela fábrica⁴.

⁴ Para uma avaliação crítica desse tipo de experiência, ler: VIEIRA, Evantina P. op. cit. p. 41-55, e também DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

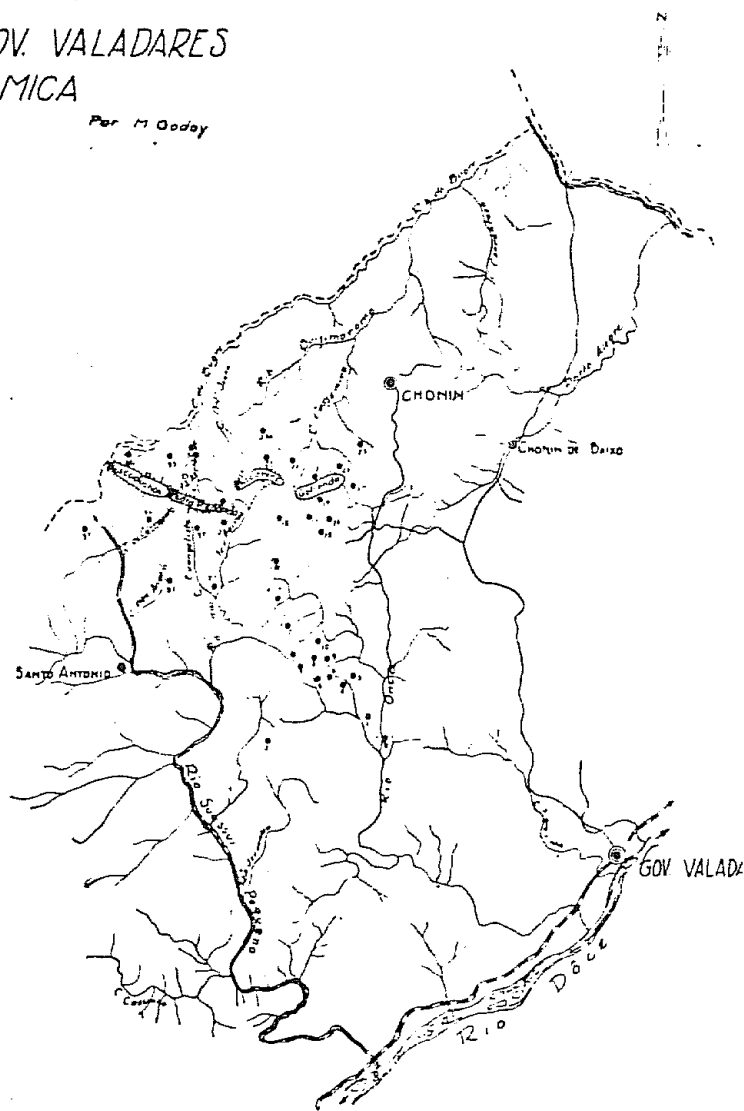
CAPÍTULO 3

O IMPÉRIO DA MICA

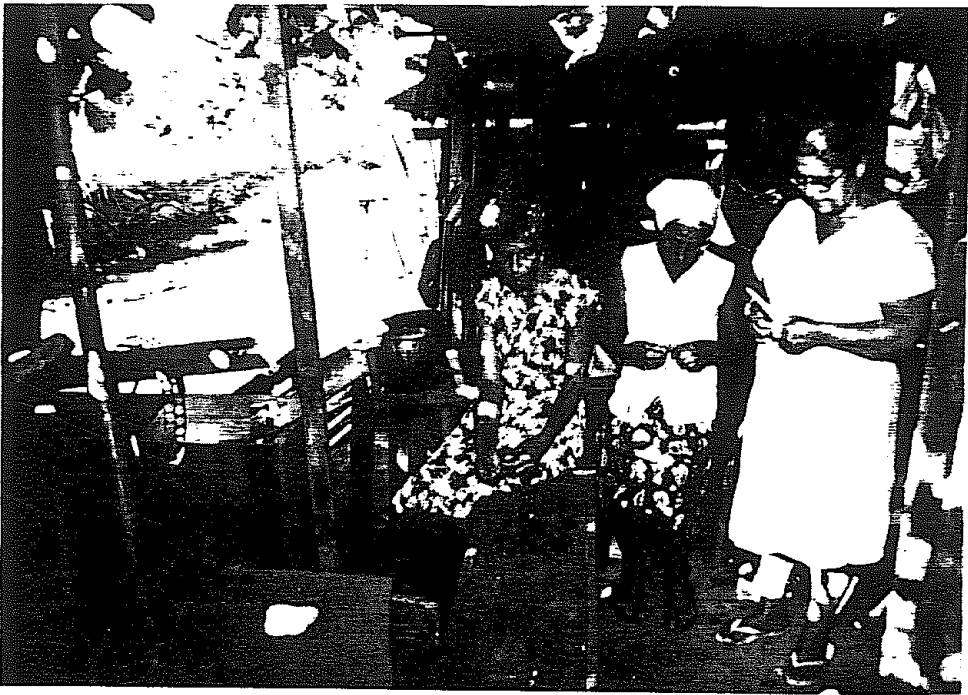
REGIÃO DO MUN. DE GOV. VALADARES
PRODUTORA DE MICA

Por M. Godoy

| | | |
|----|---|----------------------|
| 1 | 1 | S. ANTONIO DO PONTAL |
| 2 | 1 | SERRA DA CORREIA |
| 3 | 1 | FERNÃO BATISTA |
| 4 | 1 | PONTA |
| 5 | 1 | SANTO CASCALHO |
| 6 | 1 | PONTALZINHO |
| 7 | 1 | PEDRA REDONDA |
| 8 | 1 | IDE |
| 9 | 1 | FELICIO ROMANO |
| 10 | 1 | M. HELENA |
| 11 | 1 | FERREIRINHA (MICAL) |
| 12 | 1 | D. JUSTINO |
| 13 | 1 | SERRA DA LINGUETA |
| 14 | 1 | JOSE EMÍLIO |
| 15 | 1 | ZE LUIZ |
| 16 | 1 | JOEL ALVARENSA |
| 17 | 1 | S. |
| 18 | 1 | JACOB |
| 19 | 1 | ANTONIO DIO |
| 20 | 1 | GOLCONDA |
| 21 | 1 | GARAJAU |
| 22 | 1 | DI DOLORES |
| 23 | 1 | S. RAFAEL |
| 24 | 1 | BARRACA |
| 25 | 1 | QUILIMBANDU |
| 26 | 1 | TADUARAÍ |
| 27 | 1 | FERREIRÃO |
| 28 | 1 | NAZARENO |



Fonte: GODOY, M. Pimentel & COELHO, Iphygênio Soares. Recursos Minerais do Estado de Minas Gerais. Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1947.



Ao lado das grandes e pequenas serrarias, dezenas de oficinas de mica se espalhavam pela cidade.

A mica, o mais eficiente e completo dielétrico conhecido na época, foi largamente empregado durante a 2^a Guerra Mundial. Inicialmente, o Brasil abastecia a Alemanha e o Japão, mas, depois, toda sua produção foi dirigida para os Estados Unidos. O Brasil tornou-se um dos maiores produtores da mica e quase toda ela era produzida em Minas Gerais⁵.

A mica era extraída de lavras, em Governador Valadares e nos municípios vizinhos, mas era quase toda beneficiada nessa cidade e exportada para os Estados Unidos, através da Comissão de Compras Americana. As firmas Cosmopolitana e Santos Nogueira controlavam as maiores lavras e centros de beneficiamento, mas havia, também, outras pequenas oficinas de beneficiamento na cidade. Após a Guerra, a produção foi reduzida e as grandes empresas foram fechadas. Até hoje existem pequenas oficinas.

"A mica de exportação tinha muito valor. Então tinha a Cosmopolitana, com produção própria, aliás, a maioria tinha lavra própria. A Cosmopolitana tinha a lavra de sexta-feira,

⁵ Para maiores informações, consultar: GODOY, M. Pimentel & COELHO, Iphygênio Soares. Recursos minerais do Estado de Minas Gerais. Secretaria da Agricultura do E.M.G. Rio de Janeiro, 1947; NERO, Passos & ARROJADO, Joaquim Miguel. Mica. Boletim nº 12. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1936.

que mandava 10, 20 carros para o Rio de Janeiro diariamente. Então essa firma trabalhava com 800 empregados. A lavra de sexta-feira tinha frota de caminhão que corria pra lá e pra cá. Naquela época, entraram os 'Cow-Boys', caminhões de estrada ruim, que já traziam aqueles guinchos na frente. Então não tinha condição de ficarem no meio da estrada. Então, eles amarravam aquele toco num pau ou noutro carro e chegavam 8, 10 carros lotados de mica na cidade. O americano ficava sempre na frente. Eles ficavam mais aqui em Governador Valadares. Eles sempre visitavam a lavra de teco-teco. Aqui, eles ficavam apreciando a mica de boa qualidade, os bons produtos. Formado o estoque, o lote ia logo para os Estados Unidos. A procura era grande. Só o operário é que não levava muitas vantagens, mas os poderosos levavam muita. Porque eles, os americanos, emprestavam até o dinheiro para eles, para pagar em mica." (Sr. Raimundo, ex-trabalhador da mica, 68 anos)

A Segunda Guerra Mundial tornou-se uma referência importante na história das cidades. Muita gente trabalhou na construção do campo de aviação:

"Com 8 anos eu ajudei a fazer aquele campo de aviação de fora a fora, carregando água, ganhando 5 mil réis e não tendo valor o dinheiro. Pra nós pegarmos esses 5 mil réis, a gente precisava pegar trem no armazém: açúcar, biscoito, manteiga, o que quisesse, pra poder vender e apurar o dinheiro. Vendiam um quilo de açúcar por um tostão. Depois que tirava dali, valia somente 50 réis, que é a metade de um tostão. 100 partido no meio são 50, não é? 50 réis era o preço pra revender. Foi um ajuntamento de união do povo pra fazer aquele campo. Tinham aquelas cooperativas que ajudavam a fazer aquele campo. Mas todo mundo servia para trabalhar, nessa época." (Sr. Pedro, lavrador aposentado, 74 anos)

O esforço de guerra beneficiou os vales do Amazonas e do Rio Doce. Nos dois casos, foi implantado o serviço de combate à malária, para proteção das populações envolvidas na extração de materiais estratégicos: a borracha no Amazonas e a mica e o minério de ferro no Rio Doce. Governador Valadares e Aimorés foram beneficiados também com a instalação dos serviços de água e de esgotos.

Também nesse período foi construída a ponte sobre o Rio Doce, ligando o centro da cidade ao povoamento inicial de São Raimundo, e servindo a estrada de ligação entre o Norte e o Sul do País, a qual seria conhecida, na década de 60, por rodovia Rio-Bahia:

"Depois eu saí e fui trabalhar na obra da aquela ponte do São Raimundo. Eu tinha que trabalhar 8 hs. Ia com canoinha pequena. E isso era naquele tempo em que o rio tinha água. E nós não sabíamos nadar. Se caísse naquele trem, eu afogava na água. E ainda ia equipado para trabalhar. Samuel tocava o remo pro lado de cá e eu ia tocando aquele trem no remo até nós sairmos do lado de lá, pra encostar e voltar às 4 horas da tarde. Esse serviço era de extrair pedra. Tirar pedra pra pôr lá na ponte. Extraía pedra com dinamite. Então nós extraíamos pedra do lado de lá, arrumava ela, britava... Aí eu falei: quer saber de uma coisa, isso aqui tá perigoso demais... Morria carpinteiro, pedreiro, caía lá de cima dentro d'água e morria. Não tinha jeito de salvar. Sr. Américo, tadinho, coitado, ah! Aí eu fui no escritório e pedi pra trabalhar cá pra cima. Eu trabalhei 4 meses numa pedreira e eles disseram que a pedra estava mole. Fomos procurar pedra lá pro lado da Casa Branca. Tiramos muita pedra lá pra construir a ponte. Trabalhava 8 horas batendo marreta em pedra e furando: tum, tum, tum.

E antigamente não tinha martetele não. O trabalho era todo na marreta. Batia a marreta e virava no braço. Carregava aquilo, detonava e caía naquele mundo de pedra em baixo. Aí voltava e botava o marrão em cima, de 10 quilos, o dia inteiro. Esse braço aqui já foi um braço de homem mesmo. Tum, tum, enquanto a pedra não abria, não parava de bater. Quando ela abria, virava ela pra formar uma pedra de mais ou menos 10 quilos, pra caber na boca do britador. Um trem forte isso aí. Trabalhava com a cabeça molhada o dia inteiro, pra ganhar 800 réis... Ih, pelo serviço que era, era pouco demais. Pra ganhar 100, tinha que fazer 2 horas-extra. Fazer 10 horas, de 7 até as 6 horas. O normal era 8 hs, naquela época. Agora, passava de 8 hs, tinha que declarar na pasta diária 8 + 2 hs." (Sr. Geraldo, carroceiro, na ativa, 84 anos)

Além da utilidade, a ponte não deixa de fazer lembrar a violência:

"A gente vivia assim, neste dilema, no perigo da morte. Até que eles resolveram fazer a ponte foi muito difícil. Depois que fizeram a ponte, ficou mais fácil. Ficou muito bom pros passageiros, mas ficou ruim pra quem era perseguido. Quem era perseguido eles matavam lá na ponte e jogavam no rio. A coisa mais tremenda do mundo. Então, essa ponte aí ficou sendo um assombro. Tinha dia em que ia gente daqui pra lá, que morava lá, e não podia voltar, porque, de cá da cabeça da ponte, via a tocaia lá. Era matar e jogar dentro do rio. Aqui foi um lugar muito perigoso. Aqui foi um lugar de muito sofrimento. A gente, pra poder viajar, tinha que passar no rio. Passar no rio à-toa? Passar no rio só por uma canoa muito grande. Ir lá pra visitar os parentes e voltar." (Dona Maria, ex-lavadeira, 1914 a 1988)

CAPÍTULO 4

O TRABALHO ASSALARIADO

A cidade tornou-se um centro fornecedor de trabalhadores qualificados para o beneficiamento da mica. Os empresários vinham recrutar trabalhadores na cidade:

"Mica... eles vinham buscar aqui. De toda parte do País vinha buscar aqui: Goiás, Rio, Belo Horizonte. Então, tratando-se de empregado de mica, era aqui." (Sr. Raimundo, ex-trabalhador da mica, 68 anos)

Os trabalhadores abandonavam o campo indo para as lavras, e daí para as oficinas de beneficiamento na cidade:

"Eu nasci em Santa Maria do Suaçuí. Não recordo a data porque tive problema de doença. A data é 1931 ou 32, é nessa base. Eu sou filha de Ana Alves Carneiro e Antônio Timóteo Araújo. No nosso tempo passado, era a minha mãe que trabalhava para manter a casa e cuidar dos 4 filhos e do meu pai, que já não trabalhava mais, pois já estava muito cansado. Aí, nós fomos levando a vida. Ela mexia muito, fazendo farinha, trabalhava na água o dia inteiro. Um dia, ela falou assim: vamos mudar daqui, minha filha? Aí nós fomos para um lugar que se chamava Lavra do Mineiro. Fomos para lá com 1 milhão de réis. Nós fomos para lá trabalhar. Entramos para trabalhar em 1946. Eu trabalhei nessa companhia 6 anos, eu com a minha irmã. Eu sei contar até como tira mica dentro do túnel. A gente entrava dentro do túnel também, batia com a picareta grande no barranco e tirava o bloco de mica, coisa grande, de 20 arrobas. Aí, depois de

tirada aquela mica, a gente vinha para casa e cortava aquela mica no peito. Colocava um pedaço de pau, um troço no carruteio, e batia a faca no peito. Cortava aquilo. Depois vinha para a qualificação, tinha passagem, qualificação, beneficiamento, separação, tinha todo o tipo. Ih, a gente era turma grande. Até de 50 pessoas. Eram homens, mulheres, rapazes, crianças, todo mundo. Era uma coisa muito grande. É aquilo, a gente trabalhava no maior sofrimento. Quando eu fui trabalhar, a gente entrava num saco de estopa. Ali a gente molhava e pegava tanta friagem... A gente entrava dentro do saco, molhava o saco e trabalhava até 11 horas da manhã. Às 11 horas, a gente ia para o almoço, voltava, trabalhava. É ali a gente largava 5 horas da tarde. Às vezes tinha serão e a gente ficava das 5 horas às 9 horas da noite. Naquele tempo eu ganhava 6 mil réis. E com aqueles 6 mil réis, eu garantia a casa. Eu e a minha irmã fazíamos toda a despesa da casa. Essa companhia era a Cosmopolitana, já acabou também. Primeiramente ela se chamava Americana. Depois passou para essa companhia e dessa companhia nós resolvemos sair, porque o ordenado não dava mesmo. Passava muito mal de boca, não tinha alívio nenhum. Foi indo, a gente não agüentou. Ali a gente viveu 6 anos." (Rosa, ex-trabalhadora da mica, 56 anos)

Os trabalhadores de mica eram classificados em mais e menos qualificados. Os mais qualificados eram fichados nas firmas, enquanto os outros trabalhavam por "conta própria" nos "cantos" da cidade:

"Tinha aproximadamente umas 5 ou 6 oficinas grandes, e pequenas, não posso contar por que porta de cozinha, na rua de baixo, lá no Esgoto, por todo canto tinha um biquinho, sabe? As firmas levavam a mica e colocavam lá, porque lá não tinha condições de regularizar os empregados. Então eles deixavam a mica grande, as boas, nas firmas onde os empregados eram regularizados. E as micas menores,

eles levavam para os cantos de rua e colocavam lá para as mulheres fazerem, para aqueles empregadinhos fuleiros. Não tinham tanta capacidade, tinha pouco valor. E também não tinha direito. Tomava nota por empreitada, ele batia naquela porta lá do canto de rua e ia trabalhar. Fazer o quê? Então aquela mica que estava num canto de rua sendo trabalhada, depois ela voltava para ser qualificada na firma no centro da cidade. Voltava para nós. Porque lá eles levavam ela bruta, passava e beneficiava, então ela entrava na firma para ser qualificada. Então é onde dava a diferença de mão-de-obra. Um recebia uma quantidade, outro recebia a metade do salário mínimo. E outro recebia... Mas dificilmente tinha um que ganhava mais do que o salário mínimo." (Raimundo, ex-trabalhador da mica, 68 anos)

"Eu morava nesse buraco aqui em baixo. Eu trabalhava na Companhia durante o dia e a Companhia dava a mica para a gente fazer em casa, para adiantar o serviço. Então eu trazia a mica para cá e passava mica até meia noite. Aquilo era por quilo, aquilo era para poder ajudar, porque o danado do ordenado era pouco demais, uai. E às vezes eles precisavam daquela mica rapidamente, então só o serviço de lá de dentro não dava conta. Trazia para casa e fazia de noite, para completar." (Rosa, ex-trabalhadora da mica, 56 anos)

"Eu trabalhei na Santos Nogueira, trabalhei na firma do Sr. Viriato, trabalhei numa firma de uns americanos que tinha assim desse lado, era uma casa grande lá no fundo, na esquina. Hoje eu acho que lá é até prédio, trabalhei em muita casa aí. Depois, no quebra-galho, trabalhei muito tempo lá no Bairro Santa Terezinha. Depois sai lá do bairro Santa Terezinha, trabalhei aqui nessa rua ali para o Valtinho. Depois ele me deu a mica e eu trabalhei muito tempo em casa com a mica que eles me davam. Era um trabalhão. Mais era fome que eu passava. Trabalhando por minha conta, enquanto não entregava, não tinha dinheiro. Mais era a vontade de comer que eu passava. Mas Deus me ajudou que eu não morri de fome. Atravessei os problemas todos." (Dona Sebastiana, ex-trabalhadora da mica, 74 anos)

Os trabalhadores eram classificados também dentro das oficinas:

"Então essas caixas chegavam aqui, quando elas entravam nas principais firmas, então eles tiravam uma quantidade de 5 kg e colocavam aqueles empregados que sabiam trabalhar direitinho para fazer o teste. Depois de fazer o teste, tinha aquele preço. Então eles entravam com a mica nas caixetas, não dava certo, eles faziam o teste na outra e assim 5, 6 kg, fazendo teste para entender essa mica que pegavam mais. O 1º passo é deslocar, o 2º é passar, o 3º é beneficiar, a final de contas o 3º é qualificar, aí nós retiramos o RP, o HS e o AB, e continuava a passar. Então o GS, o FS e o CSE é que é a mica de muita qualidade, caríssima. Então aquela que era passada pela qualificação ia beneficiada, depois que ela ia beneficiada é que ela ia voltar para tornar a qualificar. Nós deixávamos beneficiar GS, FS e CSE, nós deixávamos com uma categoria só, quer dizer, com uma posição só. Depois de beneficiada é que nós vamos qualificá-las e beneficiar. Então aí também tinha que distinguir se o operário fazia simples se é GS, se era L, outro fazia 4 o GS era outro, outro fazia 3 e o GS era outro. Pelo menos eu trabalhei no Rio e eu fazia 14 polegadas, era outro tipo de mica, 14 cm de comprimento e 6 cm de largura. Essa mica era produzida em Juiz de Fora." (Sr. Raimundo, trabalhador da mica, 60 anos)

"Na oficina da mica eu entrei passando, mas a Geralda, que gostava muito de mim, falou: - aguenta a mão, que eu vou passar você para a qualificação. Aí, ela separava as qualidades das micas e chegava na minha banca e falava assim: - olha, essa mica daqui, que essa é RP e essa daqui é RS, e essa é HS, essa daqui AB, essa daqui S. Aí Deus ajudou e eu aprendi. Eram 6 tipos. O RS era aquela mica escura, com aquela listrinha de ferrugem. O RP era aquela mica cheia de pente. E o HS, aquela mica limpinha, que não tinha mais impureza. Aí foi indo, até que eu aprendi isso

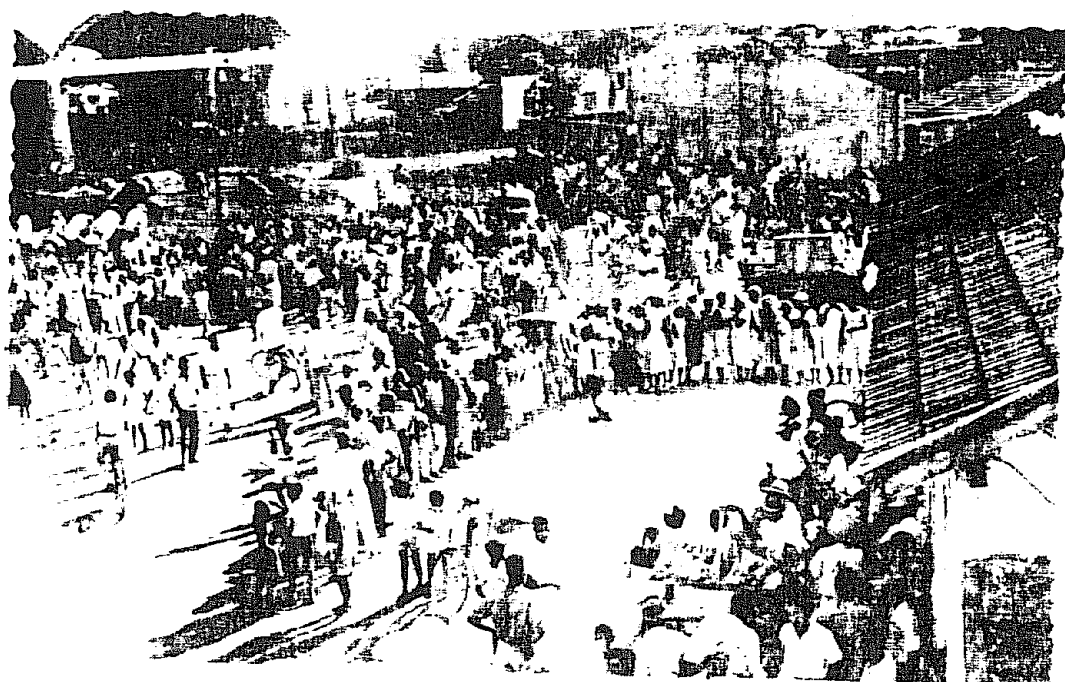
tudo. Trabalhei muito tempo. Parei depois que eles começaram a fechar as oficinas." (Sebastiana, ex-trabalhadora da mica, 74 anos)

A utilidade da madeira é bem conhecida, mas a mica liga a cidade com o mundo:

"Na ocasião da Guerra, nós trabalhamos muito tempo fazendo 'serão', porque eles pediam para ajudar em aparelhos de guerra. Sem saber, a gente trabalhava pra fazer a ruína dos outros. Nós trabalhamos tanto aqui à noite... Às vezes, iam cem pessoas e eu tinha que ir. Ninguém estava sabendo as finalidades da mica para aparelhos, não é? Mesmo pra avião, dizem que gasta. A mica é isolante e ela serve para ferro elétrico, ela serve a muitas finalidades. Aquelas miudinhas todas servem para disco de lâmpada. Mandaram primeiro para o Japão e depois pros Estados Unidos e para diversos lugares. Porque a gente é empregado, não fica procurando saber muito não. Eu estava entrosada ali, naquele serviço, mas eles lá é que vendiam, que eram os patrões. A gente não podia entrar nos negócios deles, porque já era entrometer demais." (Maria Pappi, trabalhadora de escritório de oficina de mica, 74 anos)

CAPÍTULO 2

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES



Festa dos trabalhadores - 19 de maio - Anos 50.

Os trabalhadores da "cidadela" transgrediram a ordem estabelecida. Foi na fábrica de madeira compensada que o movimento sindical, organizado pelos trabalhadores, deu os seus primeiros passos.

As leis trabalhistas recém-implantadas no País, pelo Governo Vargas, foram vistas pelos patrões como uma ameaça aos seus interesses, e muitos deles ignoravam a obrigatoriedade do seu cumprimento:

"Em 1945, botamos a serreria pra funcionar. Montaram uma grande carpintaria. E eu trabalhei na carpintaria. Depois que eles acabaram de montar a fábrica, arranjaram duas máquinas de madeira pra manipular compensado... Então, eu comecei a trabalhar nessas máquinas lá, amaciar o compensado. Aí, nisso, vieram as máquinas novas, automáticas, boas, e eu continuava trabalhando. Mas sempre existiam os privilegiados no salário. Porque aí já existia o salário mínimo. O meu salário sempre foi baixo, apesar de eu lutar muito. E houve um caso de um companheiro nosso. Ele era encarregado da serreria. Passados uns tempos, o superintendente da Companhia descobriu que ele tinha um livro da Consolidação das Leis do Trabalho e começou a perseguir ele por aí. E nisso acabou com a carpintaria e mandaram ele pra fábrica de compensado, justamente para ir jogando ele fora. As leis trabalhistas já eram uma ameaça, e grande."
(Francisco Rosas, ex-trabalhador de madeira, 68 anos)

Durante todo o primeiro período de Getúlio Vargas no poder, os sindicatos de trabalhadores estiveram sob o controle do Estado. Esse controle, aliado aos benefícios sociais criados pelo governo para os trabalhadores, resultou em desarticu

lação do movimento embrionário dos trabalhadores.

Os efeitos dessa política trabalhista do Estado se estenderam, em Governador Valadares, até o início da década de

50:

"Na época do Getúlio Vargas, toda firma tinha que ter o sindicato. Eles levantavam os sindicatos, mas escolheram os poderosos, os gerentes, os donos das firmas..." (Sr. Raimundo, ex-trabalhador da mica, 68 anos)

"E tanto que, quando entraram os sindicatos, que veio o INPS, essas coisas, a União Operária ficou desativada. Não são daqui, mas de todas as cidades: Belo Horizonte, Caratinga, Teófilo Otoni. Porque o que a gente oferecia naquela época era só o 'caso de última hora'." (Geraldo Bento, ex-mestre de obras, 70 anos)

"Mas de 52 para cá, nós começamos a comentar, nas portas das firmas, que aquilo não era certo, que o sindicalismo teria de nascer no meio do operário. Foi onde surgiu a idéia de levantar novamente o sindicato. Agora, o sindicato entrou em ação depois de 54. Com a morte de Getúlio, deu um incentivo muito grande na classe operária. Então, a gente tinha como argumento... O presidente que nos defendia morreu, agora, se não lutarmos pelo nosso direito, nós vamos perder esses direitos. Então, com a morte de Getúlio, o povo é que passou a manobrar o sindicato. E ele foi, cresceu... Mas depois, entrou a época de João Goulart e começou a infiltração comunista. Então veio a cassação do sindicato por causa disto. Nós fomos cassados em 64." (Sr. Raimundo, trabalhador da mica, 68 anos)

"O sindicato dos carroceiros foi criado em 53, parece. A sede era lá na União Operária. O nosso sindicato tinha, nessa época, mais de 70 carroceiros. As lutas nossas era

sō trabalhar. Trabalhar sō. Mas nōs organiza mos o sindicato, para melhorar o preço do tra balho. A gente conseguia alguma coisa. Uns falavam pros comerciantes: esse preço é pou co... e aĩ eles pagavam mais. O povo (os co merciantes), naquela época, não tinha muita firmeza não. E tinha muita fartura. Aqueles mantimentos que entornavam nas carroças, eles davam para nōs, daquelas sacarias que nōs car regávamos." (Geraldo, carroceiro, na ativa, 84 anos)

"Nossa luta principal era fazer com que a fiscalização do Ministério do Trabalho che gasse assim nas pequenas firmas e fizesse com que todo mundo tivesse carteira assinada e pagasse o IAPETEC. As firmas, às vezes, arre cadavam do sujeito e não pagavam o IAPETEC. Então, aconteceram milhares de casos de traba lhadores que pagavam o IAPETEC durante, às ve zes, 10 anos e, no final das contas, a parte deles não tinha sido entregue ao IAPETEC." (Sr. Raimundo, trabalhador da mica, 68 anos)

"Em 56, depois que houve o decreto do dē cimo terceiro salário, nōs tivemos que tocar um dissídio coletivo. Os patrões queriam pa gar sō a metade. Então, uma turma de traba lhadores saiu gritando pela rua: Ou tudo ou nada, ou tudo ou nada." (Antônio Pontil, ex-trabalhador da madeira, 75 anos)

Neste mesmo período, foi organizado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sob a influência do Sindicato da Mica. Já na década de 60, esse mesmo sindicato foi dirigido por "Chi cão", liderança conhecida dos movimentos camponeses da região, que antecederam o Golpe de 64.

CAPÍTULO 6

A REORDENAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Dados censitários revelam que a população urbana do município de Governador Valadares cresce num ritmo vertiginoso, após a década de 30, alcançando, nos anos 50, o maior índice de toda a sua história. Vejam-se os dados⁶:

| ANO | POPULAÇÃO |
|------|-----------|
| 1930 | 2.103 |
| 1940 | 5.734 |
| 1950 | 20.700 |
| 1960 | 70.400 |
| 1970 | 125.300 |
| 1976 | 150.200 |

De que maneira o espaço urbano será reordenado e redimensionado para abrigar seus novos habitantes? Na ausência de um canal próprio para as reivindicações, como se manifestarão as populações sem moradia?

⁶ A população relativa aos anos 30 foi levantada pelo primeiro censo realizado na cidade, por iniciativa de seus próprios moradores. A esse respeito, ver: FONSECA, Raimundo. Figueira do Rio Doce, Ibituruna. Rio de Janeiro, s.ed., 1986. Os demais dados foram retirados da Resenha sobre o Município de Governador Valadares, publicação da Associação Comercial de Governador Valadares, julho de 1976.

"Naquela época, eles invadiam mesmo. Eles invadiram o centro do campo de aviação. Trabalharam a noite toda, o negócio parecia fantasia. Era um pô... pô... pô... a noite toda. Depois, aquilo foi vendido a três cruzeiros, para pagar em dez anos." (Sr. Raimundo, trabalhador da mica, 68 anos)

Essa mobilização coletiva e espontânea pressionou o poder político local, que respondeu com a intensificação do processo de aforamento dos terrenos do patrimônio do município de Governador Valadares⁷.

"Raimundo fez oito bairros na cidade. Foi muito combatido e muito difamado. Mas foi muito elogiado também. Os bairros feitos por ele foram: Bairro Santa Terezinha, que era um pasto do Lyrio Cabral. Fez isso baseado numa lei municipal, de autoria do Sr. Siva Monteiro de Castro. Raimundo aforou esses lotes baratinho, para o povo. Não deu lotes, como dizem. Ele os aforou por preços que o povo pudesse pagar e deu prazo para esse pagamento. Muita gente grãda se aproveitou disso também... Outros bairros foram construídos por ele: Nossa Senhora das Graças, São Tarcísio, Alto do Carapina, Bairro de Lourdes. Há mais um cujo nome me falha agora. Mas todos foram aforados." (Cirene Albergaria, esposa do prefeito Raimundo Albergaria, citada por SOARES, 1983, p. 20)

⁷ Ver Lei nº 17, que dispõe sobre aforamento de terrenos urbanos do Patrimônio do Município de Governador Valadares. Prefeitura Municipal, 1948. A intensificação do processo de aforamento, bem como a atitude de tolerância do poder público frente às invasões desestimularam, até o final dos anos 50, a especulação imobiliária. A esse respeito, consultar: Programa Estadual de Centros Intermediários, vol. 2. Perfil da Cidade de Governador Valadares: aspectos físico-urbanísticos sociais, 1982.

Raimundo Albergaria, que já havia sido prefeito nomeado por duas vezes (1943-45 e 1945-48), voltou à Prefeitura em 1951, pelo sufrágio popular, como candidato do PSD (Partido Democrático Social), retornando novamente no período de 1959 a 1962.

Sua liderança política foi consolidada sobretudo através do apoio que as massas populares lhe ofereceram, em troca do atendimento a seus pedidos, concentrados, na época, em torno da moradia:

"Eu ainda me recordo que fiquei sem lote. Aí eu tive a idéia de arranjar um lote para mim. É lá na Rua... tinha um lote que eu gostei. Aí eu conversei com o fiscal, e ele falou comigo: - olhe, o Dr. Raimundo mandou falar com você que se você invadir o lote, o resto dos documentos ele arranja." (Raimundo, ex-trabalhador da mica, 68 anos)

"O Esgoto, foi o primeiro bairro apropriado que Raimundo Albergaria criou. Ele mandou todo mundo habitar. Quem chegasse flocava a barra, flocava quatro tocos, flocava quatro fios de arame. Aí surgiu a liderança política do Raimundo Albergaria." (Raimundo, ex-trabalhador da mica, 68 anos)

"Naquele tempo, houve condições na cidade de aparecimento de bairros para os seus operários fazerem suas casas, sua moradia. E nesse tempo também apareceu o Dr. Raimundo que, por qualquer coisa, ele era muito simpático ao movimento dos pobres, né!" (João Ângelo, trabalhador do comércio, 1904 a 1988)

"Na época em que eu mudei pra cá, a Prefeitura abriu a rua lá da ponte, que vai daquele prédio de verduras do Sr. Zé Cruz até na beira da linha. Ali, passava a cerca do

campo de aviação, subia aã e cercava a Rua Mato Grosso pra lã. O campo era na Rua Pedro Lessa, até a Rua Israel Pinheiro. Na época, eu era empregado de fazenda e perguntei ao moço da Prefeitura se o prefeito me cedia um terreno. Fui lã, conversei com ele, vai daqui vai dali, ele resolveu me ceder, por intermédio de um vereador que era muito meu amigo, José de Almeida e Silva (o Badu). Aã fui pagando a Prefeitura fui pagando, quando foi em 59, eu ganhei um dinheiro maior e acabei de pagar isso aqui. Na época, foi um sacrifício pra pagar o dinheiro que valia isso aqui." (Sr. Geraldo, carroceiro, na ativa, 84 anos)

O aforamento de lotes/bairros para a população de baixa renda constituiu também importante expediente disciplinador da ocupação do espaço urbano, à medida que desestimulou o crescente movimento de invasão/ocupação das áreas livres do centro da cidade.

No entanto, setores médios e dominantes esperavam que o poder político local não permitisse a fixação da referida população em áreas centrais, já que o processo de ocupação por ela utilizado contrariava os padrões de urbanização já estabelecidos pelo primeiro traçado.

"Valadares cresceu vertiginosamente. - Aqui é necessário lembrar que devemos esse traçado ao Serra Lima. - Se não era engenheiro, teve capacidade e a visão de aplicar uma planta tão bonita a essa cidade e lutar, para que fosse executada; e se não continuou bonita como deveria ser, foi porque outros atrapalharam. Houve uma época em que foram distribuídos lotes, principalmente no morro do Carapina e às vezes subdivididos; quer dizer, um lote era dividido em dois, em três, até em quatro... O traçado foi prejudicado. O morro do Carapina, que deveria ser um lugar de turismo, subindo em caracol, transformou-se em favela." (Hélio de Sales Ribeiro, citado por SOARES, 1983, p. 46)

"O Raimundo Albergaria foi um homem sem visão, manobrado pelos funcionários da Prefeitura. Inventou de fechar ruas para dar lotes aos afilhados, aquela bagunça danada. No entanto, o bairro que ele criou para os operários, ele mandou fazer o traçado como esse aqui. Você vê lá que não tem diferença nenhuma do centro. Mandou fazer tudo certinho, mas avacalhou o centro da cidade." (Walter Cipriano, ex-fiscal de matas; atualmente pequeno fazendeiro, 70 anos)

Nesse processo, a população trabalhadora que possuía sua casa dentro dos limites e dos padrões do primeiro traçado vai sendo "empurrada" para a zona suburbana, pois não resiste ao valor atribuído aos seus terrenos:

"A cidade começou a crescer... foi crescendo e começaram a oferecer um bom dinheiro pelos lotes e o bairro foi desocupando. Aí desapareceu a Vila Operária. Ela desapareceu com o desenvolvimento e tornou-se centro da cidade. Foi o que aconteceu com Belo Horizonte. Assim aconteceu com a Vila Operária, primeiro bairro criado em Governador Valadares. Ninguém fala que aquilo ali é bairro. Começava na Praça de Esportes e descia por ali a fora, até no Cemitério Santo Antônio." (Walter Cipriano, ex-fiscal de matas; atualmente pequeno fazendeiro, 70 anos)

"... bom, depois venderam porque essa coisa, o operário ganha pouco, a família aumenta, os casos de saúde provocam desequilíbrio e eles achavam ofertas. Eu mesmo vendi a minha casa, porque a família era bastante grande e naquele tempo não tinha INPS na cidade e precisávamos pagar o médico, o tratamento dos filhos. E o recurso faltou, vendi a casa." (João Angelo, trabalhador do comércio, 1904 a 1988)

"A Vila Operária era pra frente do campo Democrata e uma parte da Rua Sete de Setembro. Ali morou o Pedro... o Zeca Tampinha e outros... depois foram vendendo para os maiores e os mais possantes de dinheiro foram construindo." (Sizenando Ribeiro, empalhador de móveis, 84 anos)

Segundo dados coletados pelo SESP em 1957 (Guia Valadarense) 1958), a população da cidade estava assim distribuída:

| Localidades | Nº habitantes |
|--------------------------------------|---------------|
| Bairro de Santa Terezinha | 2.499 |
| Beira da Linha Velha | 979 |
| Açucareira | 709 |
| Pastoril | 1.138 |
| Vila Euzébio Cabral | 2.371 |
| Santa Efigênia (Esgoto) | 3.607 |
| Pedreira | 1.922 |
| Nossa Senhora das Graças (Carapina) | 2.978 |
| Pátio da Cia. Vale do Rio Doce | 350 |
| Acampamento da Cia. Vale do Rio Doce | 372 |
| Vila Bretas | 4.499 |
| Bairro de Lourdes | 8.131 |
| Bairro São Geraldo | 1.807 |
| Vila Isa | 1.627 |
| São Raimundo | 1.474 |
| Centro da Cidade | <u>18.810</u> |
| Total (população recenseada) | 51.384 |

Se se considerar que, no início da década de 50, sō existiam, além da Vila Operária, os bairros do Sapo e do Lixo (posteriormente denominados bairros Nossa Senhora das Graças e São Geraldo, respectivamente), pode-se verificar o ritmo em que se deu o crescimento urbano nessa mesma década.

"Quando nōs mudamos pra essa casa, vinha uma quantidade enorme de animais pra aqui. Eles vinham do rio, atravessavam a ilha e vinham pra cá. Lagartos, jacarēs, a gente encontrava no terreiro daqui. A gente chegou a matar muita cobra grande, gambã, tatu, paca, eles vinham todos aqui no terreiro da casa. Eles vinham atē os quintais. (...) Com essa devastação, o rio foi diminuindo... era bem largo o rio. A água era limpinha. A gente pescava muito. E precisava ver a quantidade... e a gente não dava nenhum valor. (...) A ilha era toda mata. No centro da ilha, tinha uma casa e lá no seu início tinha alguns moradores... era uma família... era uma fazendinha. Eles fabricavam rapaduras e tinham um gadozinho." (Aureliza Simões, professora aposentada)

Se se subtrair do total o número de habitantes do centro da cidade, ver-se-á que a maior parte da população (em torno de 70%) se encontrava localizada na área suburbana, que incluía tanto os espaços oficialmente delimitados, como espaços invadidos, tais como: beiradas da linha férrea, de córregos, de rio, morro, áreas próximas a companhias, os chamados "cantos de rua".

Acerca de tudo isso, pode-se perguntar: que outras transformações foram ocorrendo no espaço da cidade? Qual o significado que os seus moradores atribuem, hoje, a essas transforma

ções? O que ficou retido na lembrança dos que lá viveram?

A cidade foi-se afastando do rio e a estrada de ferro abandonou a sua primeira estação. As cargas de toucinho, café e outros produtos agrícolas foram sendo substituídas pelo gado, pela madeira, pela mica e, por último, pelo minério de ferro. A Ibituruna e os pequenos e suaves morros cobertos de vegetação primitiva foram sendo desmatados pelos exploradores da madeira. Animais e pássaros das mais variadas espécies, desabrigados do seu reino, dali saíam desgovernados e, na cidade, eram mortos ou capturados e transformados em mercadorias.

"A Ibituruna... nem tinha caminho para ir lá em cima. Você olhava, era aquele coqueiral bonito no chapadão. Madeira de todo tipo e de toda grossura. (...) A única foto que eu tenho é a que a minha mente guardou... eu me lembro daquilo... e tenho uma tristeza quando eu olho pra isso tudo aqui: clima bom para o gado, clima bom para se criar porcos, tudo, tudo, tudo... isso aqui era bom." (Emídio Cipriano, comerciante, na ativa, 74 anos)

A "parte alegre da cidade" cresceu tanto que ficou quase do tamanho da cidade. Bares, casas pobres de raparigas miseráveis, ricos bordéis constituíam a "outra cidade".

"... a zona boêmia era muito grande, sim. Pegava esse quarteirão todo... ia lá em cima no 'raio do sol'. Na rua Afonso Pena era só casinha de cabaré, casa de diversão, sanfona pra lá, violão pra cá. Hoje você só vê casa de movimento: armazéns, prédios, e assim melhorou demais, acabou." (Maria Rita Sales, ex-prostituta, 73 anos)

No centro da cidade, grandes armazéns de cereais, serrarias, oficinas de mica conferiam à cidade as imagens do progresso e do trabalho.

A mica cobria ruas da cidade de faíscas cintilantes e o sol emprestava-lhe um brilho resplandecente. A mica invadia as casas, o sono e os sonhos:

"O chão desse barraco era todo estrelado de mica. Isso a gente podia ver muito bem antes das enchentes. Aqui, a gente passava a noite deslocando mica, porque só o salário não dava." (Rosa, ex-trabalhadora da mica, 56 anos)

Milhares de toras de madeira — deitadas nos pátios das serrarias, nos vagões da estrada de ferro, ou acorrentadas sobre os caminhões — revelavam a violência exercida pelo capital sobre a natureza e o trabalho.

O novo cenário urbano é expressão dessa violência ou da dominação da cidade sobre o campo. Nesse cenário, inúmeras outras cenas se acotovelam no tempo e no espaço, conferindo à cidade o lugar do múltiplo, do diverso e do contraditório.

CAPÍTULO 7

CENAS URBANAS

A CRUZ E A ESPADA

"A igreja na época creio que já era onde está a Catedral de Santo Antônio. Era pequena, com capacidade para 15 a 20 pessoas. O cemitério era ali mesmo, onde está o Cemitério Santo Antônio. Rezavam muito, mas havia muitos pistoleiros por aqui. Havia muitas mortes. Uma família, a família C... que morava na antiga rua do Torresmo, matou muita gente. Mas o mais célebre pistoleiro da região foi o 'Come Cru'. Morava nas terras dos Cabral. Era temido por todos. A polícia tinha muito trabalho e devia agir com mão de ferro. Mas os pistoleiros não atrapalhavam os passeios na estação da Vitória-Minas, para ver o trem chegar. Quando se ouvia o apito da máquina, todos corriam para a estação." (Paulo Correia Lima, citado por SOARES, 1983, p. 15)

"Eu vim ver o lugar em março de 45. Cheguei aqui, a cidade tinha mais ou menos uns 5 ou 6 mil habitantes. Eu tive uma impressão meio desagradável, havia mais preto do que branco na população. Ficamos hospedados no Rio Doce. Então, estávamos ali e eu vi subir uma procissão. São vi um homem branco, é..., um homem branco carregando uma cruz. Ele vinha na frente, o branco. Eu fiquei impressionado com aquilo, uma procissão com uma porção de preto e um branco na frente. E depois eu perguntei quem era e me disseram que era um Mesquita, um bandido matador. E então, ninguém tirava o crucifixo da mão dele, ninguém tirava, quem é que se atrevia?" (Armando Vieira, ex-superintendente da Cia. Agropastoril, 74 anos)

A PARTE ALEGRE DA CIDADE

A CIDADE E A NOITE

"Quando eu cheguei aqui, era um sofrimento muito grande. Aqui a luz era p \bar{e} ssima, e logo no dia que cheguei eu ainda me recordo... cheguei numa determinada parte da cidade de que se chama Parte Alegre da Cidade. Ent \bar{a} o s \bar{o} tinha luz naquele lugar onde tinha gente, nos cantos n \bar{a} o tinha luz. Foi em 1952. E a pol \bar{c} ia estava brava... berrava l \bar{a} no claro: - quem matou Bra \bar{u} na? - Quem matou Bra \bar{u} na p \bar{o} s a cabe \bar{c} a para fora? - Quem matou Bra \bar{u} na tinha desaparecido. Mataram um l \bar{a} na Rua S \bar{a} o Paulo, mataram outro na Afonso Pena." (Raimundo, ex-trabalhador da mica, 68 anos)

"Eu gosto da noite, Nossa Senhora! Eu acho a noite uma beleza. Sabe o que \bar{e} a gente ver o dia amanhecer? Ver o sol nascer, assim na rua; os passarinhos... os pardais cantando... Aqui, o primeiro que acorda \bar{e} a garrincha. \bar{E} a chave do dia. Ela cantando... cantando... da \bar{z} a pouco, os pardais come \bar{c} am. Eu queria cantar como sinfonia de pardal... \bar{e} uma beleza! Agora o dia... bonito tamb \bar{e} m \bar{e} na praia, a gente v \bar{e} o sol nascer. No dia, a gente n \bar{a} o v \bar{e} nada, n \bar{a} o v \bar{e} ningu \bar{e} m. Eu n \bar{a} o gosto do dia, n \bar{a} o. A noite \bar{e} uma beleza... a gente v \bar{e} tudo... tudo... a noite \bar{e} uma coisa maravilhosa. A noite \bar{e} uma crian \bar{c} a nos meus bra \bar{c} os. Quando o dia amanhece, eu me entrego a ele e vou triste pra casa dormir." (Maria Rita Sales, ex-prostituta, 73. anos)

O MAPA DA VIOLÊNCIA

"Ali onde \bar{e} a ma \bar{c} onaria tinha um cabar \bar{e} tamb \bar{e} m. Do lado de l \bar{a} tinha um cabar \bar{e} que chamava Cabar \bar{e} Velho, ali eu n \bar{a} o alcancei. Tinha o Bola de Ouro onde \bar{e} a ma \bar{c} onaria e tinha o Balan \bar{c} a mas n \bar{a} o Cai. Ali era o trecho perigo

so, batiam e matavam mesmo, mas eu nunca vi. Daquele prédio da maçonaria pra lá, onde tinha o Armazém do Reis, na Rua Afonso Pena, aquilo ali era perigoso, a gente não ia pra lá porque tinha medo. Havia a violência, a cachaça pura, o pessoal bebia demais e fazia essa confusão toda, ninguém tolerava muito, mulher quebrava cara de outra, mas eu nunca vi." (Maria Rita Sales, ex-prostituta, 73 anos)

"Era muito grande. Pegava esse quarteirão todo... ia lá em cima, lá no raio do sol. Ninguém podia passar ali no domingo, porquetava assim de gente, pra lá e pra cá. Morte uma atrás da outra, para pra lá, tapa pra cá, mulher cortava a cara da outra... Isso era no Torresmo, na Rua Afonso Pena. Hoje tá tudo mudado. Era só casinha de cabaré, casa de diversão, sanfona pra lá, violão pra lá. Hoje você só vê casa de movimento, armazém, prédios, e assim melhorou demais, acabou." (Maria Rita Sales, ex-prostituta, 73 anos)

O SOSSEGO PARA OS NEGÓCIOS

"Eles vinham acertar grandes negócios ali naqueles cantos. As mulheres diziam assim: - 'esses homens vêm pra cá procurar mulher e só falam em boi'. Todos vinham acertar negócio de gado, de madeira, isso tudo aqui. Aqui tinha calma, sossego, ninguém importunava. Bebiam à vontade. Era até muito bom, porque se bebia muito uísque naquela época, demais. Naquele tempo um bom uísque, uma garrafa de uísque custava 5 contos, uísque bom, Presidente, tudo isso... Hoje em dia, uma cachaça importada paga 300, 400. É isso mesmo, naquele tempo era muito bom. Eu sinto saudade, mas me lhorou mais, porque lá pra baixo está tudo civilizado, bonito. Eu sinto saudade, mas re- cordar é viver mais e sofrer muitas vezes." (Maria Rota Sales, ex-prostituta, 73 anos)

"VAI QUERER?"

"As charretes eram o transporte para a zona. Elas eram muito arrumadinhas. Elas ficavam ali na pracinha, no 2º aniversário, ficavam na Marechal Floriano também. A gente dava o nome de 'vai querer'. Eles falavam: '- Vai querer?' Os animais iam mais pra zona boêmia. Quem não conhecia a cidade às vezes pegava para ir para hotel, para uma pensão. Mas a gente já ficava desconfiada. À noite, aquele movimento todo era pra zona boêmia. Mas as famílias daqui não pegavam charretes." (Aureliza Simões, professora aposentada)

O CAMPO NA CIDADE: "... TERRA PARA FAZER FARTURA"

"Em 1954, na morte de Getúlio, o sindicato dos trabalhadores rurais desfilou. Depois ele se transformou no sindicato do Chicão. Es se sindicato desfilou nas ruas de Governador Valadares numa grande passeata. Veio trem especial trazendo lavrador de Baguari, Pedra Corrida, veio subindo... O trem especial pago sabe por quem? pelo comércio. Os comerciantes se conscientizaram e pagaram o trem especial, porque ao comércio interessava aqueles lavradores plantando e comprando deles. Aquele Valadares que tinha o comércio aberto aos domingos, que fervilhava de lavradores, aquilo estava acabando. Tem uma fotografia lá naquele Foto Dutra... é. 2 pés de cana com a faixa no meio: 'Queremos terra para fazer fartura'. Em baixo da faixa, tem um bando de mulher, com menino no colo, descalças, lavradores de chapéu de palha, descalços, e essa multidão. E essa multidão depois foi para o Cine Ideal que eu, através do Jornal do Combate, do Jornal do Povo, consegui para eles fazerem uma grande assembleia. Então eles marcharam da praça da estação e foram para o Cine Ideal, mas antes passaram na casa do pre-

feito. O prefeito era Ladislau Sales⁸. Ele passou na frente da passeata e foi com eles, guiando. Foi com eles, e foi uma grande assembléia." (Carlos Olavo, jornalista e escritor, 70 anos)

NA CASCA DA PEROBA

"Se enterrava muito aqui, naqueles tempos, ajudantes de carreta de caminhão, aquelas carretas que puxavam madeira. Então o sujeito morria lá, ajudando a carregar a carreta. Então, já vinha do mato com ele na casca da peroba. E na casca da peroba ele era enterrado... às vezes até da tora que rolou sobre ele. Era casca de peroba o caixão do indivíduo." (Cel. Pedro Ferreira, aposentado, 72 anos)

MENDICÂNCIA E CARIDADE

"A Zulmira foi quem começou aqui a assistência a mendigos, a feridos, a cadáveres, aí no meio da rua. Acontecia o seguinte: em 43, 44, 45, como tinha muita gente de fora, o cadáver ficava o dia inteiro aí no meio da rua. Polícia não tem nada a ver com uma coisa que fica aí no meio da rua. Eu tive a oportunidade de ver aqui um porco valer mais que um homem. O caminhão passava e matava um porco na rua, daí a pouquinho não tinha mais nada. Mas amanheceu um homem, dois, três homens no meio da rua: 'Ah, tem um homem morto lá'. Passava pra lá, pra cá. E se a polícia não tomasse providência para tirar o cadáver, man-

⁸ O prefeito, eleito pelo PTB, era fazendeiro e pertencia à Associação Rural. Após esse episódio, foi expulso dessa Associação.

dã-lo para a Zulmira, não liberava para enterrar. Então lá na Zulmira existia um caixão único. Tinha uma carrocinha e tinha um sujeito que puxava o cadáver lá pro cemitério. Esse sujeito, tanto é que mais tarde passei a chamã-lo de 'Mister Stofelis'⁹ aquele romano que esqueci o nome agora. Era aquele sujeito que mexia com os cadáveres. Ele tinha uma perna amputada do joelho pra baixo. Então, diziam que aquilo era castigo, que quando o defunto era muito grande e não cabia no caixão, ele cortava a perna com o facão para caber dentro do caixão... Então diziam que ele perdeu uma perna de castigo por cortar as pernas dos outros. Dona Zulmira pedia comida pra todo mundo pra poder dar pra aquele povo. Eu dava pra ela espontaneamente." (Cel. Pedro Ferreira, 72 anos)

"O sujeito adoecia pelo mato afora, vinha para a cidade, vinha parar na Dona Zulmira. Matava um lá trás, levava para Dona Zulmira. Outro estava tuberculoso, outro estava com uma ferida na perna, iam para Dona Zulmira. Muitas e muitas vezes, você passava lá e Dona Zulmira estava com a tesoura cortando ferida do sujeito... fazendo curativo. Mas o Valadares ficou vaidoso e aquela mulher não podia ficar no centro da cidade. Então, o Wilson Vaz construiu um hospitalzinho lá no Morro Santo Antônio..." (Sr. Raimundo, trabalhador da mica, 68 anos)

A DENÚNCIA NAS RUAS

"... eu e o Jarbas de Oliveira tivemos a idéia de lançar um jornal. Um jornal que seria de crítica, um jornal assim humorístico

⁹ Essa referência parece dizer respeito a Mefistófeles, personagem do Fausto, do drama de Goethe, e que, segundo FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, representa um demônio intelectual das lendas germânicas; mefistofélico, segundo o mesmo dicionarista, significa diabólico, infernal.

e sarcástico. Então o nome do jornal ficou sendo 'O Saci'. Embaixo se lia: 'fala de todos, não briga com ninguém'. O Saci, com aquele barrete vermelho, cachimbinho, perninha só, sentado numa mesa escrevendo à máquina. O Ziraldo foi quem fez o logotipo do Saci. As letras do Saci eram pontuadas, letras agressivas, e o Ladislau Sales, que era o prefeito da cidade, dizia: 'é um jornal brejeiro que trata de assuntos sérios'. Porque, atrás daquela brincadeira, a gente atacava mesmo, apontava aquelas chagas sociais todas, denunciava os despejos de posseiro, não concordava com os desmandos policiais... O jornal foi crescendo. A casa de comércio que anunciava lá era vista. E assim foi, e daqui a pouco o jornal com sede própria. Então foi indo o nome já não continha o jornal. O jornal era mais do que O Saci. O jornal era uma coisa séria. Então foi feito um concurso para a mudança do nome... julgaram as sugestões e a que mais caiu com a verdadeira natureza do jornal foi 'O Combate'..." (Carlos Olavo, jornalista e escritor, 70 anos)

O APITO DAS FÁBRICAS

"Olha, às 11 horas você saía nessa rua aqui, na hora do almoço, você quase não podia andar. Tudo empregado dessas firmas de mica. Era um enchimento de gente danado. Era quase tudo ligado. Era tudo nessa região aqui assim. Nessa rua direto aqui, lá embaixo. Quase tudo aqui. Pegava no serviço às 7 horas. Você chegava na rua estava tudo cheio de operário." (Gustavo, ex-trabalhador da mica, 60 anos)

"Quando a sirene apitava, aí, pronto, ficava tudo vazio. A Santos Nogueira também tinha bem mais de 500 empregados. Ali nessa rua tinha uns 600. Então, era gente demais." (Dona Sebastiana, trabalhadora da mica, 74 anos)

AS FESTAS

"Todo 1º de Maio nós tínhamos uma festa de pular no saco, de pau-de-sebo, de andar em perna de pau. Ia todo mundo. Vou até te mostrar uma fotografia. Isso era em frente à União Operária. Descia o pessoal do morro, dos bairros. Aqui ainda era a Cobraice. Hoje está lá a Faculdade de Direito. A União Operária está lá, no mesmo lugar. Só que não havia essas construções aqui em frente, do lado da Cobraice, e não era um prédio, era uma casa baixa. Depois é que nós fomos ampliando a construção." (Geraldo Bento, mestre de obras, 76 anos)

"Carnaval aqui era maravilhoso. Tinha uma senhora, dona Sebastiana, que arrumava um bloco que todo ano saía. De crianças e mocinhos. Tudo por conta própria. Saíam tocando pela rua afora. Eles mesmos acompanhavam os hinos. Os outros de cá, da sociedade, ficavam até criticando, mas saíam também (...). Uma vez, o bloco das granfinas respondeu à música do bloco popular. Agora esse Milton Amado foi muito inteligente. Ele escrevia no jornal de Belo Horizonte com o pseudônimo de Lucílio Mariano. Ele compunha letras maravilhosas para o povo da elite:

'O nosso bloco anda sempre na linha
pra combater com os almofoadinhas'.
Os alinhados respondiam cantando:
'O nosso bloco é muito alinhado, pra combater,
pra combater com os farrapados.'" (Aureliza Simões, professora aposentada)

"Teve um carnaval aqui, que ela não ganhou o prêmio porque a sociedade não deixou. Mas ela ganhou o primeiro lugar no carnaval. Ela fez um carro alegórico, com as moças daqui, mas puseram açúcar no motor do carro. Saiu no escuro mesmo. Depois, lá do lado de lá, ela ficou esperando e os homens gritando. Todo mundo sabia que o prêmio era dela, mas a sociedade não deixou que ela pegasse o prêmio. Pra você ver como era naquela época. Ela desfilou... um enorme relógio do Império. Todo

mundo... uma coisa louca. Uma cobra enorme com a mulher na boca. Uma mulher bonita, chamada Marilda, e que hoje mora em Belo Horizonte." (Maria Rita Sales, ex-prostituta, 73 anos)

A CIDADE E A POLÍTICA

1947 - UDN X PSD

"Com a queda do Estado Novo e reabertura do Congresso Nacional, criaram-se novos partidos. Aqui já havia o PSD. Não havia nem o PR e nem a UDN. (...) Resolvi, então, fundar a UDN. Convidei uns amigos (...) Quando saíamos, começamos a ouvir as chacotas: - 'Olhe aí! Acabaram de fundar o partido dos bobos!' Nós viemos da Rua Prudente de Moraes, até cá em cima, ouvindo as chacotas. - 'O partido dos bobos está subindo'. Mas a UDN cresceu. O Diretório funcionava na minha casa, à Rua Israel Pinheiro, onde é hoje a Drogeria Santa Terezinha. Trinta dias depois, começamos a receber as adesões: Gil Pacheco, o pessoal da IMAPEBRA, Sigismundo Costa. E o partido tomou força. (...) Fizemos a campanha para prefeito e o nosso candidato, Dilermando Melo, foi eleito. Tomou posse, apesar da resistência do PSD." (Dr. Justino da Conceição Júnior, citado por SOARES, 1983, p. 156)

O ROUBO DAS URNAS¹⁰

"Todas as vezes que me falam do 'Caso das Urnas', eu me lembro de uns versinhos ouvi-

¹⁰ "A eleição foi bastante tumultuada e as apurações interrompidas, por três dias. Em torno dessas eleições, correm as versões mais contraditórias, principalmente a história conhecida como o Roubo das Urnas, que derrotou o invencível Morubixaba (Raimundo Albergaria)". Citado por SOARES, op. cit., p. 22).

dos não sei onde, há muito tempo atrás. 'Os Sapinhos da Urna.

Junto à beira da lagoa
Quando a luz do dia cresce
Por qualquer coisa que soa
Nossa teima recomeça:
Foi! Não foi! Foi não foi!
Não foi...

Se quiser salvar teu voto
Na urna não ponhas não!
Pica-pau ou corta-guêla,
Dilermando enche a mão.

O meu voto, onde ele está?
Em quem votei? - Não valeu?
Com vitória esmagadora
O Dilermando venceu.

Foi! - Não foi! - Quem não votou?
Como isto aconteceu?
O Dilermando ganhou
E Albergaria perdeu?

Foi! Não foi! Foi! Não foi? Não foi...
Os sapinhos tinham razão: Foi?- Não foi..."
(SOARES, 1983, p. 23)

É interessante observar como a tradição popular utiliza, para satirizar as tramas políticas, o famoso poema de Manuel Bandeira, representante de uma sátira dos modernistas aos cânones parnasianos:

"OS SAPOS

1918

Enfunando os papos,
Saem da penumbra,
Aos pulos, os sapos.
A luz os deslumbra.

Em ronco que aterra,
Berra o sapo-boi:
- 'Meu pai foi à guerra!'
- 'Não foi! - 'Foi!' - 'Não foi!'

O sapo-tanoeiro.
Parnasiano aguado,
Diz: - 'Meu cancioneiro
É bem martelado.

Vêde como primo
Em comer os hiatos!
Que arte! E nunca rimo
Os tērmos cogantos.

O meu verso é bom
Frumento sem joio.
Falo rimas com
Consoantes de apoio.

Vai por cinquenta anos
Que lhes dei a norma:
Reduzi sem danos
A fôrmas a forma.

Clame a saparia
Em críticas céticas:
Não há mais poesia,
Mas há artes poéticas..'

Urra o sapo-boi:
- 'Meu pai foi rei' - 'Foi!'
- 'Não foi!' - 'Foi!' - 'Não foi!'.

Brada em um assomo
O sapo-tanoeiro:
- 'A grande arte é como
Lavor de joalheiro.

Ou bem de estatutário.
Tudo quanto é belo,
Tudo quanto é vário,
Canta no martelo'.

Outros, sapos-pipas
(Um mal em si cabe),
Falam pelas tripas:
- 'Sei!' - 'Não sabe!' - 'Sabe!'.

Longe dessa grita,
Lá onde mais densa
A noite infinita
Verte a sombra imensa;

Lá, fugido ao mundo,
Sem glória, sem fê,
No perau profundo,
É solitário, é

Que soluças tu,
Transido de frio,
Sapo cururu
Da beira do rio..."

(BANDEIRA, Manuel. Poesia e Prosa. Rio de Janeiro, Aguilar, 1958, p. 86-8)

"Aqui mataram um homem chamado Sr. Luiz Ca-beça. Ele era um chofer muito bom, muito bacana. Negócio de política. Ele fez um furto numa urna do PSD. Naquele tempo... dōi o que jã passou.. Então, mataram ele. Cortaram a goela dele. Disseram que ele tinha uma confusão com uma senhora, filha do sr. fulano de tal. Mataram ele, deram-lhe um banho e botaram ele em cima de umas toras, todo coberto com lençol. Se for falar tudo, minha filha, corre-se até perigo." (Sizenando Ribeiro, em palhador de móveis, 84 anos)

O OPERARIADO E A POLÍTICA¹¹

"Quando faltava um mês e pouco para a eleição, o grupo da UDN rompeu com o Raimundo porque estava um zum-zum de que o Brigadeiro ganharia a eleição. Sō ficaram com o Raimundo, Seleme Hilel, Oscar Machado e o sogro de Chumbinho... Formamos então um Diretório com essas três pessoas e o operariado. O Badu também fazia parte desse Diretório. Veio a eleição. Os ricos da cidade estavam todos do 'lado de lá'. Achavam que iríamos perder

¹¹ Em 1959, Raimundo Albergaria (PSD) é reeleito, através de uma coligação entre PSD e PTB. Essa aliança correspondeu ao que Getúlio Vargas projetou como suas bases de sustentação política: fazendeiros (PSD) e operariado urbano (PTB). O PTB deveria funcionar como catalisador dos interesses e reivindicações dos trabalhadores urbanos, desviando-os, assim, do movimento de oposição político-ideológica em curso no País. A esse respeito, ver: SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro, 1954.

fragorosamente. Apesar do Diretório formado na última hora, ainda ganhamos com a diferença de mil e tantos votos. O povo sempre esteve ao lado do Raimundo. Foi uma derrota vergonhosa. Foi a primeira eleição que ganhamos em Governador Valadares - 1951." (Cirene Albergaria, citada por SOARES, 1983, p. 19)

CAPÍTULO 8

POLICIAMENTO DO COTIDIANO

"Valadares era uma cidade que não tinha tradição. Não tinha famílias tradicionais. Era todo mundo de fora. Estavam ávidas de uma providência enérgica, alguma coisa que pudessem dar a eles ordem, garantia. Porque eles estavam fechando a cidade. Muita gente estava abandonando isso aqui." (Cel. Pedro Ferreira dos Santos, 73 anos)

"A polícia é das coisas que poucos do mundo civil conhecem. Um dos grandes problemas da polícia é educar. Ela tem um fim educativo." (Cel. Pedro Ferreira dos Santos, 73 anos)

Coronéis existiam vários: donos de terra, donos de matas, donos das lavras de mica. Cada um dono de suas próprias leis e de seus próprios jagunços. Da cidade, dominavam o campo:

"Nesse tempo não existia facilidade pra ninguém. A senhora podia pegar uma faca desse tamanho, colocar na cintura e andar na rua. Depende a senhora ter peito pra topar. Quando aqueles bate-pau vinham e queriam tomar a arma, fogo num deles, pronto... tá acabado. Existia coronel para poder esconder os vagabundos que interessassem a ele. Se prestasse, ele escondia, se não prestasse ele mandava os outros jagunços meter ele no pau até matar e jogar fora e pronto." (Sr. Pedro, lavrador, 73 anos)

"Aqui não havia muita mortandade no início. Mas depois houve a época dos jagunços. Foi um tempo quente! Não se podia arriscar. Muita gente boa tinha seus jagunços. Um jagunço célebre da região foi o 'come cru'. Era terrível! Ele carregava sempre duas armas. Quando o soldado chegava, como aconteceu uma vez, ele não resistia, entregava uma arma. Montava a cavalo e quando ia saindo, dizia: - olha, esqueci de uma. Quando o soldado virava, ele atirava sem errar." (Otaviano Fabri, citado por SOARES, 1983, p. 30)

"Essa história, se a gente for contar ela, é muito grande. A trilha da estrada de ferro era toda debaixo da mata. Mata daquelas que tinham toras de peroba. Os coronéis vieram justamente por isso, por causa do movimento de madeira. Foram entrando os madeireiros. Diversos já morreram. Tinha uma abertura lá, tinha um ranquinho, eles botavam fogo ali e faziam questão do fogo pegar naquele rancho e aquela família corria, eles invadiam. Ali tirava-se a madeira e formava a fazenda. As pessoas viviam na mata, porque não tinha orientação, não tinham nada. Plantavam pra comer. Não sobrou nada da mata, tudo devassado." (Geraldo Bento, mestre de obras, na ativa, 70 anos)

A atuação do Estado era igualmente de convivência para com aqueles que praticavam a violência e o crime contra a vida humana, como o era em relação aos crimes contra a natureza.

"E o governo não proibia o desmatamento. No título de terra apenas ressaltava que uma quarta parte em mata deveria ser preservada, as outras podiam desmatar. E depois da terra legítima, ele, o governo, não exercia essa fiscalização em cima da terra. Eles iam pondo fogo e derrubando. (...) A posse da terra aqui se deu de uma maneira muito esquisita, porque o primeiro, o posseiro, gente humilde, pobre, achou que, entrando na terra e fazendo uma aberta, plantando, etc., seria o dono da terra. Mas aconteceu que vieram os ganan-

ciosos, poderosos, e tocaram esse povo de qualquer jeito. Ou mandavam abrir um pedaço (porque a mata era grande demais), ou compravam a posse e partiam pra cima dos outros. (...) Teve muita gente que conseguiu fazendas aqui, e fizeram desse jeito... tocando o sujeito pra fora, impiedosamente. O sujeito com família a tudo. Às vezes, gente que morava ali há 10, 15 anos. Já tinham suas vidas ali, e tiveram que sair. Isso aconteceu mesmo. Aconteceu porque eu vi com meus olhos, acompanhei de perto." (Walter Cipriano, ex-fiscal de matas, atualmente pequeno fazendeiro, 70 anos)

"O Messias foi um grande bandoleiro que teve aqui na região do Lajão (atual Conselheiro Pena, no Vale do Rio Doce). Quando surgiram as Lavras, ele passou a ser o senhor absoluto daquilo tudo. Todo mundo que entrava lá poderia produzir, mas teria que vender pra quem ele indicasse. O sujeito não mandava na quilo que produzia. E, se insistisse, morreria, porque ele tinha muito jagunço e mandava matar. Ele era um sujeito ignorante, inteiramente ignorante, e o meio o tornou um homem perigoso. Ele tornou-se um homem poderoso, mas até que economicamente ele não era muito poderoso não. Ele tinha uma fazenda cheia de cabras e possuía alguma coisa. E isso permitia que a região fosse muito assombrada. É, assombrada, porque todo aquele que contrariasse o Messias morria. E naqueles tempos não havia uma providência precisa para dar garantia à vida do homem." (Cel. Pedro Ferreira dos Santos, 73 anos)

A cidade crescia sob as sirenes do repórter policial, que soavam com suas inúmeras edições extraordinárias. Mais um morto, mais um tiroteio, mais um crime bárbaro, mais um jagunço pego. A rádio local da época — Rádio Educadora — ficava a meio caminho do Ginásio Presbiteriano. Certa vez, anunciaram que um jovem pescador fora surpreendido por um homem morto, pen

durado numa árvore, todo descarnado à faca. A criançada, à saída da escola, foi tomada de horror e curiosidade, e rumou para a Ilha dos Araújos. A cidade inteira corria, sobre a ponte, para alcançar o outro braço do rio, local onde se encontrava o morto.

"Crime aqui era à vontade, não havia lei."

Hã, porém, algo de novo no cenário da cidade. Milhares de trabalhadores urbanos (em sua maior parte, recém-saídos do campo) representavam novas forças sociais que desestabilizavam a *ordem urbana*, reivindicando seus direitos de moradia, de melhores salários, o cumprimento das obrigações sociais; centenas de trabalhadores rurais vão à cidade, exigindo "terra para fazer fartura". A denúncia dos despejos de posseiros está nas ruas, estampadas nas páginas de "O Combate". Os partidos majoritários lutam pela hegemonia no poder. A zona boêmia cresce e para a cidade afluem novas levas de "forasteiros", em busca de trabalho e da riqueza fácil.

No início da década de 50, a cidade assiste à chegada de um "certo coronel", em nome de "outras leis":

"Em 1950, como primeiro tenente, fui nomeado por sua Exa., o Dr. Milton Campos, para restabelecer a segurança em Governador Valadares. 'Você irá restabelecer a segurança - disse-me o Sr. Governador. E dará condições ao prefeito eleito, Raimundo Albergaria, de tomar posse. Ele já teve companheiros assassinados e recebeu ameaças de ter o mesmo fim. Matava-se em Governador Valadares, uma média de seis por noite." (Cel. Pedro Ferreira dos Santos, 73 anos)

A imagem da desordem urbana é logo captada pelo coronel, que passa a dividir o seu tempo entre a captura de criminosos¹² e o trabalho de civilização da cidade. Fala o coronel:

"De início eu senti que alguém poderia fazer alguma coisa para impor, primeiro a ordem. Porque sem ordem não há progresso. (...) Então, com esse ponto de vista tive a possibilidade de ter encontrado um juiz que tinha um sentimento de ordem; um ministério público que era também positivo, honesto, honrado. O tripê funcionou. Porque nenhuma comunidade vive, poderá viver bem, em equilíbrio, se o tripê não funcionar: judiciário, ministério público, polícia - essa é espinha dorsal de uma comunidade. E havendo senso de justiça há respeito. Havendo respeito há ordem, há civilização e progresso. Por isso repito: a ordem e o progresso são apanágios da civilização." (Cel. Pedro Ferreira dos Santos, 73 anos)

Ordem e progresso são duas pontas que se deverão entretecer. Ordenar, educar, disciplinar, policiiar, vigiar são termos usados de forma equivalente, quando se trata de criar um novo padrão básico de ordem urbana, no qual os limites do que é socialmente tolerável serão explicitados, através de vigilância permanente dos comportamentos individuais e do coleti-

¹² O Cel. Pedro foi delegado de polícia durante, aproximadamente, 5 anos e delegado de captura 16 anos. "(...) eu ia atrás do pistoleiro onde ele estivesse, até em Foz do Iguaçu nós buscávamos. São Paulo, Rio, Paraná, Mato Grosso, Goiás, lá no sul do Mato Grosso" (Cel Pedro Ferreira dos Santos, citado por SOARES, 1983, p. 177).

vo¹³. Sobre que domínios da vida social incidirão, porém, essas ações? De que leis se valerá o Coronel? Estarão todas elas escritas em livros ou manuais de Polícia, de Direito?

"Em novembro de 1950, não me lembro bem do dia, às 14 horas, cheguei a Valadares, pelo avião da Nacional. Fui hospedar-me no Hotel Rio Doce, onde já era conhecido. O calor era intenso, como nos dias de hoje. Mal entrara no quarto, bateram à porta. Era um rapazinho com um envelope. - 'Olha aqui, 'foi dizendo', o que o J.J. mandou para o senhor'. Abri o envelope e lá estavam 500\$00, para o pagamento adiantado da licença que tinha para bancar o bicho. Chamei o rapaz: -Olhe, você leve esses 500\$00 de volta ao Sr. J.J. e diga-lha o seguinte: hoje ele pode correr o bicho com tranquilidade, porque eu ainda não assumi a Delegacia. Mas, de amanhã em diante, ele que se previna para não ser preso em flagrante. Leve-lhe isso (...) Mais tarde, eu saí. Quando cheguei ali onde é o Hotel G.P., havia perto, uma pensão, a pensão da Maria Prates, o lugar onde se comia melhor em Valadares. Perto, havia um lote vago. E o que eu vi? Pavuna, bacará, campista, roleta, búzios, noite e dia virando sem parar. Chamei o cidadão, dono da aquela jogatina: - Hoje, estou assumindo a Delegacia desta cidade. Então, a partir de hoje, o senhor tem 24 horas para desmontar isso aí e ir embora. No dia seguinte, à tarde, volto ao local e estava tudo do mesmo jeito. Eu já assumi a Delegacia, moço! - Ah! Eu já paguei tanto e pago ao senhor também. Não vim para isso, respondi. Desmonte agora ou eu ponho fogo. Toco gasolina e ponho fogo. O senhor é quem vai decidir. À noite, voltei: estavam acabando de colocar as coisas no caminhão. Era o início da 'operação limpeza'. (Cel. Pedro Ferreira dos Santos, citado por SOARES, 1983, p. 171)

¹³ A esse respeito, consultar: STORCH, Robert D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. In: *Cultura e Cidades*, *Revista Brasileira de História*, nº 8 e 9, p. 7-33.

Por onde mais o Coronel irá conduzindo a sua cruzada moralizadora? Que espaços e pessoas deverão ser disciplinados, educados?

"Ah, eu vigiava todo mundo. Não sô vigiava a zona boêmia, como vigiava até as casas de família. Evitei que muitos lares fossem desfeitos e ainda tentei recomposição de lares. Eu tinha força, força moral. Então esses meninos que iam pra zona boêmia com 16, 17, 18, 19 anos, eles saíam de lá pela orelha. Passava sentado no banco da Delegacia a noite inteira e, no dia seguinte, eu passava uma sabatina, antes de mandar embora. Por que? Primeiro, porque estava previsto no Código Civil, lei. Segundo, o tipo de homem que seria amanhã. Hoje, são todos meus amigos: médicos, advogados. Tem um punhado de senhoras aí, que agora são vovôs, que passaram pelo coque. Namorando no escuro... ah! eu não permitia não. Não tinha vez, driblavam a mãe, o pai e iam para o escuro. Eu andava, trabalhava mesmo." (Cel. Pedro Ferreira dos Santos, 73 anos)

"Apareciam muitos menores aqui e ele bota va tudo pra fora. Rapazinhos aí, por que eles gostam tanto de mim? Porque eu tinha um quarto sô pra prender eles. Tinha um quarto sô pra esconder os meninos. A hora que o coronel chegava, escondia eles, mandava acender a luz e escondia depressa. Por isso é que eles gostam de mim. Uns meninos bons! ..." (Maria Rita Sales, ex-prostituta, 73 anos)

Por onde mais andava o Coronel?¹⁴

¹⁴ Nessa época, o Cel. Pedro Havia sido promovido de tenente a capitão, e, posteriormente, a coronel, posição na qual se encontra há algum tempo.

"Na época tinha uma categoria de motorista que era chamada de ajudante de carreta. Eles bebiam demais. Buzinavam carro pela rua afora, matavam, e o capitão Pedro perseguia aquele povo. O capitão Pedro era quem impunha respeito. Ele era terrível... vestia roupas diferentes e saía despistadamente por aí. Não tinha crime que não descobrisse. Ele pegava o sujeito até matar. Matava, consumia." (Sr. Raimundo, trabalhador da mica, 68 anos)

Na mesma época, a zona boêmia da cidade era considerada a maior e melhor de todo o Estado de Minas Gerais:

"As mulheres de vida livre vinham de todos os cantos para Valadares. Então, eu estabeleci ordens. Tinha que ser ditador. Eu tive que dirigir ordens. As donas de casas só poderiam receber maiores de 18 anos. Estabeleci e fiscalizava com rigor. Todos os dias, toda noite eu estava rondando uma por uma das casas. Eu andava a noite inteira. Eu trabalhava a noite inteira. Ah! eu vigiava todo mundo." (Cel. Pedro Ferrerra dos Santos, 73 anos)

"O capitão Pedro controlava os horários. Sabe por quê? Por causa das moças, muita família, tudo isso. Era muita família passando pra lá e pra cá, e elas não se sentiam bem com a gente lá na porta. Também eram umas mulheres despudoradas, tudo de roupa curta. E as moças passavam e não gostavam. Reclamavam e muitas queixas foram parar na Delegacia. De pois se acostumaram. Quando passou tudo lá pra baixo, civilizou a situação. É... quando você chega numa boate dessas, você não sabe quem é moça. Civilizou, melhorou muito, quando acabou isso aqui e passou pra lá. Você vai numa boate lá está tudo misturado." (Maria Rita Sales, ex-prostituta, 73 anos)

Além do horário, da normatização desse espaço, o Coronel normatizava o corpo: o que pode e o que não pode ser usado:

"Naquele tempo até a gente mesmo tinha horário de sair¹⁵. Um dia, eu fiquei o dia todo com fome, e digo: '-Oh, meu Deus, a gente não pode nem sair, só vou sair de noite?!' Vesti a calça e um capote e vim trabalhar, aí eu digo: 'Em Pernambuco, a gente não pode sair de calça - por que? Nós não temos vestido. Como é que eu vou trabalhar?' '-Eu dou um jeito pra você'. Quem lançou a moda de calça esporte fui eu. Aí o Pernambuco foi lá e falou: '-A mulher não pode sair? Ela está com fome'. Aí ele (o capitão) deu uma ordem, e eu sai. As outras começaram a sair também. (...) O gente, a mulher de calça comprida está muito composta, tá bem vestida, o que é isso...! Agora, essas minissaia, isso aí é que não pode. Aí o Pernambuco ajeitou com ele e acabou. Quem lançou a calça esporte em Valadares fui eu. Sempre gostei. Tá vestida. Tem uma briga com um, cai pra lá, tá bem vestida, já pensou... Eu sempre gostei de calça esporte." (Maria Rita Sales, ex-prostituta, 73 anos)

O Coronel regula também o espaço de vida de inúmeros trabalhadores, restringindo-o à cidadela, ali onde o movimento operário dava os seus primeiros passos. Sobre esses operários, pairava a suposição de que seriam, em grande parte, criminosos:

"Na montagem da fábrica, começamos com cerca de 650 trabalhadores. O capitão Pedro já era delegado de Polícia. Certa vez, ele me disse: - 'Eu sei que esses homens são criminosos, mas estão trabalhando, cuidando de

¹⁵ Quando Rita diz: "até a gente mesmo", ela está-se referindo às mulheres que, igual a ela, trabalhavam nos cabarês, diferentemente de centenas de outras companheiras que vivem em miseráveis casebres, no mesmo espaço da zona boêmia.

suas famílias, estão-se regenerando. É de modo que o Senhor está prestando um serviço, porque se esses homens fossem todos mandados embora, eles retornariam e continuariam praticando crimes. E aí, eles estão sendo recuperados sem despesa para o Estado. São não admito que eles venham aqui (na cidade) me fazer afronta. Daí eu prendo... só nesse caso. Então, ele é meio vaidoso e dizia: não admito." (Armando Vieira, ex-Superintendente da Cia. Agropastoril, 74 anos)

Contudo, os trabalhadores transgrediram a ordem no interior da fábrica: sabotando máquinas, distribuindo folhetos, promovendo a sindicalização dos companheiros. A polícia e a direção da fábrica de madeira compensada usaram de vários "métodos" para chegar aos líderes do movimento dos trabalhadores; nem todos esses líderes escaparam a tais métodos. A intervenção da polícia na fábrica culminou com o assassinato de um companheiro, realizado por um grupo de trabalhadores que saíram da Delegacia de Polícia com a incumbência de "trazer o homem aqui, de qualquer maneira"¹⁶.

O coronel vigia a cidade dia e noite, estabelecendo um novo código de viver em cidade cujas letras não estavam inscritas em livros ou manuais, mas numa ordem social vivenciada por diferentes atores sociais, na qual a transgressão, o confronto entre forças e interesses opostos ameaçavam um projeto

¹⁶ A polícia, na verdade, ao usar os mais diferentes métodos de investigação, queria não só chegar à liderança dos trabalhadores da fábrica, mas também a uma pessoa que fora enviada pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro), com a finalidade de auxiliar os trabalhadores na organização de seus sindicatos.

de dominação que vinha sendo construído.

O tecido urbano, que ameaçava esgarçar-se, revelando os fios com os quais vinha sendo tecido, vai sendo recosturado, reordenado, disciplinado, de forma a configurar, mesmo que provisoriamente, uma imagem de civilização para a cidade, que se projetava, até en tão, sob o signo da violência e do progresso.

CONCLUSÃO

A cidade de Governador Valadares foi conhecida (e, por vezes ainda o é), como "terra de gente brava", onde havia sempre alguém com uma bala na agulha do revólver, pronto para disparar. Foi conhecida, também, como a terra em que corria muito dinheiro e, por isso, lugar procurado por quem precisava de trabalho ou por quem desejava enriquecer-se com rapidez.

Essas imagens eram, a um tempo, da cidade e da região do Vale do Rio Doce. Região nova, de fronteira, vizinha de várias regiões já desenvolvidas, rica em recursos naturais: floresta tropical primitiva, solo rico em recursos minerais, com uma estrada de ferro ligando o sertão ao mar.

A história do sucesso, da vitória do homem na ocupação da região e na utilização dos seus recursos sempre foi encoberta por uma espessa cortina de fumaça, ocultando a história da produção dessa vitória. Dominar a Natureza e o primitivismo da região significou subtrair, aos seus primitivos habitantes indígenas, o espaço e, posteriormente, as matas de que eram os guardiões.

O projeto de ocupação dos sertões do Leste pelo homem branco expressava a intenção do poder imperial não só de integrar economicamente a região à malha mercantil, mas, de igual forma, a de projetar do Brasil uma imagem de civilização. A barbárie, representada pela presença indígena, deveria ceder lugar à civilização: a presença do homem branco. A frustração

das tentativas de transformar o índio em mão-de-obra escrava reforçou a perspectiva de extermínio e de expropriação de suas terras. Com a *Lei de Terras de 1850*, os índios e os posseiros pobres foram lançados no mercado da mão-de-obra, entrando os primeiros em ferrenhas lutas com os brancos.

É nesse contexto e nesse cenário de luta e de dominação do branco sobre o indígena, do posseiro rico sobre o posseiro pobre que se inscreve a primeira referência da história de Governador Valadares: Quartel Dom Manoel e, posteriormente, Porto Dom Manoel.

O Império desenvolve, ao longo do Século XIX, um projeto para a colonização da Região do Vale do Rio Doce; de um lado, declarando guerra aos índios botocudos e, de outro, promovendo a fixação do homem branco na região. Os resultados, porém, não correspondem ao esperado, e a região do Vale do Rio Doce permanece praticamente despovoada e inexplorada até as duas primeiras décadas do nosso século.

Esse fracasso pode ser confirmado pela ausência de um empreendimento que pudesse caracterizar a região como uma zona pioneira e pela imagem de isolamento, de barbárie, de selvas e de doenças que a região continuou mantendo.

Assim, desde a Proclamação da República até a primeira década do século atual, a região do Vale do Rio Doce permanece, através do Porto de Figueira do Rio Doce, um lugar de trocas de produtos agropecuários excedentes, vindos do Noroeste da bacia média do rio, pelos produtos industrializados vindos do litoral.

Sobre esse período, que se estende de 1808 a 1889, poucas são as memórias transmitidas de gerações para gerações. Não há, na cidade, vestígios que possam testemunhar a presença indígena. Essa "estratégia de esquecimento" – ocultamento – impede que se estabeleça qualquer relação entre os poucos remanescentes indígenas da região – os crenaques – e a nação botocuda, que dominava toda a região no século anterior.

O avanço da estrada de ferro, na primeira década do Século XX, vai transformando a região. A floresta é destruída, os índios remanescentes são afugentados, lavradores perdem os frutos do seu trabalho, com a destruição das plantações e a morte dos animais provocada pela passagem dos trens de ferro. O valor da terra é alterado.

As terras devolutas, a maior parte das quais desocupadas, ricas em recursos naturais, cortadas por uma estrada de ferro que as liga ao mar, atraem fazendeiros, comerciantes de madeira e de minerais, e posseiros pobres, que vão formando pequenas roças de subsistência.

MONTEIRO (1973, p. 153) mostra como sucessivos governos do Estado de Minas Gerais encaminham, nas três primeiras décadas do nosso século, a política de ocupação das terras do Vale do Rio Doce. No início do século, aparecem algumas manifestações favoráveis à concessão de terras aos posseiros:

"Compreendia Raul Soares toda a problemática da região e queria aproveitar a oportunidade de desbravá-la através do elemento que aos poucos vinha se fixando. Consulta feita pelo Dr. Mário Brant, quando Secretário

rio das Finanças, às Câmaras Municipais, revelou que de quase todos os municípios mineiros saíam trabalhadores em direção a São Paulo e, apenas em cerca de dez, entrava nova gente, sendo esses quase todos da Bacia do Rio Doce. A solução para as regiões banhadas pelos Rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e Itambacuri estaria na concessão gratuita das terras devolutas já ocupadas. Fazendo uma análise da situação do posseiro, dizia o Deputado Martins Prates 'o trabalho fecundo deve valer ouro e boa prática seria essa de compensar com a dádiva da legalização da propriedade o esforço rude do roceiro que, em terras devolutas, cria a riqueza benéfica das lavouras (...);... o posseiro não tem interesse imediato na valorização das glebas pelas lavouras de raiz, ou porque a terra não é sua e, mais ainda, porque, cultivando-a, tem depois de comprar o seu próprio trabalho ao Estado, que, sob informação do agrimensur, lhe vai vender o lote por preço alardeado pelas benfeitorias...' (127). A defesa do posseiro já se fazia, porém não o suficiente para garantir-lhe a terra ocupada. A Lei nº 988, de 20 de setembro de 1927, que autorizou o governo a reorganizar mais uma vez os serviços das medições, legitimações, venda e defesa das terras públicas do Estado, garantia em seu artigo 6º a venda dos terrenos, independentemente de hasta pública, aos atuais ocupantes de terras devolutas. Era a única abertura oferecida pelo governo aos que se propunham desbravar uma área de colonização difícil e praticamente sem nenhum ônus para o Estado. O governo, maior latifundiário, não tinha ainda coragem de liberalizar a política em relação às terras devolutas. A legislação, dizia, em jornal da época, Viriato Mascarenhas, 'continuava a ser acanhada, avara, dificultando sobremaneira a ocupação e a propriedade do solo, ao invés de facilitá-las, como conviria aos interesses do Estado."

Em 1920, o presidente Arthur Bernardes, ao dirigir mensagem ao Congresso Mineiro, assim se refere à situação das terras nas regiões do Vale do Rio Doce e do Mucuri:

"Desses, alguns são bem intencionados e se estabelecem em terras devolutas com intuito de nelas se fixarem definitivamente, construindo habitações regulares e fazendo culturas efetivas. Outros são verdadeiros devastadores de matas." (citado por MONTEIRO, 1973, p. 154)

Essas preocupações, como se pode depreender dos depoimentos apresentados, não são, porém, acompanhadas de uma legislação e de uma fiscalização capazes de favorecer tanto a entrada como a permanência do posseiro pobre ou, ainda, de limitar o progressivo – e impiedoso – desmatamento do Vale do Rio Doce.

A mata, cortada pela estrada de ferro, em breve é devastada pelo avanço das relações de dominação sobre o homem e a Natureza. Trabalhadores da ferrovia guardam dela belas imagens, anteriores a sua destruição:

"Dali daquele córrego que tem aqui, pra lá do Santa Rita, chamado Ilha Brava, até lá em Coronel Fabriciano, a estrada de ferro corria debaixo de um trilho vegetal. Eram os trilhos por baixo e as árvores fechando as galhas por cima." (José Luiz, ex-ferroviário, 78 anos)

Figueira do Rio Doce, a partir dessa época, torna-se um palco privilegiado das transformações que vêm ocorrendo na região. É para Figueira que se dirigem levas de posseiros, de retirantes, de trabalhadores do campo. É em Figueira que residem os "coronéis". É para Figueira que se dirigem os comerciantes vindos do Noroeste da bacia do médio Rio Doce.

Figueira do Rio Doce tem um comércio fervilhante, tenso, uma vida eivada de emoções e contradições, mas o valor de uso parece ainda imperar sobre o valor de troca: a fruição, a beleza do rio, das tropas, da "maria-fumaça", das florestas limitando os horizontes da cidade. As referências afectivas se fundem às referências materiais: a estação, a praça de embarque é um lugar de múltiplas significações e representações. Pobres, ricos, remediados ainda frequentam as mesmas festas, os mesmos lugares.

A intervenção de uma "força externa", a do Estado, já se faz sentir no momento da demarcação do espaço urbano, das terras do município. Essa medida impede que alguns poucos venham a assenhorear-se do espaço da cidade.

Acontecimentos mais gerais, como o craque da bolsa de Nova Iorque, a Revolução de 30, o movimento de dominação do campo pela cidade vão se inscrevendo, também, no cotidiano do lugar, pois, nas cidades, tangenciam-se forças imediatas e outras, de ordem mais distante.

A emancipação de Figueira do Rio Doce do Município de Peçanha, no final da década de 30, responde não só a anseios locais, como a exigências políticas e econômicas que se impõem no âmbito do Estado e do País. A entrada do grande capital na região, através da Cia. Belgo-Mineira, acelera o ritmo das transformações, não só na região, como na cidade de Figueira do Rio Doce. Figueira passa a chamar-se Governador Valadares. Não haveria uma expectativa, por parte de setores dominantes, no sentido de que, a partir de então, a cidade e a

região sejam incluídas no projeto de industrialização do Estado de Minas Gerais?

A transformação por que passa Governador Valadares nos anos 40 e 50 é espantosa.

No espaço da cidade, novos atores. São levadas de trabalhadores que abandonam o campo e vêm para a cidade, à procura de trabalho. São inúmeros os comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais que nela se instalam. Novas firmas, oficinas, pequenas e grandes indústrias comandam a exploração dos recursos naturais da região.

A vida na cidade alcança a sua maior intensidade. Novos encontros, novos confrontos. Os trabalhadores se encontram na União Operária, nos seus sindicatos e associações e se confrontam com seus patrões, que se organizam, por sua vez.

PSD e UDN lutam ferrenhamente pela hegemonia política. O PTB cresce, faz um prefeito (fazendeiro) que, por sua vez, é expulso da Associação Rural. O direito à moradia aflora na consciência da população mais pobre. O espaço urbano é reordenado. Há uma perda crescente do valor de uso, passando a imperar o valor de troca. A Natureza, o espaço transformam-se em mercadorias.

A zona boêmia se expande; os crimes se avolumam, a imagem da desordem domina o cenário urbano. A burguesia urbana luta pelo seu triunfo, impondo um "código de vida urbana", através da prática policial. A ação moralizadora sobre a cidade atinge as populações mais pobres: prostitutas, mendigos, trabalhadores.

Ler dessa maneira a história dessa cidade é fazer uma determina da leitura, assim como é uma certa leitura o trabalho de ordenação, de en cadeamento dos depoimentos, e a sua organização em "quadros" mais amplos. Outras leituras podem ser feitas.

Uma das características fundamentais da narrativa, é o que nos ensina BENJAMIN,

"... reside na capacidade de relatar a estó ria sem ilustrá-la com explicações. (...) O extraordinário e o maravilhoso são sempre relatados com a maior exatidão, mas o relacionamento psicológico dos fios da ação não é oferecido à força ao leitor. Fica a seu critério interpretar a situação tal como a entende, e assim a narrativa alcança uma en vergadura ampla que falta à informação." (1975, p. 67)

Ora, aí também reside um dos valores pedagógicos da narrativa. Ao ser aberta, múltipla, sem enquadramento, a narrativa exerce um poder de incitar os alunos às perguntas, a se surpreenderem, a se espantarem, a suspeitarem da veracidade do narrado.

Outras apropriações pedagógicas da narrativa podem ser feitas.

O narrador conta o processo, a travessia, e não apenas o desfecho, o resultado. Descreve situações e acontecimenen tos com grande número de detalhes, de comparações, o que recolo ca em pauta a importância do contexto na formação de conceito tos. E ainda mais, ao relacionar conceitos com a realidade, pro vavelmente será possível realizar o movimento do concreto para o abstrato, e novamente, deste para o concreto. Mesmo não sendo objetivo deste trabalho a identificação dos conceitos pre-

sententes tanto nas narrativas como na forma de organização das mesmas, parece ser uma trilha a ser explorada, juntamente com os alunos, a partir dos onze anos de idade.

Os narradores oferecem, em suas narrativas, relações pouco exploradas ou, por vezes, perdidas no tempo: desaparecimento da floresta tropical, surgimento da estrada de ferro, extinção de indígenas, formação de latifúndios, etc.

A narração oral oferece, ainda, a vantagem de apresentar-se numa linguagem coloquial, direta e carregada de imagens visuais, o que não só facilita a apreensão da matéria narrada, como também desperta emoções, prazer, sofrimento, solidariedade e inúmeros outros sentimentos e atitudes.

Há sempre, nas histórias narradas, a evocação de pessoas concretas, e essa evocação

"... atinge-nos não apenas o pensamento, mas também sempre de novo a imaginação, a fantasia e as emoções, a espontaneidade e a inventividade, numa palavra, todas as camadas do humano." (GONÇALVES FILHO, 1988, p. 99)

Não seria essa evocação de pessoas concretas um caminho para os alunos se perceberem como agentes da História?

Os narradores, ao relatarem os acontecimentos, ligam o início ao fim, ou melhor, o passado ao presente. A poluição do rio, a devastação da Natureza, a expropriação do homem da terra que cultivava ganham, hoje, uma densidade maior, à medida que representam perdas. Por outro lado, também reconhecem ganhos na história, quando, por exemplo, comentam: "hoje está

melhor, por causa do progresso". O progresso está sempre relacionado com a melhoria das condições de vida: água encanada, luz, esgoto, assistência médica, escolas, ou ainda a algumas conquistas técnicas, que vieram humanizar a vida do trabalho.

Assim como ligam o passado ao presente, dando idéia do que mudou, dão também idéia do que permaneceu. É assim que se expressa o Sr. Pedro, lavrador, com relação à vida atual:

"Esse governo nosso que entrou lá, alguém pode falar que ele é bom, eu não sei. Pra mim ele nunca fez nada, eu não digo que ele é bom e nem que ele é ruim. Ele não fez nem mal e nem bem. O que eu 'envenho' comendo eu 'envenho' comendo desde os outros governos. O que eu 'envenho' sofrendo, 'envenho' sofrendo desde os outros governos, também." (Pedro, lavrador aposentado, 74 anos)

No tempo da narrativa, porém, costuma haver lugar para o sonho para projetar o futuro. É novamente o Sr. Pedro, lavrador¹ quem nos transportará para um outro tempo, sonhado por aqueles que não têm terra, ou que a tiveram e a perderam:

"Se entrou a reforma agrária, vamos trabalhar na união. Porque tem muitos que não agüentam trabalhar. Eu não agüento mais. Quem sabe a senhora não agüenta. Aquela ali não

¹ O Sr. Pedro foi um dos camponeses que ocuparam a fazenda do Ministério, em Governador Valadares - "fazendo fartura"; em 1964, ela foi invadida pela polícia, tendo sido incendiadas as plantações e as moradias dos camponeses.

aglienta. Nōs vamos fazer o quē? Vamos morrer de fome? Nāo, senhora. Nōs temos que procurar qualquer coisinha pra nōs ficarmos ali, trabalhando. Eu jã sei o que eu vou fazer. Tocar violão. É, uai, porque a senhora ficar sō trabalhando na tristeza também nãodã certo. Eles têm que ficar alegres. Cantar igual nōs cantávamos de primeiro. Descíamos a roça cantando. Caboclo que estava montado a cavalo tocando uma boiada, ele ficava cantando em cima do arreio, e a boiada vai embora..."

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATHAÍDE e MELLO, Pedro Maria Xavier. Sobre os botocudos, 19 de fevereiro de 1806. R.A.P.M., Ouro Preto, 3: 743-8, 1898.
- ALMEIDA, Ceciliano Abel de. O desbravamento das selvas do Rio Doce. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1959.
- ABREU, Sílvio Frões. Os índios crenaques (Botocudos do Rio Doce). In: Revista do Museu Paulista, XVI, 1929.
- BARRETO, Abílio. Bello Horizonte: memória histórica e descritiva. 2.ed. Belo Horizonte - Minas Gerais. Belo Horizonte, 1943.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O governo Kubitscheck, desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 3. ed. Cap. 3. p. 109-39.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar; A aventura da modernidade. Trad.: Carlos Felipe Moisés. 2a. reimpressão. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e a luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente. São Paulo, Paz e Terra, 1988. Cap. 4.
- BOSI, Eclêa. Memória e sociedade; lembranças de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, editor; 1979.

- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BROWN, Dee Alexander. Enterrem meu coração na curva do rio; Uma história Índia do Oeste americano. Trad.: Geraldo Galvão Ferraz. 2.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1973.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter et alii. O narrador. São Paulo, Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores, 48).
- BRUNER, Jerome S. O processo da educação. 3. ed. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- CABRINI, Conceição et alii. O ensino de história; Revisão urgente. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et alii. São Paulo, 1975; crescimento e pobreza. 4. ed. São Paulo, Loyola, 1976.
- COSTA, Emília Viotti da. José Bonifácio: mito e história. In: Da Monarquia à República; momentos decisivos. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 55-8.
- . Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: Da Monarquia à República; momentos decisivos. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 139-61.

- DEBERT, Giusta G. Debert. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, C.I. Ruth. A aventura antropológica. Teoria e pesquisa. São Paulo, Paz e Terra, 1986. p. 146-56.
- DECCA, Edgar Salvadori de. O nascimento das fábricas. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. A vida fora das fábricas; cotidiano operário em São Paulo 1920/1934. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole: 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822: Dimensões. 2. ed. São Paulo, Editora Perspectiva, 1986. p. 160-84.
- DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte, Sistema Editorial da UFMG, 1981.
- DOM JOÃO VI. Carta Régia dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Governador e Capitão desta Capitania a respeito dos Botocudos, e outras providências. Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808. R.A.P.M., Ouro Preto, 4: 783-6, 1899.
- . Carta Régia dirigida a Pedro Maria d'Attaíde e Mello, Governador e Capital Geral da Capitania de Minas Gerais. Palácio do Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1808. R.A.P.M., Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1: 716-9, 1896.

DUTRA, Eliã^{ce}a de Freitas. Caminhos operários nas Minas Gerais;

Um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte, na 1^a República. São Paulo, Ed. da USP, 1988.

ESTIGARRIBIA, Antônio Martins Vianna. Trecho de um relatório apresentado à Directoria do Serviço de Proteção aos Índios, 1934. s.n.t.

ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Memória. História. Porto, Casa da Moeda, 1984, vol. 1

FAORO, Raimundo. República Velha: Os fundamentos políticos.

In: Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 5. ed. Porto Alegre, Globo, 1979. Vol. 2, Cap. XIV, p. 579.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930; Historiografia e história. 10. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.

FERNANDES, Florestan (org.) Sociologia. São Paulo, Ática, 1985, Cap. 4.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: Microfísica do poder. 5. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985. Vol. 7, Cap. XII, p. 179-92.

FORTES, Bias Chrispim Jacques. Decreto n. 788 de 19 de outubro de 1894. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1895, p. 449.

- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. O livro didático de História no Brasil; a versão fabricada. São Paulo, Global, 1982.
- GIESBRECHT, Guilherme. Relatório dos serviços executados na estrada de rodagem de Figueira-Itambacury, durante o ano de 1936. s.n.t.
- GODOY, M. Pimentel & COELHO, Iphygênio Soares. Recursos minerais do Estado de Minas Gerais. Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais, janeiro de 1947.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In: O olhar. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- GRAZIANO, José da Silva. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1980, Cap. 1 e 2.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Estudos Históricos, Rio de Janeiro (1): 5-27, 1988.
- HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma; A modernidade na selva. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HOBBSAWN, Eric J. A cidade, a indústria, a classe trabalhadora. In: A era do capital: 1848-1875. Trad.: Luciano Costa Neto. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Cap. 3 e 12.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: Raízes do Brasil. 20. ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1988. Vol. 1, Cap. IV, p. 61-100.
- IANNI, Octávio. Getulismo e política de massas. In: O colapso do populismo no Brasil. 2. ed, revista. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971. Cap. V, VI, VII, VIII, p. 53-126.
- . Uma cidade antiga. São Paulo: Museu Paulista da USP, Editora da UNICAMP, 1988.
- . Origens agrárias do estado brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1984, 2a. parte. p. 173-91.
- IGLÊSIAS, Francisco. Cadernos de Minas. Três séculos de Minas. Belo Horizonte, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 1985. (Cadernos de Minas, 1).
- IGLÊSIAS, Francisco et alii. História do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1976. (Cadernos de Debate, 1).
- JOSÉ, Oiliam. Historiografia mineira. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1987.
- . Os indígenas de Minas Gerais. Belo Horizonte. Imprensa Oficial.
- . Marlière, o civilizador. Belo Horizonte, Itatiaia, 1958.
- JÚNIOR, Caio Prado. A cidade de São Paulo; Geografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1983.

- JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil contemporâneo. 20.ed.
São Paulo, Brasiliense, 1987.
- KOWARICK, Lúcio (org.) As lutas sociais e a cidade; São Paulo:
passado e presente. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- LEAL, Victor Nunes. Indicações sobre a estrutura e o processo
do "coronelismo". In: Coronelismo, enxada e voto; o municí-
pio e o regime representativo no Brasil. 3. ed., revista.
São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações
sociais. In: FORACCHI, Marialice Mencacini & MARTINS, José
de Souza. Sociologia e sociedade; leituras de introduçãoã
sociologia. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos
Editora, 1977. Cap. 15, p. 219-52.
- . O direito à cidade. Trad.: T.C. Netto. São Paulo, Edi-
tora Documentos Ltda., 1969.
- LE GOFF, Jacques et alii. A nova história. Trad.: Ana Maria
Bessa. Lisboa, Portugal, Edições 70, 1984.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos; perspectivas do homem.
Trad.: Jorge Constante Pereira. Lisboa, Portugal, Edições 70,
1955.
- LIMA, Valentina da Rocha Lima. Problemas metodológicos da his-
tória oral. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA ORAL, Salvador, 1983.

LIVRO de Registro de atos diversos da Junta da Conquista e civilização dos índios e navegação do Rio Doce (1816-1825) código 373. sc, colonial págs. 145, 146, 147.

MARCATO, Sônia de Almeida. A repressão contra os botocudos em Minas Gerais; Boletim do Museu do Índio: Etno-Histórica. Ed. Cervantes, Rio de Janeiro, maio, 1979. Vol. 1.

———. Via crucis de um povo. Os Krenaks às margens do Rio Doce. Relatório de viagem, 1982.

MARLIÈRE, Thomas Guido. Reflexões sobre os índios da Província de Minas Gerais, março de 1826. R.A.P.M., Belo Horizonte, 11: 81, 1907.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975. Cap. 3, p. 47-57.

MARTINS, Luciano. Seminário Internacional. Brasília, 1982. A revolução de 1930 e seu significado político. Brasília, 1982.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo Saquarema. São Paulo, Hucitec, 1987.

MELLO e SOUZA, Laura de. Desclassificados do ouro; A pobreza mineira no século XVIII. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986. Vol. 8.

MINAS GERAIS. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Programa estadual de centros intermediários. Projeto Reforço da Capacidade do Planejamento das Prefeituras. Perfil da Cidade de Governador Valadares, aspectos físicos - urbanísticos e sociais. Governador Valadares. Prefeitura Municipal de Governador Valadares, 1982. Vol. 2.

———. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Programa estadual de centros intermediários. Projeto Reforço da Capacidade do Planejamento das Prefeituras. Perfil da Cidade de Governador Valadares, aspectos físicos - urbanísticos e sociais. Governador Valadares. Prefeitura Municipal de Governador Valadares, 1982. Vol. 2 (anexo 1).

MOISÉS, José Álvaro et alii. Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Vol. 5.

———. Contradições urbanas e movimentos sociais. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MONTEIRO, Norma de Gões. Imigração e colonização em Minas 1889-1930. Belo Horizonte, 1973.

NIDELCOFF, Maria Teresa. As ciências sociais na escola. Trad.: Débora Jimenez. São Paulo, Brasiliense, 1982.

NUNES, Benedito. O tempo na narrativa. São Paulo, Ática, 1988.

OLIVEIRA, João Ângelo. Memórias. s.n.t.

- PIMENTA, Dermeval José. A Vale do Rio Doce e sua história. Belo Horizonte, s. ed., 1981.
- PALAZZOLO, F. Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce. Petrópolis, 1945.
- PROJETO HISTÓRIA; História e Historiografia: contribuições ao debate. São Paulo, n. 4, jun., 1985.
- RESENDE, Márcia Spyer. A geografia do aluno trabalhador; caminhos para uma prática de ensino. São Paulo, Loyola, 1986.
- RODRIGUES, José Honório. O continente do Rio Grande. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ROLNIK, Raquel. São Paulo; início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, Lúcio. As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente. São Paulo, Paz e Terra, 1988. Cap. 3.
- RUBINGER, Marcos Magalhães. Projeto de pesquisa Maxakali; grupo indígena do nordeste de Minas Gerais. 2. ed. Belo Horizonte, Imprensa Universitária, 1963. 69 p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Os Índios de Pessanha. In: Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trad.: Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1975. Vol. 4, Cap. XVII, p. 175-85.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem de Pessanha ao termo de Minas Novas. Povoação do Rio Vermelho. Cultura do tabaco. In: Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trad.: Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1975. Vol. 4, Cap. XVIII, p. 187-92.
- . Navegação pelo Jequitinhonha. Ainda os botocudos. In: Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trad.: Vivaldi Moreira. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1975. Vol. 4, Cap. XXVI, p. 263-70.
- . Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce. Trad.: Milton Amado. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1974. Vol. 6.
- SILVA, Antônio Carlos Simoens. A tribo dos índios crenaks. CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 10., Rio de Janeiro, 1922
- SILVA, Eloy Ferreira da. CEDEFES. A luta dos índios pela terra; contribuição à história indígena de Minas Gerais. Contagem, Cooperativa Editora, 1987.
- SINGER, Paul. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: Economia política da urbanização. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976. p. 91-114.
- SWEEZY, Paul et alii. A transição do feudalismo para o capitalismo; Um debate. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

TELLES, Norma Abreu. Cartografia brasílica ou: esta história está mal contada. 3. ed. São Paulo, Loyola, 1984.

THOMPSON, Edward P. Prólogo. Trad.: Josep Fontana. In: La formación histórica de la clase obrera; Inglaterra: 1780-1832. Barcelona, Ed. Laia, 1977. Vol. 1.

———. A formação da classe operária inglesa; A árvore da liberdade. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Vol. 1.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, lugar e a criança. In: Espaço e lugar; a perspectiva da experiência. Trad.: Lívia de Oliveira. São Paulo, Difel Ed., 1983. Cap. 3, p. 22-38.

———. Experiências íntimas com lugar. In: Espaço e lugar; a perspectiva da experiência. Trad.: Lívia de Oliveira. São Paulo, Difel Ed., 1983. Cap. 10, p. 151-64.

———. Tempo e lugar. In: Espaço e lugar; a perspectiva da experiência. Trad.: Lívia de Oliveira. São Paulo, Difel Ed., 1983. Cap. 13, p. 198-9.

———. Afeição pela Pátria. In: Espaço e lugar; a perspectiva da experiência. São Paulo, Difel Ed., 1983. Cap. 11, p. 165-78.

VERGUEIRO, Laura. Opulência e miséria das Minas Gerais. São Paulo, Brasiliense, 1981.

VIEIRA, Evantina P. Associação de classe e a dominação burguesa. Formas de racionalização do trabalho e da sociedade. Revista do Departamento de História, Belo Horizonte, 5, FAFICH/UFMG.

VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo. Brasiliense, 1987.

VYGOTSKY, I.S. Pensamento e linguagem. Lisboa, Antídoto, 1973.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Cultura e cidades. Rio de Janeiro, 5 (8/9), set. de 1984.

———. Belo Horizonte, nº 1, nov. 1985.

SILVA, Thais Cristóvão Alves da. Descrição fonética e análise de alguns processos fonológicos Krenak. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 1986. (Dissertação, Mestrado).

WEFFORT, Francisco Corrêa. O populismo na política brasileira. In: O populismo na política brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Vol. 25, Cap. III, p. 61-76.

WIRTH, John D. O fiel da balança; Minas Gerais na Federação Brasileira. Vol. 50. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

ANEXO

TRABALHADORES DA MADEIRA:

Francisco Rosas

Antônio Pontil

Marinho

José Ferradeiro

TRABALHADORES DA MICA:

Rosa

Sebastiana

Minervina

Gustavo

Raimundo

Maria Pappi

FERROVIÁRIOS:

José Luiz

Cadete

Oswaldo

TRABALHADORES DO COMÉRCIO:

Geraldo

João Ângelo de Oliveira

Lessa

Zeze Simões

Genário

Daniel

TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL:

Geraldo Bento

Esmeraldo

José de Almeida e Silva

PROFISSIONAIS LIBERAIS:

Carlos Olavo (jornalista)

Tenison Fabri (advogado)

TRABALHADOR RURAL:

Pedro

COMERCIANTES:

Emídio Cipriano

Sebastião

PROFESSORES:

Aureliza Simões

Armando Vieira (engenheiro, ex-superintendente da Cia. Agropas-
toril)